

Qual é a coisa qual é ela...?

Não sejamos ingénuos. Estamos perante PSDs que, embora vendam o mesmo produto, neste caso laranja e bem amarga, ambos tratam cuidadosamente de não deixar confundir as embalagens. E é neste pormenor fundamental que o PS ganha decididamente ao PSD.



■ José Soeiro Pág. 20

Uma confissão significativa

O «modelo» agrícola da Comunidade expresso na Política Agrícola Comum e nos regulamentos que lhe dão corpo não têm nada a ver com as características específicas da agricultura portuguesa.

■ Lino de Carvalho Pág. 21

Defender os serviços públicos

Os trabalhadores da Função Pública estão na primeira linha do impacto das profundas transformações que estão em curso a nível mundial.

■ Carlos Mamede Pág. 23

União de facto

Desde que o Poder eclesiástico primeiro e o Poder civil depois estabeleceram a obrigatoriedade do casamento como única fonte de relações jurídicas, o Estado arrogou-se o direito de intromissão na vida privada, reprimindo a sexualidade.

■ Odete Santos Pág. 25

Toxicoddependência Propostas do PCP para enfrentar o flagelo

Pág. 24



Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 10 de Julho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1232 • Director: Carlos Brito

Estado da Nação em debate

Hoje na AR por iniciativa do PCP



A interpelação do PCP ao Governo visa obrigar a que se faça um verdadeiro debate sobre a situação nacional, ao contrário do que PS, PSD e PP pretendiam e têm procurado impedir com os seus arranjos de bastidores a favor de uma «revisão constitucional a mata-cavalos», como afirmam Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira em declarações ao «Avante!» Pág. 5

Grande adesão à greve nas minas de Neves Corvo

Pág. 11

Encontro de Madrid A Europa dos povos está mais forte

Forças progressistas e de esquerda da Europa reafirmam a sua determinação em trabalhar juntas pela construção de uma Europa democrática.

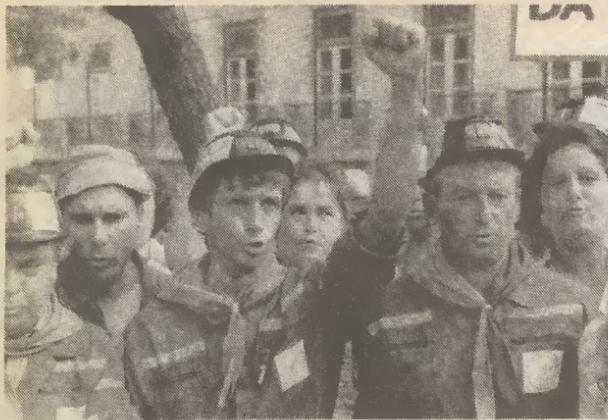
Reportagem da nossa enviada especial Anabela Fino Centrais



No próximo número Suplemento especial sobre a Festa do «Avante!»

EDITORIAL

Pedrada no charco



Os mineiros de Castro Verde estiveram em greve esta semana

RESUMO

2
Quarta-feira

O Presidente da República recebe Carlos Carvalhas ■ As negociações entre a administração da TAP e os pilotos são suspensas ■ É denunciado que a Grã-Bertanha exportou mais de mil toneladas de carne bovina, apesar do embargo da UE ■ Cinco mil estudantes manifestam-se em frente ao parlamento chileno exigindo uma reforma profunda no ensino superior ■ A França e os EUA desenvolvem «esforços conjuntos» junto das partes envolvidas nos combates em Brazzaville, Congo, para as convencerem a continuar as negociações de cessar-fogo ■ O actor James Stewart morre aos 89 anos.

3
Quinta-feira

O primeiro-ministro ameaça demitir-se, caso os partidos da oposição aprovem uma Lei das Finanças Locais que implique o aumento de impostos ou o agravamento do défice, depois da AR chumbar a proposta do Governo ■ A CDU promove um encontro sobre «Uma estratégia de desenvolvimento para a Área Metropolitana do Porto» ■ O Senado da Universidade de Coimbra afirma-se contra a aplicação de propinas sem a melhoria do ensino ■ Dez timorenses iniciam uma greve da fome de uma semana junto à representação da ONU em Lisboa, exigindo uma comissão para investigar a morte de David Alex ■ O presidente albanês diz que se irá demitir depois da publicação oficial dos resultados das eleições gerais.

4
Sexta-feira

A CGTP-IN apresenta uma queixa formal ao provedor de Justiça sobre o novo regime jurídico das prestações familiares ■ O Governo suspende a taxa mínima de IVA de cem e 150 contos destinada aos lojistas ■ O luso-francês Michael Gonçalves é condenado a 18 anos de prisão pela morte de um tunisino por motivos raciais ■ No México, os Zapatistas anunciam que as populações rurais indígenas decidiram não votar nas eleições ■ A nave norte-americana «Mars Pathfinder» pousa na superfície de Marte ■ Cinco sismos atingem a costa sul de Espanha.

5
Sábado

Inicia-se, em Madrid, um «Encontro de Forças progressistas e de Esquerda da Europa» ■ A CGTP-In promove mais uma jornada de luta pelas 40 horas, no Porto ■ A Quercus acusa o Estado de

«destruir progressiva e irreversivelmente o litoral português», através da actual política de ordenamento do território ■ A Liga dos Bombeiros Portugueses desfila em Lisboa protestando contra uma reportagem efectuada pela RTP, que, dizem, pôs em cheque a sua «honra e dignidade» ■ No Camboja, o príncipe Ranariddh acusa o segundo-co-primero-ministro Hu Sen de ter tentado um golpe de Estado.

6
Domingo

Quinze pescadores portugueses naufragados são socorridos por um petroleiro norueguês ■ Ocorrem encontros na capital do Camboja entre os apoiantes dos dois primeiros-ministros do país ■ Realizam-se eleições gerais no México... ■ ... e a segunda volta das eleições gerais albanesas ■ A marcha dos protestantes da Ordem de Orange atravessa o bairro católico de Portadown, em Belfast, sob alta protecção policial e militar, sem que se registem incidentes ■ Termina o Festival de Curtas Metragens de Vila do Conde.

7
Segunda-feira

Realiza-se uma greve na mina Neves Corvo, em Castro Verde, contra as futuras condições de trabalho anunciadas ■ Ocorre um incêndio na Recauchutagem Império, em Braga, causando um prejuízo calculado em quatro milhões de contos ■ Na Albânia, a coligação de esquerda liderada pelo Partido Socialista confirma o seu domínio na segunda volta das eleições legislativas ■ É anunciado que o PRI vence as eleições no México, perdendo uma grande fatia dos seus votos para o PAN e o PRD ■ Devido à crescente violência, o exército italiano volta a patrulhar as ruas de Nápoles ■ Representantes do Japão e da França iniciam contactos com as duas partes em conflito no Camboja.

8
Terça-feira

A Comissão Eventual de Revisão Constitucional deixa fora da Constituição o serviço militar obrigatório ■ Inicia-se a cimeira da Aliança Atlântica, em Madrid ■ Polónia, Hungria e República Checa passam a integrar a Aliança Atlântica ■ Vaticano e Angola estabelecem relações diplomáticas a nível de embaixada e de nunciatura apostólica ■ Segundo estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos (INSEE) francês, Portugal é o país da União Europeia com taxa de pobreza mais elevada - 18,9 por cento de famílias vivem abaixo do limiar de pobreza.

Depois da triste figura a que o primeiro-ministro se prestou com a farsa da passada quinta-feira, os meios afectos ao Governo têm procurado compor as coisas enobrecendo o mau passo governamental.

É um facto que a maior parte da imprensa reagiu reprovando a falta de sentido da comunicação de António Guterres, a dramatização artificial de que foi rodeada, a insistência na ameaça de demissão que fragiliza o Governo, lhe retira credibilidade e desestabiliza a vida no país.

Mas aparecem alguns «pombos-correios» a garantir que a demissão «estava mesmo nos propósitos de Guterres» ou a insinuar grandes estratégias que passariam pelo encenar «um bloqueio das oposições», a tal tese das «coligações negativas» (nova versão das «forças de bloqueio») para depois justificar «a necessidade da maioria absoluta».

É claro, que esta acusação de «bloqueio» e de «coligações negativas» não tem qualquer consistência, pois, os partidos da direita têm sido constantes aliados do Governo que realiza uma política que eles aprovam, como se tem visto, e que é, no essencial, a que a governação PSD fazia antes.

A atitude mais corrente dos meios afectos ao PS em defesa do Governo tem sido, no entanto, a de atacarem o PCP apontado-o como principal responsável do desaire governamental e chegando a tentar pôr em causa o voto com que contribuiu decisivamente para que fosse chumbada a proposta de lei sobre as finanças locais.

Alegam estes protectores do PS que o voto do PCP não foi um voto «puro» contra o diploma em apreço, mas um voto a pensar no combate ao «acordo PS-PSD sobre a revisão da Constituição» e ao «bloqueamento da regionalização», também da responsabilidade dos dois partidos. Como se mesmo que assim fosse não tivesse inteira legitimidade!

Foi o deputado Assis do PS que lançou este mote na Assembleia, mas logo encontrou eco no «Diário de Notícias» (que classificou a atitude do PCP de «baixa política») e no «Expresso» (a achar que o PCP «acabou inflexível a chumbar a proposta do Governo»).

É caso para perguntar: desde quando é que em política há compartimentos estanques? É evidente que a apreciação de um diploma na instância parlamentar não pode deixar de ser feita enquadrado-o na política global em que se insere.

Deve considerar-se muito curioso que o comentador do «DN» nunca se tenha preocupado com as constantes trocas e baldrocas do PS com PP e o PSD. Deve achar que se trata de alta política. Curioso igualmente que o «Expresso» nunca se tenha preocupado com as numerosas vezes em que o PS «acabou inflexível a chumbar projectos de lei do PCP», mesmo quando estes correspondiam a compromissos eleitorais do próprio PS, como a semana de 40 horas, ou a redução da idade da reforma das mulheres. Deve achar que ao PS tudo é consentido.

E esclareça-se que ao votar contra a proposta governamental das finanças locais os comunistas não procederam no estilo do caçador furtivo.

O PCP anunciou a sua posição em conferência de imprensa do Secretário-Geral várias horas antes da votação e fundamentou o seu voto em razões globais que compreendiam a natureza negativa da proposta governamen-

tal, as cedências do PS à direita em matéria de regionalização e a sua inflexibilidade para proceder a alterações do calendário de votação da revisão constitucional.

Tudo claro, como se vê.

«Estamos contra toda esta politiquice e todas estas negociações entre o PS e o PSD, sempre com a ajuda da bengala do PP», afirmou Carlos Carvalhas. Mas também esclareceu a propósito das finanças locais: «O Governo pretende apenas transferir mais responsabilidades para os municípios.»

A declaração e o voto do PCP da passada quinta-feira constituíram, por tudo isto, uma pedrada no charco que pôs em grande evidência o manobristo do PS e as suas alianças com a direita, essas sim verdadeiras «coligações negativas» para os interesses nacionais.

A fita caricata encenada pelo primeiro-ministro, longe de desfazer o efeito, deu mais força a esta denúncia e o Governo ficou mais fragilizado nos seus planos,

sejam eles o de fingir um certo distanciamento dos seus aliados da direita em vésperas de eleições autárquicas, ou de arranjar bodes expiatórios para a suas divisões internas, desorientação e ineficácia governativa, ou a tentação de totalitária de conspirar visando uma maioria absoluta, ou todas eles em conjunto.

A interpelação ao Governo que o PCP agendou para hoje no plenário da Assembleia da República prossegue a orientação e a linha de luta de há uma semana.

O PS fez um cambalacho com o PSD e o PP para se eliminar este ano o debate sobre o estado da Nação, previsto para o Governo apresentar contas do seu exercício anual e a Assembleia ponderar sobre a situação do país. A justificação foi, claro, a de não prejudicar o calendário da

revisão da Constituição em que os três parceiros se encontram conluados.

Com a sua interpelação, o PCP mostra a necessidade desse debate e vai demonstrar que o nosso povo e o nosso país enfrentam problemas muito mais urgentes que a revisão da Constituição e para os quais não há resposta.

«Esta interpelação vem permitir que se faça o verdadeiro debate sobre o estado da Nação», afirmou Carlos Carvalhas ao «Avante!», em declarações que publicamos noutra lugar desta edição. O Secretário-Geral do PCP salientou, na mesma altura: «Estamos quase a meio da legislatura e é o momento de confrontar o Governo com as suas promessas, com as suas políticas, com a situação que hoje temos no país.»

Por sua vez, o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, declarou ao nosso jornal, na mesma oportunidade: «Este é o momento em que é mais claro o entendimento entre o Governo, o PS, o PSD e o PP relativamente a questões essenciais para o país.»

A interpelação vai também contribuir, assim, para pôr mais uma vez em evidência onde estão as tais «coligações negativas».

A par da interpelação com o sentido geral que aqui fica registado, o PCP faz um novo esforço para aprofundar o esclarecimento sobre os aspectos mais negativos da revisão da Constituição publicando um folheto bem documentado que servirá de base a uma campanha de rua que se inicia no princípio da semana, coincidindo com o começo do debate no plenário da Assembleia.

É, na linha do último Comité Central, mais um contributo responsável do PCP para que ninguém fique indiferente aos perigos que se adensam sobre o regime democrático.

A declaração e o voto do PCP da passada quinta-feira constituíram, por tudo isto, uma pedrada no charco que pôs em grande evidência o manobristo do PS e as suas alianças com a direita, essas sim, verdadeiras «coligações negativas» para os interesses nacionais.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^a-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roia — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lx. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Da crise à crisálida

A montanha pariu um rato - era o justo desabafo que se ouvia a quem levou a sério o carregado dramatismo com que foi anunciada uma comunicação do primeiro-ministro ao país, para as oito e um quarto da tarde, da passada quinta-feira.

Provavelmente, António Guterres causou mais desapontamento do que alívio quando anunciou: «Não tomarei hoje nenhuma atitude que conduza a uma crise política.»

É o perigo de se brincar com o fogo!

Depois de semanas de ameaças em que intervieram além do primeiro vários dos mais destacados ministros e confirmando-se o chumbo da proposta governamental sobre as finanças locais na Assembleia da República, a dramática convocação da comunicação social, quando António Guterres já estava em Belém, com o Presidente da República, só podia ser para comunicar uma grave decisão.

Mas não foi! O Governo organizou toda aquela encenação e assustou o país apenas para voltar a avisar que a ameaça, que anda a agitar há mais de um mês, continua pendente.

O chumbo da proposta governamental passa; no entanto, «caso os partidos da oposição venham a aprovar uma lei das finanças locais que aumente os impostos», então é que o Governo se demitirá, afirmou Guterres.

Isto é, passamos da crise à crisálida, que é uma palavra que os dicionários apontam para traduzir este estado latente.

Já tivemos o primeiro-ministro do tabu. Temos agora o primeiro-ministro da crisálida.

Mas há que reconhecer que a crisálida é uma grotesca imitação do tabu.

Artificial dramatização das relações com o parlamento que o Governo PS tem tentado montar, a pretexto da lei das finanças locais, para criar a ideia de que «não o deixam governar», não tem qualquer consistência.

O governo não tem razões de queixa da Assembleia. Com quase dois anos de exercício viu apenas três diplomas rejeitados e um deles - o totonegócio - foi posteriormente considerado um erro pelo primeiro-ministro, que até se mostrou arrependido por o ter apresentado. Quem sabe se não acontecerá o mesmo com a triste figura que fez na passada quinta-feira?!

O principal traço caracterizador da acção do PS desde que voltou ao Governo é a sua aliança com os partidos da direita, PSD e PP, ora com um, ora com outro, ora com os dois em conjunto, para continuar, no essencial, a política dos anteriores governos de Cavaco Silva.

Ainda agora, o processo mais importante que decorre na Assembleia da República é, inquestionavelmente, a revisão da Constituição. Aí temos nesse processo o PS estreitamente aliado com os partidos da direita, no conteúdo e na forma, para viabilizar muitas das suas velhas exigências e fazê-lo sem que o país se aperceba da gravidade.

É esta realidade que o PS quer disfarçar em vésperas de eleições autárquicas, arranjando ao mesmo tempo desculpas para a sua ineficácia governativa e base para reclamar a maioria absoluta.

Não pode é contar que o PCP lhe apare o jogo quando não tem ou não quer usar as muletas da direita e ainda para mais com cartas tão viciadas como era a sua proposta de lei das finanças locais...

■ Carlos Brito

O bombeiro

Quando a súbita explosão estival abre esplendorosos os verdes da natureza e a brisa volta a trazer do mar os afectos da infância, fazer o comentário político adquire contornos de autêntica expiação. Para mais quando o personagem a focar é tão pouco inspirador e exhibe uma leveza de espírito tão insustentável que só encontra rival no actor Bud Spencer.

A verdade é que o ministro Jorge Coelho surge neste Verão como um autêntico bombeiro, a acorrer pelo país fora aos diversos focos de incêndio que vão mordendo de forma cada vez mais visível a imagem governativa.

A situação na área da saúde foi o motivo para a atabalhoada saída de emergência da última semana.

Reveja-se o filme: Sábado, 29 de Junho, durante uma conferência sindical organizada pela Federação Nacional de Médicos (FNAM), é denunciado com grande impacto mediático que «provavelmente teremos atingido o nível mais baixo de sempre de degradação do ambiente profissional e da capacidade de resposta dos serviços públicos de saúde» e vivamente criticado o projecto governamental de alteração do estatuto jurídico do hospital. Logo a 2 de Julho aparece publicitada, através de grandes anúncios na imprensa, uma iniciativa do PS para essa noite, em que o presidente da FAUL (outro dos heterónimos do ministro Coelho) antecede as intervenções do «Director do Hospital de Santa Cruz», do «Director Geral de Saúde» e da «Ministra da Saúde».

Não passa sem primeiro reparo a publicitação dos cargos públicos dos intervenientes numa iniciativa de natureza partidária, quando não foi nessa qualidade, a que corresponde um desempenho remunerado de funções, que certamente aí estiveram.

Acresce, como motivo de reflexão filosófica, que o «Director do Hospital de Santa Cruz», o dr. Boquinhas, é um conhecido «boy» da área neoliberal do PS, cuja recente nomeação para esse lugar se revestiu de grande controvérsia no sector da saúde, sendo de forma generalizada atribuída a pressões providas do aparelho do PS. E que se trata da mesma personagem que foi há alguns meses apontado na comunicação social como um dos mais activos elementos que apostam na desestabilização da equipa dirigente do Ministério da Saúde.

A par do preocupante deslizamento das posições do Ministério da Saúde para uma linha cada vez mais extensa de compromissos com os grandes interesses instalados no sector - multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, construtores de infra-estruturas, sector convencionado crescentemente dominado por monopólios na hemodiálise e nas análises clínicas - não é isto ilustrativo do recrudescimento da pressão dos sectores neoliberais, com vista à recuperação de influência e de capacidade de decisão política ao nível das principais orientações da saúde no nosso país?

Não aparece aqui repetida, por outro lado, a história do bombeiro que se empenhava em atear fogos?

■ Edgar Correia

EUA
Guerra suja

Segundo uma recente nota da Missão cubana na ONU, na manhã do dia 21 de Outubro, 1996, um avião das linhas aéreas cubanas avistou, na província de Matanzas, uma avioneta que procedia repetidamente ao despejo duma substância líquida que se dissipava na atmosfera. Advertida a torre de controlo, esta contactou a avioneta, e apurou tratar-se dum avião registado em nome do Departamento de Estado (Ministério dos Negócios Estrangeiros) dos EUA, que partira duma base de Força Aérea americana na Florida, e estaria alegadamente em voo para a ilha de Gran Cayman, a sul de Cuba.

Dois meses mais tarde, nessa mesma zona de Cuba, surgiram sinais duma até então desconhecida praga, o insecto *Thrips palmi*, originário do continente asiático. Trata-se dum insecto que afecta praticamente todas as culturas e que é também portador de alguns tipos de vírus. Os seus efeitos são tais que, em 1996, um relatório da Federação de Cientistas Americanos referia o *Thrips palmi* como um dos invertebrados a incluir numa eventual Convenção sobre as Armas Biológicas. As culturas de várias províncias cubanas estão a sofrer já as consequências daquilo que Cuba não hesita em indicar como mais um episódio na sórdida guerra suja do regime norte-americano contra essa ilha soberana e independente.

Não é a primeira vez que os Estados Unidos utilizam armas da guerra biológica contra Cuba. Como lembra o jornal cubano *Granma*, as primeiras acções deste tipo remontam a 1961. Em 1972, agentes da CIA introduziram a peste suína africana em Cuba. Entre 1979 e 1981, foram introduzidas quatro doenças que afectaram seres humanos ou culturas vitais para Cuba como a cana-de-açúcar e o tabaco. Entre elas, a (também até então desconhecida em Cuba) febre dengue, que afectou mais de 270 mil cubanos, tendo provocado a morte a 158 pessoas.

O regime norte-americano não perdoa a Cuba a sua independência. Não perdoa que Cuba mostre ao mundo que a fome, a miséria, o analfabetismo, os bairros de barracas, as doenças curáveis que ceifam milhares de vidas, não são uma «sina da América Latina», não são realidades inevitáveis, mas antes a outra face da moeda da opulência do grande vizinho do Norte. Não perdoa a Cuba o exemplo que representam os seus sistemas de saúde e ensino gratuitos, a sua investigação de ponta no campo da biotecnologia, que supostamente só podem existir nos países ricos. Não perdoa que, no recém-publicado «Relatório sobre o Desenvolvimento Humano» do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Cuba apareça em segundo lugar no que respeita à qualidade de vida dos países em vias de desenvolvimento, apenas atrás do pequeno arquipélago produtor de petróleo de Trinidad e Tobago - e à frente de «tigres asiáticos» como Singapura e de «modelos neoliberais» como o Chile (*The Economist*, 14.6.97). Na melhor tradição mafiosa, os EUA desejam destruir a economia cubana para depois poderem «mostrar a falência» de quem não bate a pala ao senhor imperial e provar que o mundo precisa da sua «protecção» e da sua dominação.

Mas este novo episódio da guerra suja americana contra Cuba reflecte também o crescente desespero do Império. Ao contrário de todos os vaticínios e prognósticos, a Revolução cubana não soçobrou perante o vendaval que varreu o mundo nos últimos anos. Sem comprometer os seus princípios e o fundamental das suas conquistas, soube encontrar as soluções de emergência que permitiram inverter a grave crise que se seguiu ao desaparecimento do campo socialista na Europa e assegurar - já pelo segundo ano consecutivo - um crescimento económico digno de registo. A gigantesca manifestação do Primeiro de Maio deste ano veio testemunhar que os cubanos estão determinados e confiantes na sua capacidade de resistir e sobreviver como sociedade livre e independente. Mas a solidariedade mundial continua a ser indispensável. O Império não desiste.

■ Jorge Cadima



Foto: Álvaro Rosendo

SEMANA

Banca concentra lucros

Segundo o relatório anual apresentado pelo Banco de Portugal, os 51 bancos a operar em Portugal atingiram no ano passado 181 milhões de contos de lucros, 163 dos quais (o que corresponde a 93% do total) foram, inteiros, para os cofres dos cinco maiores grupos financeiros - Caixa Geral de De-

pósitos, BCP, Champalimaud, BPI e BES. Para os restantes bancos do sistema ficaram 18 milhões de contos dos lucros registados, o que dá nota da grande concentração monopolista do sector. Ainda segundo o relatório do Banco de Portugal, verificaram-se diversas evoluções na actividade bancá-

ria no nosso país durante o ano transacto, nomeadamente: os lucros dos bancos cresceram 14,8%; a margem financeira continuou a cair; o produto bancário manteve-se em níveis semelhantes; o número de instituições bancárias situava-se em 51, sendo dois terços portuguesas; aumentou a concentra-

ção bancária; os cinco maiores grupos dominaram 93,5% dos lucros, 79,8% do crédito e 85% dos recursos captados; a quota de mercado dos bancos estrangeiros tem vindo a diminuir; aumentou a cobertura do crédito vencido por provisões; diminuíram os empregados bancários.



Menos fundos para Portugal

Segundo o *Público*, Portugal vai perder uma parte dos fundos estruturais comunitários de que tem beneficiado até agora, subsistindo apenas a dúvida sobre a dimensão desse corte de fundos, que pode ir dos 10 aos 40% sobre os valores actuais. Este quadro está desenhado na chamada «Agenda 2000», actualmente em preparação pela Comissão Europeia, onde se vão estabelecer as grandes linhas de funcionamento do orçamento comunitário entre os anos 2000 e 2006. Os cortes nos fundos estruturais surgem com o objectivo de não se aumentar as participações para Bruxelas na eventualidade de,

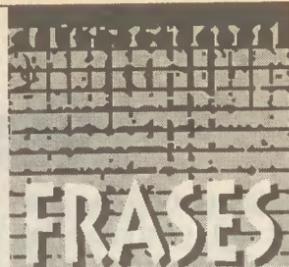
em 2002, alguns países do ex-bloco de Leste integrarem a Comunidade Europeia. Como, em tal eventualidade, todos esses novos países membros irão beneficiar de fundos estruturais, os países mais ricos da Comunidade pretendem que tais fundos sejam disponibilizados à custa de cortes nos dinheiros que têm sido até agora atribuídos aos actuais membros mais pobres, entre os quais está Portugal. Há resistência a esta pretensão de cortes por parte dos actuais países membros que têm beneficiado dos fundos - os chamados «Países do Sul» -, que se opõem a que sejam os actuais beneficiários dos fundos os únicos a

pagar o alargamento, enquanto os chamados «membros do Norte», escorados na sua hegemonia económica na Comunidade, atiram com acusações de fraudes e má gestão dos fundos praticada até agora, pelo que consideram que os cortes deverão ser interpretados como uma «racionalização» dos meios, no quadro de uma «política de poupanças». Há, inclusivamente, Comissários dos países mais ricos da Comunidade a defender o corte total dos fundos aos países que venham a cumprir os critérios da moeda única, como se sabe, um objectivo obsessivo do governo de António Guterres.

A Terra em Marte

Foi coroada de êxito a missão espacial da NASA que enviou uma sonda ao planeta Marte: às 18 horas e 7 minutos do passado dia 4 de Julho o módulo *Pathfinder* (um dia depois rebaptizado *Carl Sagan*, em memória do cientista norte-americano falecido o ano passado) pousou suavemente no planeta vermelho, abrindo-se para as incursões do *Pathfinder* no solo do planeta, um pequeno veículo ultra-sofisticado que começou de imediato a enviar fotografias e irá fazer diversas análises científicas. As primeiras fotografias já recebidas permitiram aos cientistas concluir, pela apreciação de algumas rochas, que aquela zona de Marte já esteve coberta por impetuosos caudais de água, o que

confirma a possibilidade de ter havido vida em Marte, em tempos remotos. É grande a excitação e a expectativa dos meios científicos perante os dados que o sofisticado e pequeno aparelho ainda vai enviar para a Terra. Entretanto, já se conseguiram importantes informações meteorológicas de Marte durante a descida da sonda, que durou quatro minutos e meio até pousar na superfície do nosso planeta «vizinho», que se encontra a qualquer coisa como 497 milhões de quilómetros de distância. Entre muitos outros aspectos, a pequena nave registou dados sobre a densidade da atmosfera, a taxa de humidade, a direcção e a velocidade dos ventos. A viagem até Marte durou mais de oito meses.



“A fraude fiscal é um roubo que os ricos fazem aos pobres. A iniquidade fiscal é o maior factor de insegurança social entre nós.”

(Manuel Villaverde Cabral, «Diário de Notícias», 7.07.97)

“Banca: cinco grupos financeiros monopolizam 93% dos lucros”

(Título do «Semanário Económico», 4.07.97)

“Uma pessoa, para chegar ao topo, precisa de ultrapassar muitos jogos de interesses e de traição. Eu gosto disso. Ao mínimo deslize, é-se logo arrastado para um canto. Eu vejo isso, na JS: qualquer coisa que uma pessoa faça mal ou apoie uma pessoa que não o deveria fazer, é logo arrastada. Na política é assim.”

(Renato Ribeiro, membro da JS, em entrevista ao «Notícias Magazine», 8.07.97)

“Há neoliberais oriundos da extrema-esquerda mais papistas do que os papas do neoliberalismo. Um dia destes, a suprema ironia vai ser vê-los à rasca, a lutar contra as classes populares.”

(Alfredo Barroso, «Expresso», 5.07.97)

“Quem na sua vida mostra a biblioteca é porque não tem mais nada.”

(Pedro Santana Lopes, «A Capital», 5.07.97)

“Quero ter um clube de futebol na I Divisão.”

(Idem, ibidem)

“A ameaça de demissão do primeiro-ministro enquadra-se num clima de incontornável inércia política.”

(Leonel Moura, «A Capital», 6.07.97)

“Guterres corre o risco de ‘Pedro e Lobo’: depois de tantas vezes gritar que ele vem, não vindo, a aldeia já não acreditará quando ele vier mesmo. E a demissão congeminada como primeiro passo para um regresso triunfal pode revelar-se então mais problemática.”

(Fernando Madrinha, «Expresso», 5.07.97)

“A ameaça de demissão é (...) extemporânea. E configura um relacionamento assente na chantagem política com a Assembleia da República. Além de fragilizar o Governo, mesmo que o papel de vítima lhe renda alguns dividendos a prazo.”

(José António Saraiva, «Expresso», 5.07.97)

“A História parece repetir-se: primeiro uma maioria relativa, depois uma maioria absoluta pedida em nome da «governabilidade». Mas a História nunca se repete da mesma forma - a não ser como farsa. E é isso que parece estarmos a viver.”

(José Manuel Fernandes, «Público», 6.07.97)



Fim da «colecta mínima»

Por ordem expressa do Primeiro-Ministro António Guterres, foi anulada a taxa mínima de IVA de 100 e 150 contos que o Governo tinha destinado aos lojistas e prestadores de serviços. Esta intervenção de António Guterres ficou a dever-se às ondas de protesto que esta medida desencadeou, levando a um recuo do Executivo tão precipitado como o do anúncio desta nova colecta. Segundo as contas do Ministério das Finanças, os cofres do Estado irão perder entre 20 e 30 milhões de contos com este «recuo» decidido pessoalmente pelo Primeiro-Ministro, comentando-se na Imprensa que Guterres tomou

esta decisão com medo das repercussões deste imposto nos resultados eleitorais do PS nas próximas eleições autárquicas. Fica de novo adiado o enfrentar do escândalo da fuga ao fisco denunciado recentemente, onde se concluiu que 90% por cento dos empresários portugueses declararam prejuízos nas suas declarações de rendimentos. A «colecta mínima» foi, à partida, considerada uma medida desajustada e que em nada contribuiria para restabelecer a tão necessária justiça fiscal no nosso país, onde os trabalhadores por conta de outrem continuam a ser os únicos a cumprir as suas obrigações com o Estado.



Os deputados comunistas fizeram uso dos seus direitos e agendaram para hoje uma interpelação ao Governo sobre política geral. No fecho da edição, o «Avante!» interrogou o secretário-geral do Partido e o presidente do Grupo Parlamentar acerca dos motivos que levaram a esta iniciativa que, segundo Carlos Carvalhas, vem proporcionar ao plenário da AR a oportunidade de travar o debate sobre o Estado da Nação, que foi sacrificado pelo PS, PSD e PP a favor da «revisão constitucional a mata-cavalos».

PCP questiona hoje na AR a política geral do Governo



O debate necessário sobre o Estado da Nação

O que levou o PCP a colocar na agenda parlamentar uma interpelação sobre política geral neste preciso momento?

Carlos Carvalhas: Esta interpelação vem permitir que se faça o verdadeiro debate sobre o Estado da Nação, vem substituir esse debate, de que o Governo prescindiu, em convergência com o PSD e com o PP, para fazer a revisão constitucional a mata-cavalos. Ora, estamos quase no meio da legislatura, e é

Declarações de Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira ao «Avante!»

pelação deveria, naturalmente, tê-lo como interlocutor. Pela prática que tem seguido, o primeiro-ministro tem estado presente nas interpelações, mas tem fugido ao debate. O próprio Partido Socialista tem procurado desvalorizar as interpelações.

Octávio Teixeira: É uma forma *sui generis* de praticar o diálogo...

Depois do chumbo da proposta do Governo sobre finanças locais, é de esperar que haja nesta interpelação mais alguma coincidência de posições de toda a oposição?

OT: Este é o momento em que é mais claro o entendimento entre o Governo, o PS, o PSD e o PP relativamente a questões essenciais para o País, como, por exemplo, a substituição do escudo pelo euro, o adiamento *sine die* ou até a hipotética inviabilização da regionalização, e a revisão da Constituição num sentido que irá empobrecer o regime político democrático.

têm sido sempre meramente pontuais.

CC: Até ao momento foram rejeitadas pela convergência de votos das oposições só três propostas de lei: a do totonegocio, que levou mais tarde ao arrependimento do sr. primeiro-ministro; a dos cortes de estrada; e agora a das finanças locais.

OT: Aliás, o chumbo da proposta de lei das finanças locais é apenas o chumbo da proposta de lei, não impede qualquer eventual nova lei sobre essa matéria. Estão aprovados três projectos de lei sobre finanças locais.

Estão previstas novas iniciativas, ainda neste período antes das férias, por parte do Grupo Parlamentar comunista?

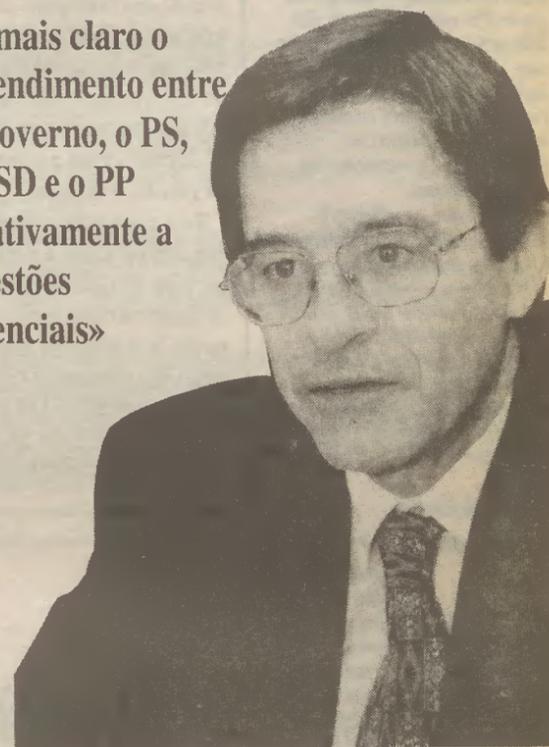
OT: Por parte do nosso grupo não está prevista mais nenhuma iniciativa, pelo menos que se reflecta num debate parlamentar em plenário, porque o plenário está todo ocupado, até à última hora, com o processo da revisão constitucional.

CC: Não vai haver nenhuma votação em consequência da presente interpelação, pelo que não poderá registar-se coincidência de votos. Também não se verificará qualquer coincidência nas tomadas de posição, nas críticas nem nas propostas. O que costuma haver é uma coincidência entre o PSD, o PS e o PP nas questões fundamentais e um grande alardido, uma grande divergência formal, em torno das questões secundárias.

OT: As convergências objectivas entre o PCP e os partidos da oposição de direita

única, o desaparecimento do escudo e a sua substituição pelo euro; o ataque ao sector público na economia...

«É mais claro o entendimento entre o Governo, o PS, o PSD e o PP relativamente a questões essenciais»



Assuntos incontornáveis

Octávio Teixeira apontou «cinco questões que, entre outras, vão estar presentes na interpelação parlamentar de hoje»:

- «O incumprimento das promessas eleitorais feitas pelo PS e pelo actual primeiro-ministro na campanha para as legislativas de 1995;
- «O facto de o Governo ter abjurado qualquer política de esquerda e prosseguir a política de direita de Cavaco Silva, tudo fazendo para integrar o pelotão da frente dos melhores gestores do capitalismo ultraliberal»;
- «O assalto dos boys ao aparelho de Estado e a descarada instrumentalização do Estado ao serviço dos interesses eleitorais autárquicos do PS»;
- «A política de propaganda do Governo e a sua interferência doentia na comunicação social, em particular na RTP»;
- E «a aliança permanente do Governo e do PS com a direita, ora com o PP, ora com o PSD, ora com os dois, quer nas políticas económica e laboral quer na tentativa de desfigurar o nosso regime político e de enfraquecer a democracia».



«O primeiro-ministro tem estado presente nas interpelações, mas tem fugido ao debate»

o momento de confrontar o Governo com as suas promessas, com as suas políticas, com a situação que hoje temos no nosso país.

O PCP espera ter hoje por interlocutor, da parte do Governo, o primeiro-ministro?

CC: Se o primeiro-ministro levasse à prática aquilo que muitas vezes tem dito a respeito da sua presença na AR, esta inter-

A revisão constitucional está entre as matérias que o Partido vai querer ver tratadas?

CC: Não vamos, evidentemente, deixar de abordar uma questão da máxima importância e actualidade como é a revisão constitucional. O PCP irá questionar uma revisão da Constituição que procura consagrar um conjunto de acordos que têm um sentido de retrocesso e não de progresso.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Finanças Locais e competências Novos meios não podem significar novos encargos

A Assembleia da República chumbou a proposta de lei de finanças locais. Na hora de contabilizar os votos, 109 deputados votaram contra e 102 a favor. Apenas os deputados do PS e a líder parlamentar do PP, Maria José Nogueira Pinto, votaram favoravelmente o diploma. Não cedendo à chantagem do Governo, que voltou a acenar com o cenário da demissão, os partidos da oposição impediram deste modo a passagem de um diploma elaborado para legitimar os cortes de verbas e o sucessivo incumprimento da lei de finanças locais.

Outra sorte teve a proposta governamental que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. Apesar dos votos contra do PCP, o diploma acabou por passar graças à abstenção do PSD e PP. Era a direita a dar uma mão ao PS na aprovação de uma lei que representa um duro golpe para os interesses do poder local e das populações.

Esta foi, aliás, uma das razões determinantes para o voto contra do Grupo Parlamentar do PCP, que, pela voz de Luís Sá, acusou o Governo do PS de "dar prioridade ao euro e ao corte das despesas públicas", de querer "livrar-se de obrigações" e de seguir uma política de desresponsabilização do Estado em "áreas de intervenção e investimento público essenciais para garantir os direitos sociais e a qualidade de vida das populações".

Para a bancada comunista, o que está em causa é a tentativa por parte do Governo no sentido de fazer crer que qualquer aumento de receitas das autarquias teria obrigatoriamente de passar por novos encargos. Ora sucede, como explicou Luís Sá, que o "nível de financiamento deve ser

debatido e acertado para o actual nível de encargos", e não para quaisquer novas atribuições que, a serem atribuídas, deverão ter um financiamento próprio.

Daí que o parlamentar do PCP não tenha hesitado em afirmar que se está em presença de um processo que "inevitavelmente se tornaria numa transferência de

encargos realizada na base da insuficiência de meios que hoje estão destinados aos municípios e que contribuiria para aumentar essa insuficiência".

Luís Sá recusou, aliás, de um modo frontal, a tese contida na proposta de lei de que "novos meios para as autarquias terão que significar novos encargos", do mesmo modo que condenou o procedimento do Governo que levou à ruptura do trabalho que estava a ser desenvolvido com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP).

Não menos duras foram as críticas dirigidas pela formação comunista à proposta de lei de finanças locais, diploma justificado pelo ministro do Equipamento, João Cravinho,

Cravinho avançou com a afir-

mação de que "mais competências e mais responsabilidades implicam uma revisão do regime de finanças locais".

Só que o montante de transferências para as autarquias, de acordo com a proposta de lei, não difere significativamente da verba à disposição dos municípios, o que contrasta, como observou Luís Sá, "com as promessas do PS e com a sua actualização na oposição, em que tantas vezes denunciou o incumprimento da actual Lei de Finanças Locais".

Elencadas por Luís Sá foram ainda algumas das principais propostas defendidas pelo Grupo comunista em relação a esta matéria, a primeira das quais, disse, passa por "um novo regime financeiro assente

num Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) mais redistributivo e numa participação reforçada na partilha dos impostos nacionais (IRS)".

O estabelecimento de uma base que "afecte aos municípios um montante inicial que reponha a verdade na aplicação da actual lei", bem como a adopção de um novo critério de variação do FEF, constituem outras tantas propostas consagradas no projecto do PCP, que preconiza simultaneamente uma "melhor redistribuição do FEF através de critérios mais simplificados e transparentes" e, noutra vertente, um reforço da "capacidade financeira das freguesias, tornando-a autónoma e directamente ligada ao Orçamento do Estado".

Quinta dos Aciprestes

O deputado da Intervenção Democrática, João Corregedor da Fonseca, que integra o Grupo Parlamentar

do PCP, exigiu do IGAT maior celeridade na conclusão do inquérito ao caso que envolve um processo de loteamento da Quinta dos Aciprestes, em Linda-a-Velha. Trata-se de uma propriedade que constituiu hoje uma das poucas áreas verdes existentes naquela área, com um património construído de interesse municipal, a qual, depois de uma abandono deliberado, acabou por ser objecto de um projecto de loteamento com contornos nebulosos.

Revisão constitucional

O Parlamento aprovou uma deliberação que prorroga o mandato da Comissão Eventual de Revisão

Constitucional até meados de Setembro, mais exactamente até dez dias após a votação final global, a qual deverá ocorrer a 3 daquele mês. Subscrita conjuntamente pelo PS e PSD, esta deliberação teve os votos contra do PCP e do PEV. Para os seus autores, com esta iniciativa, trata-se de permitir que os cerca de 50 artigos da Constituição que não foram discutidos até final do mandato da comissão sejam analisados antes de subirem a plenário para votação na especialidade.

A comissão continuará, assim, em efectividade de funções enquanto os artigos são discutidos e votados, entre 15 e 31 de Julho, terminando o seu mandato apenas com a votação final global da revisão da Constituição, depois das férias parlamentares.

Actividade seguradora

A proposta de Lei do Governo sobre o regime de acesso e exercício da actividade seguradora foi aprovada no plenário da Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS e PP e as abstenções das restantes bancadas.

Faz hoje oito dias, no período regimental dedicado às votações, os deputados aprovaram ainda, por unanimidade, o projecto de resolução que define as regras do regime de difusão dos trabalhos parlamentares na TV Cabo. O diploma referente às bases gerais da gestão e exploração de redes de telecomunicações foi igualmente aprovado, mas com a abstenção do PCP. Acolhido com o voto favorável unânime das bancadas parlamentares foi, por outro lado, o projecto de resolução da comissão parlamentar de inquérito para averiguar do reconhecimento ou autorização de funcionamento de instituições ou cursos do ensino superior particular e cooperativo.

Carvalhas anuncia posição do PCP Contra a politiquice e as negociatas

O voto contra da bancada comunista na proposta de lei de finanças locais, determinante para a sua rejeição pelo Parlamento, foi justificado pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, para além da natureza negativa do próprio diploma, com as cedências do PS à direita em matéria de regionalização e com a sua "inflexibilidade" para proceder a alterações ao calendário de votação da revisão constitucional.

Recorde-se que a conferência de líderes aprovou na semana transacta, apenas com o voto contra do PCP, o calendário de votação das alterações ao texto fundamental. Entre 15 e 31 de Julho, a Assembleia da República dedicará 20 sessões plenárias exclusivamente à votação da revisão constitucional e três reuniões para outros agendamentos.

Em conferência de imprensa realizada faz hoje oito dias, Carlos Carvalhas garantiu que o PCP fará um "forte combate" à revisão constitucional, que considerou não ser urgente para o País.

"Estamos contra toda esta politiquice e todas estas negociatas entre o PS e o PSD, sempre com a ajuda da bengala do PP", sublinhou o dirigente comunista, que teceu ainda duras críticas ao que considerou "vergonhoso acordo" de revisão da Lei Fundamental selado por aqueles partidos, designadamente no que respeita às alterações à Lei eleitoral, por, em sua opinião, criar "graves entorces" à regra da proporcionalidade.

"O PS e o PSD querem fazer a revisão constitucional a mata-cavalos", acusou Carvalhas, que justificou ainda a posição do PCP com o "aprisionamento da regionalização", que ficará "dependente do PSD".

Pronunciando-se objectivamente sobre a proposta governamental de finanças locais, o líder comunista apelidou-a de mau diploma, alertando para o facto de, ao contrário do que se pretende fazer crer, não visar transferir mais dinheiro para as autarquias.

"O governo pretende apenas transferir mais responsabilidades para os municípios", acusou o secretário-geral do PCP.

"Os Verdes" interpelam sobre o ambiente Governo esqueceu as promessas

Em matéria de ambiente, no nosso país, há fortes razões para acreditar que as coisas não vão bem. Na passada semana, em interpelação ao Governo, o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) demonstrou isso mesmo, trazendo para primeiro plano um quadro que alguns não hesitam em classificar de "catastrófico". Primeiro grande debate sobre política de ambiente desde que o actual Governo tomou posse, para "Os Verdes", de quem partiu a iniciativa do agendamento, tratava-se de proceder a uma avaliação da política seguida nestes quase dois anos, bem como dos eventuais resultados alcançados.

E uma das conclusões a reter do debate, depois das intervenções das deputadas ecologistas Isabel de Castro e Heloísa Apolónia, é que também neste domínio há uma desconformidade entre as promessas feitas pelo PS antes das eleições legislativas e a sua prática governativa.

Pode mesmo dizer-se, como foi assinalado nesta interpelação sobre "Política Geral de Ambiente Centrada nas Questões do Ordenamento do Território e dos Resíduos", que o Governo prossegue a "mesma linha da política do PSD, que o PS tanto criticou na oposição", ao revelar designadamente a mesma incapacidade em adoptar medidas capazes de garantir um desenvolvimento sustentável.

Pronunciando-se em nome da bancada comunista, José Calçada, por seu turno, chamou a atenção para os princípios a que deve obedecer uma correcta gestão dos resíduos sólidos urbanos, relevando a importância da reciclagem/reutilização (nomeadamente ao nível da recolha selectiva), bem como da necessidade de minimizar a ocupação de áreas com resíduos. Por si salientado, ainda neste plano, foi o interesse em adoptar tecnologias que "proporcionem significativas reduções de volumes", e, noutras vertentes, a

"minimização dos impactes ambientais", a optimização global de custos (recolha, transporte e tratamento) e a redução dos riscos para as populações.

José Calçada abordou igualmente a questão dos resíduos

industriais e, de um modo particular, os resíduos hospitalares, tecendo, sobre estes últimos, severas críticas pelo modo como é executado todo o processo de recolha e tratamento. O parlamentar comunista equiparou mesmo o trata-

mento destes resíduos a um problema de saúde pública, para concluir que "Kafka não faria melhor: tratamos a saúde dos portugueses com consequências tais que, a jusante, podemos matar o doente depois de o termos curado".



Urge incrementar um sistema nacional para o tratamento e eliminação dos resíduos industriais, designadamente os tóxicos e perigosos

LEIRIA Campanha de Fundos

A Comissão Concelhia de Leiria do PCP anunciou que, até ao dia 25 de Junho, já fez entregas, no âmbito da Campanha de Fundos para as Autárquicas 97, no valor de 591 contos, para uma meta de 600 contos.

As entregas já efectuadas correspondem a 98,5% da meta desta organização concelhia.

FARO DORAL exige demissão do Governador Civil

A Direcção a Organização Regional do Algarve (DORAL) do PCP exigiu, a semana passada, a demissão do Governador Civil de Faro, por considerar que a sua postura "põe em causa a legalidade democrática e constitui uma verdadeira entorse do regime democrático", pois "não está a ser garantida a igualdade de oportunidades de todas as candidaturas às próximas eleições autárquicas".

Em causa está "a sistemática utilização do aparelho de Estado por parte do Partido Socialista na promoção dos seus candidatos às próximas eleições autárquicas", o que viola "as mais elementares regras de isenção, preservação e garantia da legalidade democrática". Política em que o Governador Civil de Faro se distingue particularmente, "como uma guarda avançada da preparação das próximas eleições autárquicas em escandaloso favorecimento dos candidatos do PS".

O exemplo mais recente aconteceu no dia 3 de Julho, na visita à Escola EB 2,3 do Algoz, no concelho de Silves, em que o candidato do PS, nas próximas eleições, à autarquia de Silves, apareceu acompanhado pelo Governador Civil de Faro.

Neste quadro, a DORAL do PCP exige a imediata demissão do Governador Civil, como "o único caminho para a reposição da legalidade constitucional".

FIGUEIRA DA FOZ Incêndio impõe medidas urgentes

A Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP manifestou, em comunicado de imprensa, a sua solidariedade para com os sócios da Associação Naval 1º de Maio, cujo edifício ficou destruído pelo grande incêndio que lavrou no centro da cidade, bem como com os comerciantes e trabalhadores afectados.

Face a esta situação, o PCP propõe que se tomem algumas medidas urgentes - para cuja concretização se disponibiliza a dar o seu contributo - nomeadamente: realojamento provisório dos estabelecimentos destruídos e da Associação Naval; reconstrução do edifício de acordo com o PDM.

MARINHA GRANDE Favores e cumplicidades

As "graves irregularidades cometidas pelo vereador A. Constâncio e Teresa C. Marques num processo de obras na residência do primeiro", são denunciadas pela Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, como uma "gravíssima situação".

Os vereadores CDU, como é referido em comunicado de imprensa, tiveram conhecimento da situação e "desencadearam um processo para o cabal esclarecimento do caso, que viria a originar uma imensidão de irregularidades processuais e de favoritismo partidário". As conclusões da inspecção e o parecer da Direcção de Serviços de Estudos classificaram as irregularidades cometidas "como passíveis de acção para perda de mandato do vereador A. Constâncio".

Neste quadro, a Comissão Concelhia do PCP denuncia o "escandaloso proteccionismo e cumplicidade política" e questiona, em particular, sobre qual teria sido a decisão do Inspector Geral se o caso ocorresse com um vereador da CDU.

TAROUCA Encontros com a população

Os deputados da CDU José Calçada e Bernardino Soares estiveram, nos passados dias 20 e 21 de Junho, no concelho de Tarouca, distrito de Viseu, para encontros com as populações de várias freguesias, debates, encontros com instituições, visita aos monumentos mais importantes.

Do balanço realizado - e como se destaca em nota do Gabinete de Imprensa da DORV do PCP - "muito há a fazer por Tarouca, quer no plano do ambiente, do património, da saúde, da educação, do desenvolvimento económico".

Nas visitas efectuadas pôde nomeadamente constatar-se que o Centro de Saúde está muito aquém das necessidades, a Escola C+S Dr. José Leite de Vasconcelos "se encontra num estado de degradação inaceitável", o património construído, em particular os mosteiros de Salzedas e S. João de Tarouca, se mantém degradado. No que respeita à situação da agricultura, "os agricultores da região queixaram-se sobretudo de graves problemas com a produção da batata e vinícola".

SETÚBAL PCP na Internet

A Direcção da Organização Regional de Setúbal vai colocar na Internet uma página do PCP no Distrito com o endereço - [htt.www.dors.pcp.pt](http://www.dors.pcp.pt).

Para a sua apresentação, foi realizado, no dia 7 de Junho, um "moscatel de honra", no Edifício Arrábida, em Setúbal.

Porto

CDU apresenta propostas

As propostas da CDU para a Área Metropolitana do Porto (AMP) foram publicamente apresentadas no passado dia 3 de Julho, numa iniciativa que contou com a presença de Carlos Carvalhas, de representantes de "Os Verdes" e da ID e numerosos participantes.

Armando Pimenta, vice-presidente da Assembleia Metropolitana, presidiu à sessão.

O conjunto de propostas da CDU abarca o plano político - rápida institucionalização das regiões administrativas e revitalização dos órgãos metropolitanos -, e o plano económico - aumento substancial do investimento público e negociação de um Plano de Desenvolvimento Regional.

Tendo por base os princípios democráticos da gestão metropolitana, a CDU elege, no conjunto de problemas da AMP, o saneamento básico como prioritário, a requerer uma intervenção de emergência, propondo ainda uma série de outras medidas.

As várias intervenções, ao longo do encontro, abrangeram os problemas mais candentes da área do Grande Porto, do diagnóstico socioeconómico às questões ambientais, da segurança das populações aos problemas do crescimento urbano.

O processo de desindustrialização, o crescimento do desemprego (85 mil desempregados e uma taxa de 12%, quase dupla da média do país) e de formas de emprego precárias, a degradação do tecido social da região - foram questões abordadas por Serafim Nunes, numa avaliação

global da realidade socioeconómica do Grande Porto.

Problemas sociais a que se vêm juntar os da área ambiental, do tratamento de resíduos sólidos à questão das águas residuais (em que o distrito do Porto detém médias terceiro-mundistas), como sublinhou Eduarda Ferreira

A segurança das populações foi referida, por Antero Pires, numa perspectiva de implementação de políticas sociais que diminuam as múltiplas causas que originam os comportamentos e a criminalidade.

José Cavalheiro defendeu o planeamento urbano numa perspectiva de PDMs e planos de pormenor, que comportem mecanismos claros de limitação à agressão do espaço urbano, com a participação alargada dos moradores.

A vereadora Ilda Figueiredo, que considerou como absoluta-

mente prioritário "satisfazer as carências em infra-estruturas e equipamentos, dar especial atenção à criação de espaços verdes e de lazer, às questões urbanísticas, ao bem-estar, não esquecendo a necessidade de aproximar as decisões políticas das populações", defendeu que "cada cidadão deve sentir-se bem no lugar onde vive, plenamente integrado e participante no desenvolvimento da sua cidade e região".

No encerramento do encontro, Carlos Carvalhas comentou o fervilhar de notícias em torno da "crise" pelo chumbo da AR à proposta de diploma das finanças locais e denunciou os múltiplos exemplos de abuso de poder, de utilização do aparelho de Estado por parte do PS, a confusão entre interesses de Estado e interesses partidários em várias iniciativas do PS de carácter eleitoral.

Álvaro Cunhal na apresentação de candidatos CDU



Almoço-convívio em Tomar

A apresentação pública da lista de candidatos da CDU à Freguesia do Tramagal, realizou-se no domingo passado, e contou com a participação de Álvaro Cunhal.

Uma iniciativa, promovida pela Comissão Coordenadora da Concelhia de Abrantes do PCP, em que estiveram presentes cerca de uma centena de pessoas.

Álvaro Cunhal participou ainda, no mesmo dia, no almoço-convívio de apresentação do candidato à presidência da Junta de Freguesia de Paialvo - Tomar, o actual presidente da Junta, Custódio Ferreira.

Na sua intervenção, Álvaro Cunhal sintetizou o papel do PCP e da CDU nos órgãos do Poder Local.

Intervieram ainda, nesta iniciativa, Manuel Godinho, independente, em representação da coordenadora da CDU de Tomar, Rosa Dias, candidato à Câmara, e Custódio Ferreira.

Matosinhos Comunistas denunciam desemprego crescente

O elevado número de desempregados no concelho foi um dos temas de destaque na 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos do PCP, realizada no passado 30 de Junho.

A Assembleia, que contou com a participação de Emídio Ribeiro, da Comissão Política e do Comité Central e responsável da DORP do PCP, aprovou três resoluções sobre: a situação social no concelho de Matosinhos; o trabalho local e as eleições autárquicas; questões de direcção e organização.

Os comunistas sublinharam a sua preocupação com o facto de Matosinhos ser um dos concelhos do distrito do Porto com maior número de desempregados e denunciaram a política de direita de sucessivos governos, que tem lançado no desemprego milhares de trabalhadores e provocado o encerramento de muitas empresas.

Em nome da viabilização e reestruturação das empresas, continuam a ser suprimidos inúmeros postos de trabalho em muitas empre-

sas, como é o caso da EFACEC; Petrogal, APDL, Efanor e Spirel - denunciam ainda os comunistas de Matosinhos.

A Assembleia refere também a concessão de serviços, na APDL e na Câmara Municipal, como uma outra forma de privatizar, entregando os sectores rentáveis a operadores privados e muitas vezes não acautelando tão-pouco os direitos dos trabalhadores.

A resolução aprovada sobre a situação social responsabiliza a Câmara Municipal, de maioria PS, de se manter "insensível aos dramas humanos" e não defender "uma política de desenvolvimento económico que aproveite as indiscutíveis potencialidades do concelho".

No quadro do debate sobre

as eleições autárquicas foram aprovados, como objectivos eleitorais:

- * A representação da CDU no futuro executivo municipal;
- * O reforço das posições da CDU na Assembleia Municipal;
- * O aumento de eleitos em Assembleias de Freguesia;
- * O aumento da votação nas listas da CDU.



Assembleia da organização de Matosinhos do PCP

Governo PS desestabiliza situação no Alentejo

A desestabilização do Alentejo não é compatível com o seu desenvolvimento

A instrumentalização dos cargos públicos pelo PS e a utilização de membros do governo em iniciativas estritamente partidárias, na perspectiva de promoção dos seus candidatos às próximas eleições autárquicas - são factos recentemente denunciados pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) do PCP, em comunicado sobre as nomeações para a Comissão de Coordenação da Região Alentejo/CCRA.

A OIRA do PCP questiona, em particular, a nomeação do médico José Ernesto de Oliveira, candidato do PS à Câmara Municipal de Évora, para presidente da CCRA.

O que está em causa - afirma-se no comunicado - "é o perfil técnico necessário para ocupar o cargo técnico-administrativo de presidente da CCRA, que pressupõe o conhecimento de economia, gestão e planeamento que o candidato do PS à Câmara de Évora manifestamente não tem". O que está em causa "é a garantia do exercício do cargo com isenção, condição que consideramos não ser assegurada pelo candidato do PS à Câmara de Évora".

Um exemplo de instrumentalização de cargos públicos a que a OIRA do PCP junta outro, de utilização partidária de ministros e secretários de Estado.

Foi o caso, recente, de Mértola, em que o PS, depois de anunciar a iniciativa de lançamento do seu candidato à Câmara, anunciou igualmente a presença de vários membros do governo.

ProAlentejo Acção de propaganda

Acções de propaganda, como a recente "apresentação pública do chamado Programa de

Desenvolvimento Integrado do Alentejo - ProAlentejo" e a recusa do reforço de verbas para o PORA - Programa Operacional da Região Alentejo -, são outras das questões abordadas pela OIRA.

A verdade - afirma-se no comunicado - é que os mais de 400 milhões de que tanto se fala no ProAlentejo "são os milhões de que já falavam em 1995 e que na altura eram 544 milhões" e que, em relação às propostas de reforço imediato do PORA, "o governo não disponibiliza nem mais um centavo".

Neste quadro, a OIRA do PCP "responsabiliza o governo e o PS por, persistindo nesta linha de partidização e instrumentalização descarada das instituições (Governo, CCRA, Governos Cívicos, IGT, etc.) utilizando-as como arma de arremesso contra as autarquias de maioria CDU no Alentejo, estar a criar uma situação indesejável de desestabilização na região".



Reivindicações estratégicas

A OIRA do PCP entende que qualquer Administração da CCRA que queira de facto contribuir para o desenvolvimento e a criação de emprego no Alentejo, terá que ter em conta as propostas formuladas pelas autarquias locais e por outras entidades locais e regionais e que essas entidades agrupam em 5 grandes reivindicações estratégicas.

1. Mais investimento para o Alentejo;
2. Ajustamento do Quadro Comunitário de Apoio;
3. Reformas estruturais;
4. Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Alentejo e um Programa Integrado para a Zona de Influência do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo;
5. Avanço do processo de regionalização.

Açores Não à federalização da autonomia

Os riscos de "federalização" da autonomia, a necessidade de novas orientações económicas, de par de questões como a reforma do sistema fiscal e as tarifas da TAP, foram alguns dos temas abordados por Decq Mota, Coordenador do PCP/Açores, em conferência de imprensa destinada a divulgar as conclusões da reunião da DORAA do PCP, realizada dia 29 de Junho, na cidade da Horta.

"Para o PCP/Açores é essencial alertar a opinião pública para o facto de, na sequência do acordo PS/PSD de revisão da Constituição, estar a decorrer uma inaceitável manobra que visa a "fede-

ralização" da autonomia, caracterizando o Sistema Constitucional de Autonomia, e abrindo caminho para um modelo comprometedor da unidade do Estado e comprometedor da existência de políticas regionais específicas solidariamente assumidas pela Região, pelo Estado e pela União Europeia".

Uma perspectiva que Decq Mota denunciou, contrapondo-lhe a necessidade de que, na presente revisão constitucional, "seja clarificado o poder legislativo e regional, sem perversões e que seja consagrada a obrigatoriedade de existência de uma lei de finanças regionais".

O desenvolvimento regional foi outro dos temas abordados pelo dirigente comunista que referiu que o PCP/Açores teve oportunidade - no quadro da recente visita de uma delegação da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu - de sublinhar "o facto, aparentemente paradoxal, da economia regional dos Açores continuar em profundas dificuldades, apesar do investimento comunitário estar a ser executado numa alta percentagem do que foi previsto".

Para os comunistas açorianos, este paradoxo só poderá ser resolvido com novas orientações, que tenham em conta

as especificidades regionais e visem claramente atenuar o custo económico da distância.

Em referência à reforma fiscal, Decq Mota sublinhou "a péssima actuação do Ministério das Finanças", chamando a atenção de que "na Região Autónoma dos Açores existem muitos casos, quer de empresários em nome individual quer de trabalhadores independentes, que não auferem rendimentos compatíveis com colectas fiscais mínimas dos montantes que têm sido referidos".

As "opções positivas" da TAP, no que respeita à flexibilização do seu tarifário, foram igualmente referidas

pelo dirigente comunista, para sublinhar a necessidade de "não criar o efeito perverso de umas ilhas terem a acessibilidade facilitada e outras terem essa mesma acessibili-

dade dificultada" e a urgência de o aumento de tráfego se reflectir numa redução da tarifa de residente, "medida essa que é essencial para a quebra do isolamento".



Um momento de convívio na festa

Madeira Crime ecológico na Meia Serra

Um cordão humano entre a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional, uma "Marcha Ecológica" à Meia Serra, são algumas das iniciativas já avançadas pela CDU da Madeira, no

quadro da luta contra a remodelação ou ampliação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos na Meia Serra.

Uma luta que vai prosseguir e que tem como objectivo impedir

a concretização do que a CDU considera como um crime ecológico.

Em perspectiva estão, desde já, a realização de um documentário sobre o estado da Estação da Meia Serra, a ser projectado no centro da cidade, e que servirá como mote a um debate público; um tribunal de opinião pública para fazer o julgamento da política ambiental do Governo Regional e a possível apresentação de uma queixa aos organismos comunitários.

Em causa está obrigar o governo a fazer a radiografia da

zona, para um balanço do que ainda será recuperável e travar o processo de ampliação e remodelação da Estação.

A CDU da Madeira denuncia, em particular, o perigo de contaminação das águas, e pretende consciencializar as pessoas para o problema. O deputado Edgar Silva referiu a existência de pareceres técnicos que apontam a necessidade de encontrar uma localização alternativa para o empreendimento e sublinhou que, para a CDU, mais que responsabilidades técnicas, há que exigir responsabilidades políticas.

Festa Popular na Zona Oriental de Lisboa

A apresentação pública dos candidatos do PCP às Freguesias da Zona Oriental de Lisboa, realizou-se sábado passado, no quadro de uma Festa Popular na Mata de Madre de Deus.

Uma iniciativa da Organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP, que contou com a participação de cerca de um milhar de pessoas.

No comício - o momento mais alto desta festa - foram apresentados os cerca de 170 candidatos (entre os quais 40 são jovens e 54 mulheres) a incluir nas listas da coligação "Mais Lisboa".

Intervieram no comício, entre outros, Rita Magrinho, membro da DORL do PCP e candidata à Câmara Municipal de Lisboa, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do CC do PCP.

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Ferreira Lima

Faleceu no passado dia 30 de Junho, com 91 anos de idade. Desenvolveu trabalho na Freguesia de São Condestável, onde foi responsável pelo Centro de Trabalho "Pedro Soares". Estava ainda ligado à Organização do Sector Público - EDP, onde ainda militava.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

CDU

Candidatos CDU

Mesmo já no período estival, a Coligação parece não abrandar o ritmo de iniciativas públicas de apresentação dos candidatos aos municípios e freguesias. Devido às limitações de espaço do nosso jornal apenas referimos os cabeças de listas às Câmaras e Assembleias Municipais

ALPIARÇA

Com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, teve lugar no passado sábado, em Alpiarça, um encontro concelhio da CDU que fez um balanço da actividade preparatória das eleições autárquicas, e divulgou ainda o nome do cabeça de lista à Assembleia Municipal, **Armando João Gaspar Pinhão**, de 44 anos de idade, gestor e actual presidente daquele órgão.

OURIQUE



José Filipe Estevens

Chama-se José Filipe Estevens, tem 39 anos, é professor e membro do PCP, vereador na Câmara Municipal de Ourique e recandidata-se à presidência da edilidade, com a convicção de que a CDU irá recuperar a maioria perdida nas últimas eleições. Na sessão de apresentação, José Estevens, que presidiu a Câmara de Ourique entre 1990 e 1993, criticou a actual gestão do PSD, referindo que as dívidas do município são tais que agora os fornecedores só fazem vendas a dinheiro. Para além de atitude de prepotência, o candidato da CDU acusou a maioria de «comportamento centralizador», patente no facto de não ter atribuído pelouros a eleitos de outros partidos.

No lançamento da candidatura, foi ainda anunciado o cabeça de lista à Assembleia Municipal, **José Cesariano Rosa Viana**, engenheiro técnico agrário e professor do ensino secundário, bem como os nomes que compõem a lista da CDU à câmara e que encabeçam as listas às assembleias de freguesia do concelho.

Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, intervindo na iniciativa, afirmou que na preparação destas eleições autárquicas «estamos a assistir a um abuso descarado do poder», notando que «quando alguns elementos do elenco governativo vêm dizer que nestas eleições a CDU vai ser enterrada trata-se de uma gula pelo poder com infiltração de tachos por todos os lados».

Para o dirigente comunista, «ao contrário de outros partidos que fazem da corrida às urnas uma feira de vaidades, a CDU apresenta pessoas que não concorrem pelo poder mas sim para servir os interesses das populações, com seriedade e competência».

POMBAL

«Dignificar o poder local democrático e promover a sua descentralização dentro de um espírito de liberdade e responsabilidade» - é a divisa da lista da CDU à Câmara do Pombal, encabeçada por **Maria Luís Roldão Brites**. Licenciada em Literatura e Filologia Germânica, a candidata foi professora no ensino secundário, tradutora da Livraria Civilização e autora de obras didácticas para o ensino de inglês e ale-

mão. Foi colaboradora regular da Página da Educação do diário «Comércio do Porto», publicando ainda artigos no «Jornal de Notícias» e na revista da educação «Labor». Tem igualmente publicados quatro livros dois de poesia e dois de prosa. Consciente da importância da imprensa regional, colaborou com «A Voz de Arunca», «O Correio de Pombal», «O Eco de Pombal» e com a Rádio Clube de Pombal.



Maria Luís Roldão Brites

Teve ainda funções de direcção em várias escolas e foi delegada sindical no Sindicato dos Professores, em cuja fundação participou.

PÓVOA DE LANHOSO



Vasco Coutinho

Vasco Coutinho é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso. O candidato tem 52 anos de idade e é chefe de serviços. Foi tesoureiro e membro da Assembleia de Freguesia de Maximinos-Braga, de onde é natural. Foi dirigente do Sindicato dos Escritórios do Norte e um dos principais dinamizadores do movimento das comissões de trabalhadores no distrito. Antes do 25 de Abril, como apoiante da CDE, participou activamente no movimento de oposição ao regime fascista.

A Coligação anunciou ainda o cabeça de lista à Assembleia Municipal, **Fernando Vieira**, de 51 anos de idade, aposentado da Telecom.

PINHEL



Francisco Alípio Fernandes

A Comissão Coordenadora de Pinhel da CDU divulgou os no-

mes dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente de **Joaquim Luís Ferreira** e de **Francisco Alípio Fernandes**. O candidato à câmara tem 44 anos e é advogado. Independente, foi durante vários anos jurista da União de Sindicatos de Castelo Branco e do Sindicato Têxtil da Beira Baixa.

Francisco Alípio Fernandes tem 39 anos, é funcionário público e eleito da CDU, como independente, na Assembleia Municipal de Pinhel. É ainda dirigente sindical da Função Pública, integrando a direcção do centro e da sub-região da Guarda do sindicato.

A CDU considera estas candidaturas como «uma aposta forte para atingir os objectivos de reforço do número de eleitos nos órgãos autárquicos, onde fazem falta vozes criativas e dinâmicas que elevem a qualidade e o rigor das decisões e dêem ao concelho o impulso de desenvolvimento sustentado que lhe tem faltado e que as suas gentes merecem».

SABUGAL



Geraldo Mendes

Geraldo Mendes e João Carlos Taborda Manata são, respectivamente, os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal do Sabugal. Geraldo Mendes tem 54 anos de idade, é bancário reformado e membro do PCP, residindo em Sortelha, onde integra várias colectividades. João Manata tem 37 anos, é comerciante de relojoaria e integra a Comissão Concelhia do PCP do Sabugal, bem como o Conselho Coordenador Regional do Partido. É actualmente eleito da CDU na Assembleia Municipal.

SESIMBRA

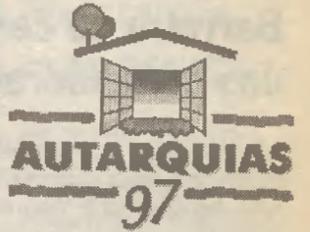
Num jantar-convívio muito participado foi apresentada a candidatura do cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Sesimbra. Trata-se de **Ezequiel Lino**, actual presidente da Câmara Municipal, um dos autarcas do país com maior número de mandatos: exerce estas funções há nada menos que 23 anos, desde o 25 de Abril.

Ao anunciar agora a sua candidatura ao órgão deliberativo municipal, Ezequiel Lino salientou que é essa a maneira de colocar a sua experiência ao serviço da população do concelho de Sesimbra.

Na ocasião entrevistaram também a dr. Felícia Costa, independente, os camaradas João Martelo e Armando Diogo, todos cabeças de lista a assembleias de freguesias,

e o camarada Augusto Pólvoira, cabeça de lista à Câmara Municipal.

Por fim, interveio Carlos Brito, director do nosso jornal, que fez o enquadramento político das próximas eleições autárquicas e prestou homenagem a Ezequiel Lino «por duas razões principais»: a sua obra de mais de duas décadas à frente do municí-



pio de Sesimbra e a sua disponibilidade agora afirmada de continuar a contribuir com o seu saber para que o PCP e a CDU prossigam e desenvolvam essa obra para bem do concelho e das suas populações.



Passeio de mulheres CDU do Porto

Mais de um milhar de pessoas, na sua maioria mulheres, estiveram no passado domingo na praia fluvial de Vila Verde, onde se realizou o já tradicional passeio anual das mulheres CDU do Porto.

Encerrando o momento político, Ilda Figueiredo, vereadora e cabeça de lista à Câmara do Porto, afirmou que «os municípios do Porto têm em nós, a CDU, o seu ponto de apoio mais seguro e determinado na luta pela melhoria das suas condições de vida e em defesa da cidade».

A candidata explicou ainda alguns projectos e propostas da Coligação dando conta dos muitos contactos, audições e encontros de reflexão que, com a colaboração de muitos independentes, tem vindo a realizar com vista à elaboração das linhas programáticas da CDU para a cidade do Porto.

Na tribuna, para além do núcleo de mulheres organizadoras da iniciativa, em nome do qual falou Amália Andrade, estiveram ainda Rui Sá, cabeça de Lista à CM do Porto, e Arlindo Fagundes, primeiro candidato à Câmara Municipal de Vila Verde, que interveio para sublinhar a adesão à candidatura da CDU de inúmeros independentes, muitos dos quais estavam presentes na iniciativa.

Governo em campanha

No jantar de apresentação de candidato da CDU em Montemor-o-Velho, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, considerou haver uma grande promiscuidade entre a acção governativa e os interesses partidários do PS. O dirigente comunista afirmou que se multiplicam as visitas de membros do Governo coincidindo com iniciativas partidárias do PS. «Só nos últimos dois meses, cerca de 50 iniciativas tiveram as presenças de 11 ministros e/ou de 10 secretários de Estado», disse, observando que nesta autêntica corrida ministerial têm-se destacado Maria João Rodrigues, ministra do Emprego, Fausto Correia, secretário de Estado da Administração Pública, e Vítor Batista, governador civil de Coimbra.

Sérgio Teixeira acusou ainda o Governador Civil de parcialidade ao ter mandado encerrar «A Esquerda é uma Festa» pouco depois das 24 horas. Recorde-se que foi durante esta iniciativa que a CDU apresentou os seus candidatos municipais.

Gestão PS desilude Ponte de Sôr

O encontro concelhio de Ponte de Sôr, realizado recentemente, confirmou que a população está desencantada e insatisfeita com a actual gestão do PS. A incapacidade e a atitude de isolamento e indiferença face aos anseios e necessidades das populações locais são os traços mais evidentes do executivo camarário, contra ao qual a CDU se afirma como a «única alternativa capaz de mobilizar os recursos e potencialidades do município, com a participação activa dos agentes económicos, culturais e sociais do concelho». Em breve, a Coligação irá anunciar os seus candidatos aos diferentes órgãos autárquicos.

NACIONAL

Barreiro no centro das comemorações da Marinha

O Barreiro está no centro das Comemorações da Marinha, que este ano realizou nesta cidade as cerimónias assinalando o Dia da Marinha (8 de Julho, data da partida de Vasco da Gama para a Índia), festividades que começaram com uma missa às 10 horas, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a que se seguiu um desfile militar, que contou com a presença do Ministro da Defesa, António Vitorino, e do Chefe do Estado Maior da Armada, almirante Vieira Matias. A Marinha associou-se, assim, às comemorações dos 500 anos da Partida para a Índia que o Barreiro este ano organizou, com o Alto Patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio. O Barreiro tem a sua história intimamente ligada aos descobrimentos. É de lá natural Álvaro Velho, o cronista de bordo da expedição de Vasco da Gama, tendo sido no seu território que se instalaram muitas estruturas que abasteciam e apoiavam as expedições náuticas. Daí que a sua Câmara Municipal tivesse tomado a iniciativa de envolver toda a comunidade, com relevo para todas as escolas do Concelho, nas comemorações do 5º centenário da partida para a Índia, dando corpo a um diversificado e espectacular conjunto de iniciativas, desde espectáculos a exposições, com destaque para uma extraordinária reconstituição histórica pelas ruas da cidade, fazendo desfilar centenas de figurantes reproduzindo uma noite de festa no reinado de D. João II.

CNA protesta por causa do CES...

Reunindo-se em Coimbra, a Direcção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura - CNA contestou a posição do PS que, na Assembleia da República, votou contra uma proposta de alteração da lei constitutiva do Conselho Económico e Social - CES, impedindo assim o acesso de representantes da agricultura familiar e do mundo rural português no plenário deste órgão institucional. A CNA denunciou «a falta de cumprimento de compromissos por parte do Partido do Governo e, nomeadamente, do seu Secretário-Geral e Primeiro-Ministro que, quando "oposição", e já mesmo depois disso, estava de acordo com a entrada da CNA para o Plenário do CES, mas que, agora, assim vem impedir tal objectivo». A CNA considera este boicote «um comportamento afrontoso para os agricultores» e para si própria, considerando-o um «comportamento antidemocrático que também indicia novos e preocupantes "negócios" (e cedências) entre o Governo, o Primeiro-Ministro e a CAP - como aconteceu com os Governos do Prof. Cavaco Silva - de que só há a esperar as piores consequências para a lavoura nacional».

... e dá o alerta para crise agrícola

Na mesma reunião de Coimbra, a CNA concluiu, após análise da situação, que «o corrente ano agrícola ameaça ser desastroso para milhares e milhares de pequenos e médios lavradores e suas famílias». «Começou pela seca», diz a CNA. «Passou pelas prolongadas chuvas tardias, ao mesmo tempo que as expectativas da "mudança" tão propagandeada foram caindo umas atrás das outras. Para além de pequenas medidas, e de bem maior propaganda, a verdade é que a situação no que se refere às políticas agrícolas e de mercados se vem a agravar», considera esta organização de agricultores, que tem mais reclamações a apresentar. «Os bons produtos nacionais estão sem escoamento e a preços de ruína» enquanto «continuam as importações sem controlo eficaz». «Anunciam-se mais baixas de preços e negociações desastrosas com a União Europeia, reduzem-se cada vez mais as verbas do Orçamento de Estado para a agricultura familiar por força das imposições do Tratado de Maastricht e da Moeda Única, mas há muitos milhões de contos para pagar privilégios e benesses de toda a espécie aos grandes proprietários absentistas», acusa a CNA, que afirma não restar outro caminho «senão o das movimentações e protestos».

Obra feita em Serra D'El-Rei

O boletim informativo da Junta de Freguesia de Serra D'El-Rei, no Concelho de Leiria, assinala com satisfação o trabalho realizado. Resume o seu presidente, Jorge Amador: «Conseguimos a instalação do sistema automático de controlo de velocidade na EN 114; foram iniciadas as obras da ETAR; dezenas de anos depois, conseguimos pôr a funcionar o Relógio de Sol, enriquecendo o valioso património histórico desta freguesia; conseguimos fazer aprovar o nosso projecto de ordenamento da zona da Varginha, que inclui a feitura de um novo colector doméstico e uma nova estação elevatória, uma obra que terá início nos próximos meses; dinamizámos e fizemos aprovar o projecto do Largo Padre José Cândido da Costa Leal; estamos também a preparar o projecto da pista de atletismo para o complexo desportivo da Serrana, bem como a ultimar o projecto de infra-estruturas da Cooperativa Agrícola, possibilitando, desta forma, a concretização da venda de uma parcela de terreno a preço simbólico para a construção das novas instalações do jardim de infância.»

Centenas de intelectuais participam no lançamento do Caderno Vermelho n.º 4

Centenas de intelectuais participaram no recente lançamento do número 4 da Revista Caderno Vermelho dirigida por Manuel Gusmão, iniciativa que decorreu no Vitória Espaço Cultural, no Centro de Trabalho Vitória do PCP, em Lisboa. A sessão foi conduzida por Vítor Serrão, Helena Seródio, Helena Medina, Sandra Monteiro, Rui Pereira e Manuel Gusmão, todos membros do Conselho de Redacção da Revista. A segunda parte da sessão de lançamento foi preenchida pela música de Tellemann e Mozart, com peças interpretadas por solistas da Sinfonia B. 980.

Na sua intervenção, Manuel Gusmão afirmou a dado passo:

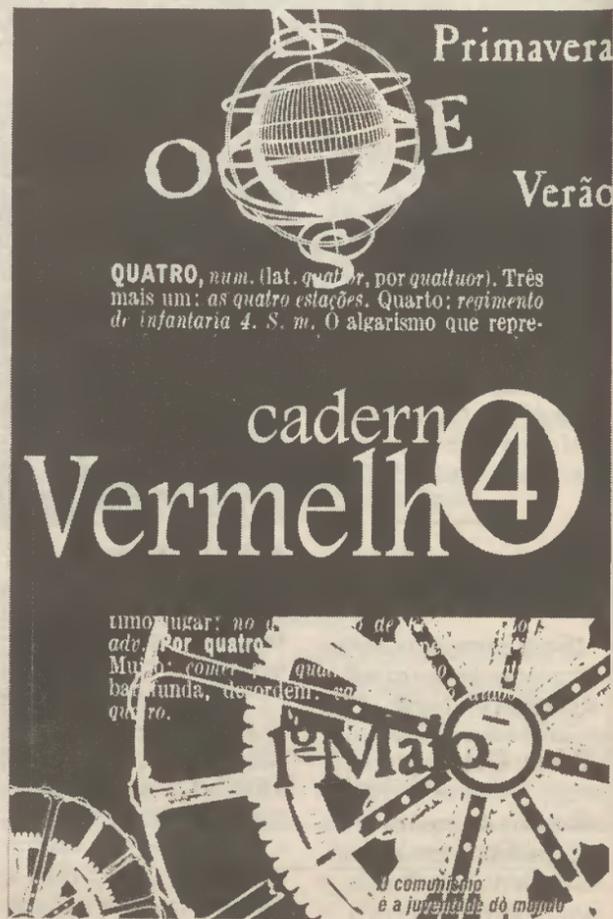
«Vivemos hoje uma intensa propaganda do capitalismo, apresentado como estádio superior e último, ou mesmo como o modo finalmente "natural" e "mais racional" de organização das sociedades humanas. Mas muita coisa vem mexendo, nos últimos tempos. Contra o pano de fundo dessa propaganda que, na sua forma dominante, é a propaganda do neoliberalismo, mais ou menos expressamente assumido, multiplicam-se e diversificam-se os sintomas de um grande mal-estar, que é ainda em larga medida latente, mas que também se manifesta crescentemente. Manifesta-se, positivamente, na luta crescente de largos sectores sociais e, negativamente, em explosões de irracionalismo violento. Manifesta-se tornando-se também explícito, no plano das ideias, da opinião, da ideologia.»

Contradizendo a tese do «fim dos intelectuais», Manuel Gusmão sublinhou a importância da intervenção dos intelectuais na criação, na teorização, na formação e na intermediação de valores e na batalha das ideias conjugada com uma tendência para o seu grande crescimento numérico, rejuvenescimento e cres-

cente assalariamento. E inseriu o Caderno Vermelho, de responsabilidade do Sector Intelectual de Lisboa do PCP (que, no espaço de pouco mais de um ano, já editou cinco números, num total de 8000 exemplares, e adquiriu autonomia financeira), no esforço de intervenção dos intelectuais comunistas de Lisboa na batalha das ideias e na intervenção e luta política concretas.

Rui Pereira, responsável pelo design da Revista (que tem reconhecidos aspectos inovadores e marcantes em relação ao próprio conteúdo), desenvolveu a ideia de se «tomar partido com o rasgar de um traço...», explicando que, no Caderno Vermelho, se apostou numa publicação-projecto editorial com uma personalidade gráfica e imagem consistente, numa revista política com dimensão cultural e criativa.

«A imagem pode acrescentar de facto algo de novo... e surgir como algo de imprevisto, pouco importa se esta é estruturada, simples ou elaborada. O essencial é a comunicação... A imagem funciona como intermediário do texto e também como um complemento ao próprio texto - assumindo mesmo um valor de significante. Neste caso, o ponto de partida para a criação plástica



é a palavra escrita, o ponto de chegada é o leitor.»

Em suma: «É tomar partido com o rasgar de um traço...»

O Caderno Vermelho nº 4 contém os seguintes artigos: Editorial: «Um certo mal-estar contemporâneo»; «Cultura e Mudança - Algumas notas sobre cultura e intervenção cultural» (Manuel Gusmão); «Os comunistas e a Arte no Século XX» (Maria Helena Seródio); «Problemas e Prioridades da Gestão Cultural» (Vítor Serrão); «Teatro e Educação - Habilitações e Competências» (Natália Vieira); «Educação e Paixões Perversas» (Manuela Esteves); «Ensino Superior: 8 orientações para uma nova política»; «Financiamento do Ensino Superior»;

«Ciberespaço e Sociedade de Informação» (Francisco Silva); «A Depreciação do Trabalho na Europa - Reflexões sobre um tema proposto» (Sérgio Ribeiro); «O 1º de Maio» (Maria Helena Seródio); «A Igreja Ama a Mulher?» (Graça Mexia); «Discurso P en Conferencia de las Naciones Unidas sobre Asentamientos Humanos, en Estambul» (Fidel Castro); «Carta de Berlim» (Daniel Libeskind); «Verbos de Lisboa Nº 3: IN Concluir» (Filipe Diniz); «Testemunho-Vertical-A-Caminho-Do-Manifesto-Pan-fletário» (Pedro Sena Nunes); «Por uma Fotografia Pobre - O lugar comum da fotografia» (Fernando Guerreiro); «Terra» - Fotos de Sebastião Salgado.

Em Setúbal Produtores de tomate marcham para Governo Civil

Os agricultores produtores de tomate do Distrito de Setúbal vão amanhã concentrar-se junto ao Governo Civil, em Setúbal, fazendo ali confluír uma marcha de protesto que tem concentração marcada para as 14 horas no Campo da Bola do Poceirão. Estes agricultores - a braços com «enormes prejuízos no tomate ao ar livre devido ao aparecimento do vírus *tripe da Califórnia*» - reclamam do Governo quatro medidas:

- Compensação pela perda de produção;
- compensação pelo aumento dos custos com o tratamento no combate ao vírus;
- prorrogação na liquidação das dívidas contraídas para esta campanha;
- garantia de que a quota agricultor/empresa e a quota nacional não sejam postas em causa.

Esta luta - dirigida pela Associação dos Agricultores do Dis-

trito de Setúbal e pela Hortisete / Cooperativa de Produtores Hortofruticultores Unidas da Península de Setúbal - desembocou na convocação desta marcha de protesto e concentração junto ao Governo Civil de Setúbal após se verificar a total falta de resposta do Governo às reivindicações destes agricultores, expressas anteriormente numa concentração no Poceirão que mobilizou centenas de agricultores e fez desfilar pela localidade mais de 50 viaturas agrícolas, com

subsequente encaminhamento para as autoridades da tutela das reivindicações e motivos desta luta.

Os agricultores produtores de tomate do Distrito de Setúbal recordam que, «neste País, 95% dos subsídios são atribuídos aos grandes proprietários», enquanto «os pequenos e médios agricultores são excluídos e marginalizados», pelo que recusam «que não haja medidas de compensação para centenas de pequenos e médios agricultores produtores de tomate».



O aparecimento de um vírus está a provocar enormes prejuízos no tomate ao ar livre

TRABALHADORES

Vitória
na Telecom

Nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom saiu vencedora, com larga vantagem, a Lista A, quem em comunicado se congratulou pelo facto de o pessoal da PT não ter cedido às pressões de responsáveis da empresa. A Lista A, que apelida de «lista do poder instituído» a sua única opositora, acusou a própria secretária de Estado das Comunicações de se ter envolvido no processo eleitoral, ao participar num encontro de trabalhadores ostentando ao peito um autocolante da Lista B. Para a CT, a Lista A obteve 8 mandatos, ficando-se por 3 eleitos a Lista B. Para as sub-CTs a diferença foi ainda mais evidente: 159 eleitos e 49 maiorias para a Lista A, 40 eleitos e 4 maiorias para a Lista B — de acordo com a informação distribuída pela lista vencedora.

Desempregada
não oficial

No Centro de Emprego da Covilhã informaram uma ex-trabalhadora da Empresa Transformadora de Lãs de que, apesar de continuar sem trabalho, já não consta nos ficheiros que registam o desemprego no concelho. O caso deu-se com Maria Conceição Ramos, que afirma ter conhecimento de situações semelhantes ocorridas com outras suas ex-camaradas da empresa encerrada há 4 anos.

Estrela
suspende

Um dirigente sindical metalúrgico foi suspenso pela administração da Fábrica de Produtos Estrela, em Santegãos, Rio Tinto. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Norte, «a prepotência da administração teve início quando pretendia controlar a ida dos seus trabalhadores à casa-de-banho, facto que teve logo a firme oposição do dirigente sindical». Depois, este foi discriminado nos aumentos salariais e, agora, foi suspenso — refere uma nota de imprensa do sindicato, que adianta já terem sido accionados os mecanismos legais de contestação da atitude patronal.

Vendaval
na Brisa

A privatização e o desmembramento põem em causa dezenas de postos de trabalho na Brisa Auto-Estradas de Portugal. Segundo a Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, a desagregação dos troços A8 e A7 e as condições apresentadas aos interessados na privatização de 30 por cento do capital da empresa ameaçam lançar para o desemprego 81 pessoas.

Mineiros firmes em defesa dos direitos
Grande adesão à greve
nas minas de Neves Corvo

A passada segunda-feira não ficará na memória como o dia em que a Somincor iniciou a laboração contínua nas minas de Castro Verde, mas sim como um momento de grande unidade e firmeza dos mineiros em defesa dos seus direitos.

Procurando aumentar a rentabilidade da exploração da maior mina de cobre e estanho da Europa, a administração da Somincor determinou o início da laboração em quatro turnos, sete dias por semana. Os mineiros mostraram claramente que não estão dispostos a aceitar o aumento das horas seguidas de trabalho e a redução do descanso semanal, tanto mais que deixariam de ser pagas as horas extraordinárias ao domingo (que passaria a ser um dia normal de serviço).

Feitas as contas, cada um dos mais de 800 mineiros de Neves Corvo trabalharia por ano mais 22 dias, com semanas de serviço que poderiam chegar aos dez dias e só tendo folgas ao sábado e domingo uma vez cada mês e meio.

A greve convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira teve uma boa adesão, desde o início,

ficando garantidos apenas os serviços mínimos. O piquete de greve e os trabalhadores concentrados à entrada da mina interromperam a circulação de pessoas e viaturas. Contaram com a solidariedade activa da CGTP e da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas, e até alguns trabalhadores das Pirites Alentejanas (em luta pela reabertura da mina e pela dinamização económica do concelho de Aljustrel, prometidas pelo Governo) fizeram questão de estar com os seus camaradas em Castro Verde.

Mesmo assim, a administração não quis compreender a mensagem. Chegaram a ser noticiadas declarações de responsáveis admitindo que a Somincor estaria disposta a suportar o encerramento da mina durante uma semana. Por parte dos trabalhadores, a firmeza manteve-se e chegou a estar agendada uma desloca-

ção a Lisboa, para exigirem a abertura de um processo de negociação sobre a laboração contínua e outros problemas a que a administração não dá resposta, como a redução do horário de trabalho, as incorrectas classificações profissionais e os horários dos transportes desajustados.

As pressões sobre os trabalhadores e as atitudes de confronto da administração foram acompanhadas nas primeiras posições públicas do Governador Civil de Beja. Disponibilizando-se para mediar o conflito, António Saleiro colocava como condição o abrandamento das formas de luta. O seu comportamento foi firmemente condenado pelo Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, que numa nota de imprensa divulgada anteontem à tarde o acusava de violar o direito à greve, «ao ameaçar com a GNR a luta dos trabalhadores da Somincor». «A desorientação é grande e o isolamento político é maior, devendo o sr. governador civil, de uma vez por todas, ser demitido do lugar que ocupa», concluía a nota do SIR/CGTP.

Garantias
na Dragapor

Na sequência da vigília iniciada segunda-feira, com um grupo de trabalhadores acorrentados aos portões do Ministério do Equipamento e Planeamento, o Governo assumiu vários compromissos relativamente à situação na Dragapor, o que levou à suspensão da concentração e do pré-aviso de greve — informou segunda-feira à noite o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

O Governo garantiu que os salários em atraso (Junho e subsídio de férias) vão ser pagos ainda durante esta semana e que serão feitos pontualmente os pagamentos de Julho. Comprometeu-se ainda, nas duas reuniões realizadas no Ministério de João Cravinho, a accionar as medidas necessárias à viabilização da empresa, como forma de assegurar a normalidade no pagamento de salários nos meses seguintes.

O executivo aceitou sujeitar à apreciação dos trabalhadores as propostas sobre integração e aposentação dos funcionários públicos, bem como os aspectos concretos da preservação dos postos de trabalho dos 53 funcionários do regime geral.

Renault parou
por melhores salários

A greve da passada sexta-feira, na fábrica da Renault em Cacia, convocada para exigir o aumento real dos salários e melhoria das regalias sociais, registou uma adesão superior a 80 por cento entre os trabalhadores do sector produtivo.

«A adesão à greve excedeu as expectativas», comentou Orlando Figueiredo, da Comissão de Trabalhadores, em declarações à Agência Lusa, acrescentando que se trata da greve «com maior adesão dos últimos tempos», com a quase totalidade dos trabalhadores da produção, cerca de 300, paralisados.

A Renault Cacia fabrica caixas de velocidade e outros componentes, como bombas de óleo e colectores, tendo abandonado recentemente a produção de motores, sem ter iniciado a produção de peças para outras marcas, como estava previsto. Excepção feita a um componente para a Mitsubishi, «tardam os projectos que envolvem a produção de peças para clientes externos», disse Orlando Figueiredo, preocupado com a viabilidade da fábrica.

A 20 de Junho deixaram de ser produzidos em Cacia os motores do modelo

Twingo e, segundo a Comissão de Trabalhadores, a greve tem também por intuito pressionar para que seja cumprido o acordo firmado entre a Renault e o Estado, celebrado a propósito da fábrica de Setúbal, e que previa a criação de 180 novos postos de trabalho em Cacia.

«O compromisso era o de repor o nível de emprego de Junho de 1996 e estamos em Julho de 1997 e, até à data, tal ainda não se verificou», protestou Orlando Figueiredo.

Representantes dos trabalhadores e da administração têm uma reunião marcada para a próxima quarta-feira.

Sábado de luta nas ruas do Porto

Trabalhadores e activistas de diferentes sectores de actividade manifestaram-se no dia 5, no Porto, reclamando mais emprego, melhores salários, o horário máximo de 40 horas semanais e a defesa da Segurança Social. Promovida pela CGTP, a manifestação partiu de três locais diferentes, confluindo para a Praça da Liberdade.

Ao intervir na concentração que aqui teve lugar, Manuel Carvalho da Silva condenou as ameaças da CIP de suspensão das actualizações salariais. O coordenador da CGTP denunciou o boicote patronal à nego-

ciação colectiva, que é regra generalizada em inúmeras empresas e sectores, a par da chantagem e pressão contínua sobre os trabalhadores para que abdicem dos seus direitos legítimos e consagrados.

Carvalho da Silva salientou que os resultados da prolongada e dura ofensiva contra os direitos dos trabalhadores contrariam claramente as teses do Governo e mostram que a liquidação de direitos não leva à criação de mais empregos.

Neste sábado, voltaram a entrar em greve dezenas de milhares de trabalhadores das indústrias têxteis, de vestuário

e calçado, sectores onde mantém significativa expressão a luta pela efectiva redução dos horários de trabalho.

Em plenário realizado no dia 3, os sindicatos mandataram a Fesete/CGTP para continuar as reuniões de negociação com o Governo e as associações patronais, reafirmando os objectivos da luta que os trabalhadores travam há sete meses: o fim do trabalho ao sábado em 1 de Dezembro próximo; respeito das pausas de 10 minutos nas linhas de trabalho intensivo e cadenciado e dos intervalos de 30 minutos no trabalho em três turnos; garantia das 40

horas semanais como período normal de trabalho. «Enquanto não houver acordo, a luta vai continuar», afirma a federação, recordando que a unidade e a luta é que forçaram o Governo a negociar.

A União dos Sindicatos de Braga, além de anunciar acções públicas para o próximo sábado, dia 12, adianta que está em preparação uma vigília pelas 40 horas, a realizar em Setembro, na cidade de Guimarães, «e que contará com a presença e o testemunho de diversas personalidades da área da música, do desporto, da educação, das letras, da igreja católica».

Metalurgia
quer acordo

Um encontro promovido ontem em Lisboa pela associação patronal da metalurgia ia ser visitado por uma delegação de delegados e dirigentes sindicais, que iam levar consigo um texto do acordo salarial que os patrões tardam em assinar. Ao anunciar esta iniciativa, a federação sindical dos metalúrgicos recordou que os salários não são actualizados há dois anos e que, no passado, o patronato recusou-se a assinar os aumentos salariais acordados, argumentando que não desejava a sua publicação oficial.

Chiado
insustentável

A realização de uma greve de fome está entre as formas de luta que os trabalhadores da zona incendiada do Chiado estão a encarar, para exigir que o Governo dê resposta positiva às reivindicações apresentadas e ponha termo a uma «situação, cada vez mais insustentável, de degradação social», que atinge «trabalhadores que contam somente com o apoio dos amigos e familiares, substituindo assim a função social do Estado, depois de terem contribuído durante décadas para a Segurança Social» — refere um comunicado do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, em que se protesta por, mesmo depois da vigília realizada em São Bento no dia 26 de Junho, o Governo continuar a adiar as soluções que diz ter para este problema.

Preocupações
na Carris

O período de férias volta a ser aproveitado pela administração da Carris para desferir novos ataques aos direitos dos trabalhadores, denuncia a CT da transportadora lisboeta, apontando medidas em marcha, como a privatização de mais alguns sectores e o aumento dos preços nos bares e refeitórios. «A chantagem psicológica continua nos gabinetes da Direcção de Pessoal, com as investidas para a rescisão de contratos», acusa a CT, depois de condenar duramente as condições de trabalho a que são sujeitos os trabalhadores das áreas a privatizar. Às declaradas intenções da administração de diminuir as despesas à custa da redução de pessoal, a CT contrapõe «mais de 200 promoções extra-Regulamento de Carreiras, de dois, três e sete grupos» e a admissão de cerca de 150 motoristas desde 1996, ao mesmo tempo que «as horas extraordinárias não diminuiram, muito pelo contrário». «Nunca houve tanto compadrio e, se calhar, algum dele muito próximo da corrupção», afirma-se no comunicado de dia 2 da Comissão de Trabalhadores da Carris.

INTERNACIONAL

Franceses
querem maior
participação

Segundo uma sondagem recentemente publicada, 90,1 por cento dos franceses consideram que se devem criar formas da população participar mais nas decisões políticas e económicas. Cerca de 87 por cento diz que são os mercados financeiros que conduzem o mundo. Para quase 60 por cento dos franceses, a actual situação social é a mais grave dos últimos 30 anos em diversos domínios: desigualdades (65 por cento), condições de trabalho (44), educação (42) e pensões de reformas (40). Para 62,9 por cento dos inquiridos, o principal problema social é o desemprego, enquanto que 25,6 por cento dizem que é a precariedade e a exclusão. A luta contra o desemprego (54 por cento), a inserção dos desfavorecidos (23,6) e a saúde (16,3) são apresentadas como as prioridades.

Polónia abole
pena de morte

O presidente da Polónia, Alexander Kwasniewski, aprovou na sexta-feira um novo código penal em que a pena de morte é abolida, tendo como horizonte a possível integração na União Europeia. O novo código estabelece penas mais duras para o crime organizado e os actos criminosos brutais. A anulação da pena capital é rodeada de grande controvérsia interna, devido ao crescente crime no país. Desde 1989 que a taxa de homicídios duplicou na Polónia.

Le Pen
condenado por
insulto racista

O Tribunal de Paris condenou na semana passada Jean-Marie Le Pen, presidente da Frente Nacional francesa, a uma multa de cinco mil francos por ter chamado «gordo zebu louco» ao presidente da associação SOS Racismo, Fodé Sylla. O insulto, considerado de carácter «racista» pela Justiça francesa, foi proferido em Agosto de 1996 durante uma conferência de imprensa, quando o líder da FN falava sobre as profanações do cemitério judeu de Carpentras, no sudoeste do país.

Mudança política no México

Reflexo da vontade de mudança política da população, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) perdeu pela primeira vez a maioria absoluta nas eleições legislativas mexicanas, realizadas no domingo. No poder há 68 anos, o PRI viu o Partido da Revolução Democrática (PRD, de centro-esquerda) aumentar a sua votação para 26 por cento (mais nove por cento do que em 1994) e o Partido da Acção Nacional (PAN, de direita) manter os seus 27 por cento.



O apoio da população aos zapatistas expressa a necessidade de justiça e de igualdade na sociedade mexicana



O PRD conseguiu ainda eleger o Governador do Distrito Federal da Cidade do México. Cuauhtémoc Cardenas foi eleito para um mandato de três anos. «Ganhámos a cidade, preparemo-nos para ganhar no ano 2000», afirmou após a publicação dos resultados, referindo-se à data das eleições presidenciais.

Esta foi a primeira eleição para o cargo por voto secreto. O governo da capital mexicana tem sido exercido desde 1928 pelo Presidente da República, que designava um presidente de Câmara.

Ao mesmo tempo, esta eleição constituiu uma derrota para o PRI e para o PAN, que apenas conseguiu alcançar cerca de 15 por cento da votação. A nível nacional, a situação é diferente: o PAN passa agora a governar

quatro Estados, contrastando com os dois anteriores.

Os partidos da oposição já propuseram ao PRI um acordo para o pleno funcionamento do Parlamento. Tendo como base um sistema eleitoral directo e proporcional, no México são necessários 42 por cento dos votos para formar maioria absoluta.

Índios
marcam posição

A campanha eleitoral foi marcada pelo anúncio do boicote do escrutínio pelos índios rurais dos Estados de Chiapas e Guerrero, como forma de protesto contra as suas condições de vida, numa posição coerente com o lema do Congresso Nacional Indígena: «Nunca mais um México sem nós».

«A militarização do sul do país torna impossível a vida normal. Não é possível plantar, caminhar, reunir, comerciar, lavar roupa. Agora, o sistema político mexicano pretende simular um regresso à normalidade nessas zonas, mas só por umas horas, para que se possa votar. Depois tudo voltará a ser como dantes», disse o subcomandante Marcos, líder dos revolucionários do Exército Zapatista, na passada sexta-feira.

«Em conjunturas eleitorais ou fora delas, a nossa posição política sempre foi clara. Não é partidária e muito menos contra os partidos, não é eleitoral mas tão-pouco antieletoral. É contra o sistema de partido de Estado, é contra o presidencialismo. É pela democracia, a liberdade, a justiça. É de esquerda e antiliberal».

Socialistas
vencem na Albânia

O Partido Socialista (ex-comunista) confirmou a sua vitória nas eleições legislativas albanesas, na segunda volta do escrutínio realizada no domingo. Segundo a Comissão Eleitoral, os socialistas ocuparão mais de 80 dos 155 lugares do futuro Parlamento.

O novo primeiro-ministro albanês será Fatos Nano (dirigente do PS). Bashkim Fino, que dirigiu um governo de união nacional entre Março e Junho, será o seu braço direito.

O presidente Sali Berisha, que dirigiu o país nos últimos cinco anos, já reconheceu a derrota do seu partido, o Partido Democrático. Espera-se agora a sua demissão, conforme prometeu durante a campanha eleitoral em caso da vitória dos socialistas. Ainda não se sabe quem será o seu substituto e a imprensa albanesa não adiantou qualquer nome.

As eleições decorreram calmamente. O único incidente registado ocorreu na noite de segunda-feira, quando um homem armado matou dois membros da comissão eleitoral de uma assembleia de voto de Pult, no norte do país, e feriu outros dois. Segundo a polícia, o homem estava descontente com os resultados eleitorais.

Cerca de 50 por cento dos eleitores albaneses participaram na eleição. A afluência às urnas decresceu relativamente à primeira volta, onde se registou uma participação de 70,3 por cento.

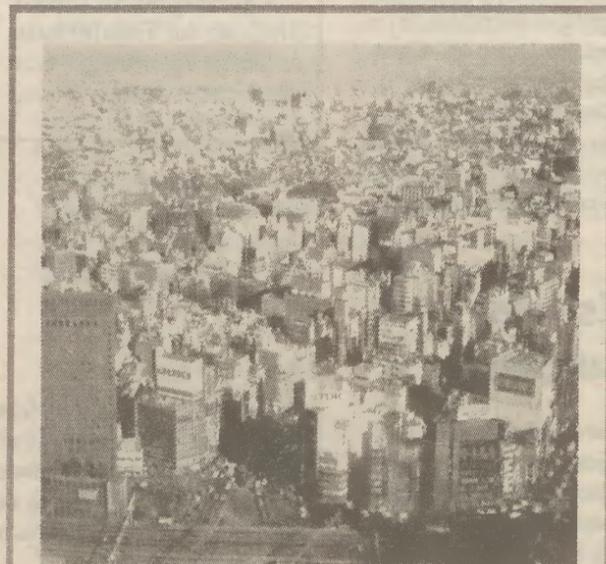
Não foi registada qualquer irregularidade durante as eleições. A coordenadora das missões de observadores estrangeiros, Catherine Lalmière, afirmou que «tudo se passou normalmente». «As pessoas puderam votar com calma», acrescentou.

ral», lê-se num comunicado dos zapatistas na sua homepage na Internet.

«A hora dos partidos (sinónimo de hora eleitoral) não deveria ser conjuntural, mas sempre constante. Com partidos políticos a tempo inteiro, envolvidos nas causas sociais e respeitando as especificidades índias, não seriam necessárias nem as organizações armadas, nem as guerras, nem as rebeliões indígenas, nem os silêncios impunes. Mas se não é assim, se os partidos políticos não o podem ser a tempo

inteiro mas apenas nas eleições, então devem reconhecer que existem outras formas não partidárias de fazer política, e devem dar-lhe lugar», defendem.

As 56 diferentes etnias indígenas são as principais vítimas da pobreza crescente que atinge o México. Neste país de 93 milhões de habitantes, 40 milhões são pobres. Em contraste com esta situação, o Estado gastou 313,6 milhões de dólares no financiamento das campanhas eleitorais dos diversos partidos.

PC do Japão
é segundo
em Tóquio

O Partido Comunista Japonês tornou-se na segunda força política da Assembleia Metropolitana de Tóquio. Nas eleições de domingo, o PCJ elegeu 26 deputados, o dobro dos 13 lugares obtidos no último escrutínio.

Os comunistas alcançaram 21,3 por cento dos votos, ultrapassando os 20,2 por cento de 1973. Comparando com os 17,8 por cento dos votos do PCJ das últimas eleições em Tóquio, estes resultados constituem um aumento de 3,5 por cento.

O Partido Democrático Liberal venceu as eleições elegeu 54 deputados. Apesar de ter mais dez do que anteriormente, este partido viu os seus votos diminuir.

A abstenção aumentou dez por cento, reflexo do descontentamento dos cidadãos de Tóquio em relação às políticas seguidas.

Durante a campanha eleitoral, os comunistas japoneses alcançaram grande sucesso na mobilização de diversos estratos da população para um abaixo-assinado contra a suspensão do «passe de prata», um passe grátis de autocarros e metro para os idosos. Manifestaram-se igualmente contra os anunciados cortes de subsídios nas escolas privadas e nas ajudas financeiras às pequenas e médias empresas.

INTERNACIONAL

Cimeira de Madrid A «nova» Nato

A Cimeira de Madrid da NATO, que se realizou na terça e na quarta-feira, revelou algumas divisões entre os países membros quanto à ampliação da organização e à reforma da nova estrutura de comandos e a plena integração da Espanha. Mas os EUA acabaram por impor a sua vontade, afirmando-se como os verdadeiros «patrões» que são da Aliança Atlântica.

A Aliança Atlântica expande-se agora para a Polónia, a Hungria e a República Checa. Para uma segunda fase ficam a Roménia e a Eslovénia. Os primeiros serão membros de pleno direito nas celebrações do 50º aniversário da criação da organização, em 4 de Abril de 1999. Na capital espanhola, Bill Clinton quis enviar aos segundos «uma mensagem forte de que a porta (da NATO) continua aberta» e que ambos «serão candidatos sólidos para uma próxima admissão».

Depois da extinção do Pacto de Varsóvia, a «nova NATO» prepara-se para se expandir ao

leste da Europa. Isto apesar de alguma resistência interna nos países «candidatos» e do fim da divisão do mundo entre a influência norte-americana e a influência soviética. As vozes discordantes com este processo multiplicam-se em todo o mundo, defendendo que a Aliança Atlântica deveria aproveitar este momento para pôr fim ao seu funcionamento de forma a incentivar a paz e o desarmamento.

Isso mesmo foram dizer a Madrid cerca de 60 organizações pacifistas e ecologistas associadas à organização «For Mother Earth Internacional»

que se manifestaram contra «o carácter ilegal da Aliança Atlântica». Os manifestantes exigem ainda a abertura de negociações internacionais para que o desarmamento total se efectue até ao ano 2000.

As estimativas apontam para custos muito altos. A administração Clinton calcula que o alargamento (desde 1997 até 2009) poderá atingir os 35 mil milhões de dólares, enquanto que o gabinete de Orçamento do Congresso dos EUA diz que serão gastos até ao ano 2010 entre 60 e 125 mil milhões de dólares. A Rand Corporation calcula que serão necessários 42 a 110 mil milhões de dólares.

Para melhorar as forças armadas dos novos membros e dar à NATO a capacidade para fazer chegar tropas ao Leste da Europa em caso de crise serão precisos entre dez e 60 mil milhões de dólares. Por seu



Bill Clinton, com os seus parceiros da NATO, prossegue o alargamento da Aliança ao Leste da Europa

lado, os custos para dar à NATO a capacidade aérea para operar a partir de bases em novos Estados serão superiores a 19 mil milhões de dólares.

Na segunda-feira, véspera da abertura da cimeira, foi anunciado que a primeira reunião do Conselho NATO-Rússia, criado em Paris no fim de Maio, realizar-se-á a 17 de Julho em Bruxelas, a nível de embaixadores. A reunião serve para adoptar

regras de procedimento, definir a regularidade de futuros encontros e definir o mecanismo de presidência conjunta.

Para assegurar a segurança dos participantes nesta reunião foram mobilizados cinco mil agentes espanhóis. Só a delegação dos Estados Unidos trouxe consigo cerca de mil pessoas para velar pela vida de Bill Clinton e os seus acompanhantes.

Novos confrontos na Irlanda do Norte

No domingo, mil e duzentos protestantes da Ordem de Orange desfilaram pelo bairro católico de Garvaghy Road, em Belfast, sob a protecção de um dos mais importantes dispositivos de segurança jamais constituídos na Irlanda do Norte. Cerca de 400 habitantes católicos apuparam-nos, manifestando a sua

cólera face à decisão da polícia de autorizar a marcha. No ano passado, ocorreram confrontos durante a marcha de Portadown provocando um morto e 340 feridos.

Vestidos com chapéus em forma de melão e usando os tradicionais lenços cor de laranja, os protestantes desfila-

ram em silêncio como exigiram os católicos, que classificaram esta marcha de intimidação sectária. No domingo, o chefe da polícia da Irlanda do Norte deu luz verde ao controverso desfile. Polícias e soldados assumiram o controlo do sector católico de Garvaghy Road para tentar evitar quaisquer

conflitos. De madrugada, registaram-se confrontos entre os habitantes católicos e as forças de segurança que entraram no seu bairro.

Uma dezena de habitantes católicos ficaram feridos por balas de borracha atiradas pela polícia. A tática utilizada pelas autoridades chocou os observa-

dores estrangeiros presentes em Portadown.

«Eles não paravam de espancar as pessoas», declarou, à Reuter Robert Cushing, membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. «Não houve anúncio de dispersão. Não houve qualquer aviso. Eles simplesmente caíram em cima de pessoas desarmadas, sentadas na rua.» Cerca de trinta observadores, entre os quais vários deputados estrangeiros, organizaram um campo de paz perto de Garvaghy Road, onde as mulheres do enclave nacionalista católico de Portadown velaram durante três noites consecutivas.

Entretanto, o primeiro-ministro britânico disse, na segunda-feira, que não vai desistir da paz no Ulster. Tony Blair afirmou que o seu Governo não vai «abandonar os seus esforços para alcançar a paz ou um acordo durável, porque os seus habitantes, sejam protestantes ou católicos, desejam a paz».

Estas declarações foram feitas após a reivindicação de várias bombas pelo IRA e pelo INLA (Exército de Libertação Nacional Irlandesa), um grupo paramilitar nacionalista dissidente do IRA.



Neste fim-de-semana, repetiram-se os confrontos no Ulster (foto de arquivo)

Vilvorde não é caso encerrado

A decisão de encerrar a fábrica da Renault, em Vilvorde, baseada nas conclusões de um perito, é infeliz - afirmou ao «Avante!» o dirigente do PCF, Robert Hue, num breve depoimento recolhido durante o encontro da Esquerda Europeia, em Madrid, no passado fim-de-semana.

Segundo Hue, a decisão provocou grande emoção, quer em França quer na Bélgica, pois «no espírito das pessoas havia a ideia de que a chegada da esquerda ao Governo podia evitar o encerramento».

Apesar de tudo, e mesmo tendo em conta a declaração do primeiro-ministro Lionel Jospin sobre o assunto - que daria por cumprida a sua promessa eleitoral de reabrir o processo, ainda que para chegar à mesma conclusão de encerramento -, o dirigente comunista considera que é possível ainda «uma reflexão conjunta» sobre a matéria, de forma a procurar-se uma resposta para o problema dentro de «uma lógica diferente», que passa por repensar o papel da indústria automóvel.

«As coisas não estão terminadas», garante Robert Hue, para quem a «intervenção dos trabalhadores, dos sindicatos, e também dos povos europeus» pode determinar um novo rumo para Vilvorde, já que o problema não é apenas da Bélgica e da França, antes diz respeito a toda a Europa. «Vilvorde é um símbolo, e exige uma resposta que sirva para todos. É a lógica do desenvolvimento industrial que está em causa», afirmou.

As diferentes posições entre socialista e comunistas no caso da Renault não ameaçam, no entanto, a participação conjunta no Governo. Para o dirigente comunista, «o facto de, como seria de esperar, haver desacordo em várias matérias, não põe em causa a declaração comum que levou à formação do Governo. Estamos empenhados em que a esquerda tenha sucesso, o que não nos impede de, ao mesmo tempo, afirmar a nossa identidade».

De acordo com informações veiculadas pela Lusa, o tribunal considerou que a comparação com um animal não é necessariamente insultuosa ou descortês, mas «já o mesmo não acontece no caso da palavra zebu, que designa um grande bovívoro doméstico caracterizado por uma bossa de gordura no garrote, o que corresponde, no espírito do público, a um mamífero gordo e ruminante, cuja propensão para a acção e a reflexão parece pouco desenvolvida».

Confrontos no Camboja

Partidários das facções rivais dos co-primeiros-ministros do Camboja, Norodom Ranariddh e Hun Sen, prosseguem os combates na capital e em Banteay Meancheay, no noroeste do país. Os confrontos são fruto de desacordos sobre diversos assuntos entre as duas principais forças políticas, o Partido do Povo Cambojano e a FUNCINPEC, nomeadamente sobre as negociações conduzidas pelo segundo com os Khmers Vermelhos. Os dois partidos ascenderam ao poder em 1993, depois da realização de eleições apadrinhadas pelas Nações Unidas.

Israel pronto a negociar com Palestina

Contrastando com a política que tem vindo a seguir desde que foi eleito, o primeiro-ministro israelita declarou na segunda-feira estar disposto a negociar de imediato com os palestinianos sobre Hebron. «Quero abrir novas negociações. Imediatamente. Penso que para dançar o tango são necessários dois», afirmou Benjamin Netanyahu numa entrevista à cadeia de televisão alemã ZDF. Defendendo para aquela cidade um «sistema de administração autónomo, excluindo as questões de segurança», Netanyahu acrescentou que «este equilíbrio, entre a sua necessidade de se governarem a si mesmos e a nossa de garantir a nossa segurança, poderia ser o objectivo final das negociações sobre o estatuto definitivo».

Encontro de Madrid

A Europa dos povos está

O que nos une é mais forte do que o que nos separa - esta poderia ser, em síntese, a conclusão do Encontro das Forças Progressistas e de Esquerda da Europa, realizado a 5 e 6 de Julho em Madrid, sob o lema «Construamos uma Europa de emprego, paz e solidariedade». Representantes de dezoito países foram à capital espanhola aprofundar um debate que já não pode ser ignorado, o debate sobre a Europa dos povos, a Europa social.

E porque o caminho se faz andando, em Madrid abriu-se a porta a nova iniciativa. Por proposta de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, o Luxemburgo é a próxima etapa, quando aí tiver lugar a dita cimeira europeia sobre o emprego. Uma Cimeira alternativa, para que as aspirações populares soem mais alto do que as promessas demagógicas da União Europeia.

Julio Anguita, coordenador geral da Esquerda Unita, lembrou-se de fazer contas e chegou a uma conclusão interessante: as forças presentes no Encontro de Madrid representam qualquer coisa como 15 milhões de eleitores. O bastante para o levar a afirmar que «somos uma força e um potencial de futuro», com responsabilidades face aos desafios que estão colocados à Europa e ao mundo. Uma tarefa facilitada, apesar das especificidades de cada um e mesmo das diferenças existentes e que ninguém pretende iludir, pelo reafirmado empenho em «trabalhar juntos e alargar decididamente o diálogo ao conjunto da esquerda e aos verdes, pela construção de uma Europa democrática, social, solidária, de emprego, de paz e de equilíbrio ecológico».

Porque é preciso mudar a Europa.

Disseram-no em várias línguas e de várias formas os responsáveis partidários, quer na reunião de trabalho efectuada no sábado, quer no comício de domingo em Leganés, autarquia desde há um mês gerida por socialistas e comunistas, qual símbolo da unidade na acção que importa construir para que a Europa mude.

E a verdade é que a Europa está a mudar. Confrontados com o desemprego crescente, que todos reconhecem ser a dramática consequência das políticas neoliberais, dos famigerados critérios de convergência com o seu rol de cortes nas despesas públicas, de planos de austeridade, de privatizações, de ataques aos direitos sociais, os povos dos Quinze exigem ser ouvidos. Como sublinharam todos os intervenientes, o pacto de Amesterdão visa uma «estabilidade da política de regressão social em benefício dos mercados financeiros» para que se torna indispensável procurar uma alternativa.



Delegações de dezoito países reafirmam em Madrid o seu empenho na luta comum por uma Europa de emprego, paz e solidariedade. O estímulo do resultado das eleições francesas, que levou à formação de um governo em que participam ministros comunistas, foi tema de inúmeras conversas, como a de Carlos Carvalhas com Robert Hue



Para Carlos Carvalhas, cuja intervenção publicamos em separado, «a intervenção dos povos e dos trabalhadores, das forças de esquerda e dos sindicatos, as grandes movimentações sociais, o protesto e a luta fora e dentro das instituições mostram, na verdade, que este é o caminho e o alicerce mais sólido para a construção de uma Europa democrática, de «emprego, paz e solidariedade»».

Ouvir os povos

Se é um facto que existem diferenças de opinião, nomeadamente em relação à moeda única, de que alguns são a favor, enquanto outros são contra, a unanimidade existe na rejeição dos critérios de Maastricht e do pacto de estabilidade. É a «negação do desenvolvimento», como disse Julio Anguita, lembrando que até os próprios europeístas mais convictos reconhecem que pode levar a «mais 10 ou 11 milhões de desempregados». Uma ideia partilhada por Faustino Bertinotti, da Refundação Comunista italiana, para quem a «política de Maastricht provoca o desemprego e não cria crescimento».

Combater a ideia de que «nada se pode fazer contra a mundialização e contra as escolhas que estão a ser feitas pela União Europeia» é uma tarefa fundamental para Maurice Magis, do PCP da Bélgica, que recordou que 67 por cento dos belgas recusam as decisões de Maastricht. Decisões que representam «um golpe contra os povos», nas palavras de Inger Hansen, do Partido Socialista da Esquerda da Noruega, e cujo combate exige a unidade de «todas as forças de esquerda e verdes progressistas da Europa, segundo Kirsten Nielsen, do PSP da Dinamarca. Decisões, como referiu Lothar Bisky, da Alemanha, que visam «fazer de Kohl o patrão da Europa» e «um euro à imagem do marco», e que «não têm em consideração as consequências sociais».

A exigência de dar a palavra aos povos para que se pronunciem foi insistentemente repetida. Fê-lo o dirigente do PCF, Robert Hue, informando sobre a intenção dos comunistas de prolongar a campanha pelo referendo; reclamou-o Lars Ohly, da Suécia, o país que recusa a moeda única; defendeu-o Jan Marijnissen, da Holanda; exigiu-o a Esquerda Unita Espanhola. Uma unanimidade tão grande como a registada contra o reforço da NATO, cujas verbas bem podiam ser aplicadas para resolver os problemas sociais da Europa, por uma nova ordem mundial que não seja a mera continuação do imperialismo de ontem, como referiu Didier Motchane, do Movimento dos Cidadãos de França, ou um «mero pretexto para a hegemonia dos EUA na Europa e no mundo».

Contra a NATO, que «ficaria bem no Museu do Prado como exemplo da guerra fria», nas palavras de Jan Marijnissen. Contra a NATO, que pretende ser «o gendarme da economia capitalista», por uma verdadeira segurança fundada na cooperação, na paz, no respeito mútuo.

Porque a segurança, como lembrou Julio Anguita, «é a criança que não morre porque tem assistência, é o trabalho que se conserva».

Contra a NATO porque, como se afirma nas conclusões do Encontro (ver texto em separado), «a construção de um novo modelo pan-europeu de segurança partilhada deve fundamentar-se no diálogo e em medidas de confiança, no fortalecimento da cooperação, na supressão da ameaça militar, com a criação de instituições capazes de garantir a segurança de todos os povos do continente.

Sim, é

A convite da Esquerda Unita, os representantes máximos de diversos partidos progressistas europeus reuniram-se a 5 de Julho em Madrid: Lothar Bisky, do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha; Pierre Beauvois, do Partido Comunista da Bélgica; Nicos Katsourides, do AKEL de Chipre; Kirsten Auken Nielsen, do Partido Socialista Popular da Dinamarca; Ralf Sund, da Aliança de Esquerdas da Finlândia; Robert Hue, do Partido Comunista Francês; Didier Motchane, do Movimento dos Cidadãos de França; John Hendy, do Partido Socialista Trabalhista da Grã-Bretanha; Nicos Bistis, da Coligação de Esquerda do Progresso da Grécia; Aleka Papanigou, do Partido Comunista da Grécia; Jan Marijnissen, do Partido Socialista da Holanda; Proinsias de Rossa, da Esquerda Democrática da Irlanda; Famiano Crucianelli, do Movimento dos Comunistas Unitários da Itália; Armando Cossuta e Fausto Bertinotti, do Partido da Refundação Comunista da Itália; Inger Lise Hansen, do Partido Socialista de Esquerda da Noruega; Carlos Carvalhas, do Partido Comunista Português; Lars Ohly, do Partido da Esquerda da Suécia; Fermín Belza, do Partido Suíço do Trabalho; Rafael Ribó, da Iniciativa por Catalunha; Alonso Puerta, do Grupo Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu; e Julio Anguita, da Esquerda Unita de Espanha.

Este Encontro, sob o lema «Construamos uma Europa de emprego, paz e solidariedade», tal como o comício de 6 de Julho, insere-se na série de iniciativas progressistas europeias iniciadas há catorze meses pelas organizações que cooperam no seio do Grupo da Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu, bem como por outros partidos de esquerda e verdes acima mencionados, e constitui um importante passo em frente no aprofundamento da sua cooperação política e no desenvolvimento de acções comuns em torno de objectivos partilhados, no respeito da identidade de cada um.





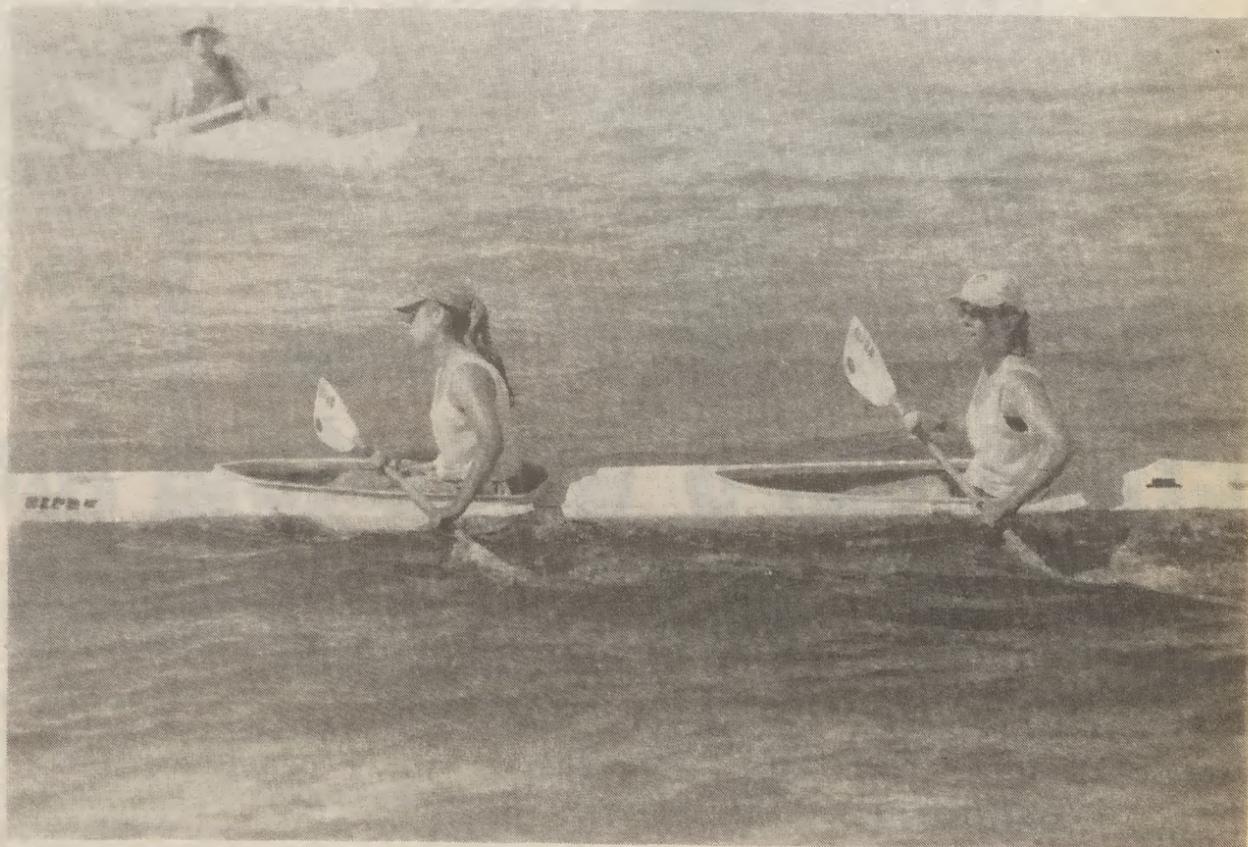
a festa!

AMORA-SEIXAL
5, 6 e 7 SETEMBRO



Avantejo/97

Canoas no Tejo anunciam a Festa



Foi no sábado passado que dezenas de atletas com as suas embarcações se

fizeram ao Tejo para cumprir um percurso de 15 quilómetros entre o Cais de Alhos Vedros e a Amora. Foi o Avantejo/97, prova anualmente organizada

pela Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», que já entrou no calendário desportivo de muitos canoístas do distrito de Setúbal.



Obras na Atalaia

Participa nas jornadas de trabalho

Na Quinta da Atalaia há muito trabalho para fazer. Que o digam as dezenas de militantes comunistas e amigos da Festa que todos os fins-de-semana ali vão oferecer generosamente a sua

contribuição. E o caso não é para menos, já que, para além dos trabalhos normais de preparação, estão em curso obras importantes que tornarão ainda mais aprazível o local aos visitantes.

Compre já a sua EP

5, 6 e 7 SETEMBRO



Avante!

Ajuda a Festa



Dezenas de atletas cruzaram o Tejo até à Amora

Festa do «Avante!» promove prova de canoagem

No passado sábado, dia 5, dezenas de canoas partiram do Cais de Alhos Vedros até à Amora, na já tradicional prova de canoagem organizada anualmente pela Comissão de Desporto da Festa do «Avante!»

Desta vez o «Avantejo» começou pelas 11.30 horas com uma sardinhada no cais de Alhos Vedros, onde se juntou mais de uma centena de pessoas entre atletas, familiares, acompanhantes e organizadores. Num ambiente alegre e descontraído, o convívio durou até depois das duas da tarde, altura em que se aprontaram canoístas e embarcações para se fazerem ao rio.

A partida foi dada por volta das 2.45 horas e ainda não eram 5 horas quando as primeiras canoas chegaram à Amora, superando os cerca 15 quilómetros do percurso. Ao todo, este ano, a prova contou com a participação de cinco clubes que ficaram classificados na seguinte ordem: Associação Naval Amorense - ANS - (28 pontos); Clube Atlético do Montijo - CAM - (12 pontos); Associação Náutica do

Seixal - ANS - (9 pontos); Clube de Canoagem de Setúbal - CCS - (8 pontos); e Amigos do Mar de Alhos Vedros - AMAV - (3 pontos).

A classificação por embarcações nas diversas categorias foi a seguinte: **K2** - 1º, Hugo Pereira/Sérgio Crispim (ANA); 2º, Marco Marques/Hugo Caselhas (ANA); 3º, Mário Sousa/Luís Fernandes (ANA); 4º, Nuno José/Ricardo Guedes (ANS). **K1** - 1º, Nuno Henriques (ANA); 2º, Vítor Elias (ANA); 3º, Leonel Ferreira (CCS); 4º, Hugo Almeida (ANA); 5º, Pedro Santos (ANA). **K2T** - 1º, Peter Reacher/Daniel Xufre (CCS); 2º, Ivo Quendera/Luís Duarte (CAM); 3º, Ricardo Lavado/Joaquim Assunção; 4º, Carla Candeias/João Jardim (Tuaregs); 5º, João Lopes/Cesaltina (ANS). **K1T** - 1º, Délio Coutinho (CAM); 2º, Ricardo Esteves (ANA); 3º, José Panastrinha (AMAV); 4º, José Russo (IND); 4º, Cândido (ANS). **K2D** - Ângela/Marta (ANS).

A entrega dos prémios decorreu nas instalações da Associação Naval Amorense.



Um Festival de modalidades



A festa do «Avante!» é assim mesmo. Uma grande iniciativa político-cultural, com uma forte componente de festa popular. Espectáculos, exposições, gastronomia e, é claro, o desporto. Depois dos meses de Julho e Agosto, em que são promovidas provas e torneios que envolvem milhares de atletas, o desporto nos dias da Festa atrai milhares de praticantes e constitui também ele um espectáculo apetecido para os visitantes, que há semelhança de edições anteriores serão convidados a participar.

Para além da Corrida da Festa, de que falaremos com mais pormenor numa próxima edição (mas desde já alertamos que as inscrições abrem no próximo dia 25 de Julho), muitas outras modalidades estarão presentes nos dias 5, 6 e 7 de Setembro, na Atalaia.

Xadrez

Está já confirmada a realização de uma simultânea de xadrez, que contará com a participação do mestre Álvaro Pereira. Ainda neste pavilhão, decorrem dois torneios, um de semi-rápidas (15 minutos) e um outro de rápidas (5 minutos). Será ainda promovida uma sessão de ensino do xadrez para os visitantes da Festa.

Damas

Modalidade tradicional na Festa que conta numerosos adeptos, as Damas terão mais uma vez a participação de nomes consagrados que animarão os diversos torneios previstos.

Tiro com Chumbo

Estão programados vários torneios de tiro com chumbo com carabina.

Basquetebol

É a variante 3x3 que estará em destaque. Os jogos deste torneio são dirigidos aos visitantes. Por que não experimentar?

Futebol de salão

O torneio de futebol de salão, promovido em várias regiões do país nesta fase de promoção da Festa do «Avante!», tem a sua fase final marcada para o próximo sábado, dia 12, no Centro Cívico de Mantelgas. Ao todo, participaram no torneio 13 equipas, envolvendo cerca de 130 atletas. Paralelamente, o futebol de salão feminino conta com dois torneios no distrito de Setúbal e com um, em Beja. Igualmente sob o patrocínio da Festa do «Avante!», realizam-se este mês convívios de futebol de cinco nas freguesias lisboetas do Beato, Ameixoeira, Charneca, Ajuda, Campolide e Mercês. Nos dias da Festa, haverá jogos de demonstração de masculinos e femininos.

Malha-chinquilho

Inseridos na fase de preparação e divulgação da Festa, estão a decorrer torneios de Malha e Chinquilho em Lisboa, Setúbal, Almada, Moita, Seixal, Barreiro e Sesimbra.

Cicloturismo

Depois do êxito que esta iniciativa registou o ano passado, reunindo cerca de meio milhão de participantes e acompanhantes, a Prova de Cicloturismo está marcada para o dia 31 de Agosto.

Pesca

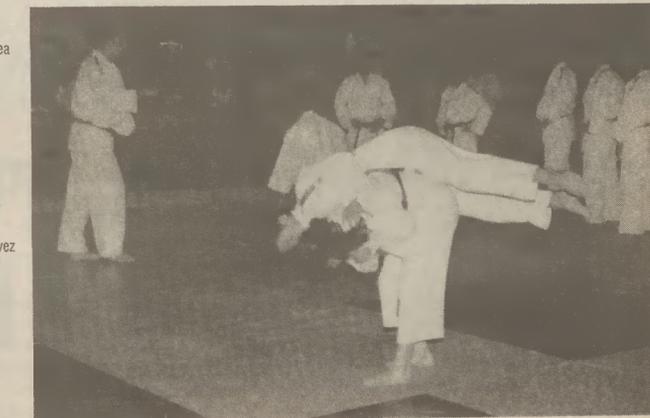
Também o 3º convívio de Pesca se realiza no último dia de Agosto, entre a Ponte 25 de Abril e a Torre de Belém. Antes, já no próximo domingo, os pescadores têm encontro marcado na Idanha-a-Nova.

Ginástica

A não perder no polidesportivo da Atalaia, o sarau de ginástica, dirigido pela professora Anabela Bicho, com demonstrações de Dança Jazz e Ginástica Rítmica.

Aeróbica

Esta modalidade terá uma sessão especial para visitantes.



Artes marciais

Com um número crescente de praticantes no nosso país, as artes marciais vão estar na Festa com demonstrações de Kick Boxing, Karaté, Judo, Full-contact e Taekwondo.





Todos os anos, a Festa apresenta-se renovada aos olhos do visitante. Sempre mais bonita, mais verde, mais organizada. Para isso muito contribui a imaginação e criatividade das organizações e sectores do Partido na construção e decoração dos seus pavilhões, bem como os grandes investimentos que de uma forma cuidada e planeada têm transformado a Quinta da Atalaia num dos locais mais aprazíveis da baía do Seixal. Depois da construção do lago artificial, no ano passado, e do conseqüente alargamento do recinto da Festa à agradável zona ribeirinha, criou-se um novo espaço, afastado do movimento da Festa, propício ao lazer e à realização de certos espectáculos que exigem isolamento sonoro. Na edição anterior, foi ali instalado o Avanteatro, bem como efectuadas projecções de cinema ao ar livre. As várias obras que agora estão em curso irão certamente provocar uma renovada sensação de surpresa aos visitantes.

Obras na Atalaia

Novos espaços melhores condições



A zona da mata está a ser transformada numa área de lazer que terá bancos e mesas para piqueniques

AUDITÓRIO. Este ano, a grande novidade é a transferência do Auditório para a zona ribeirinha, proporcionando a músicos e público um ambiente mais calmo e «purista», sem interferências de ruídos produzidos por outros palcos.

PALCO 25 DE ABRIL. Em obras está o Palco principal da Festa, que será ampliado de modo a permitir a realização de espectáculos com grande número de músicos, como é caso de uma

orquestra sinfónica... A actual estrutura irá avançar cerca de quatro metros, sendo o prolongamento feito em betão.

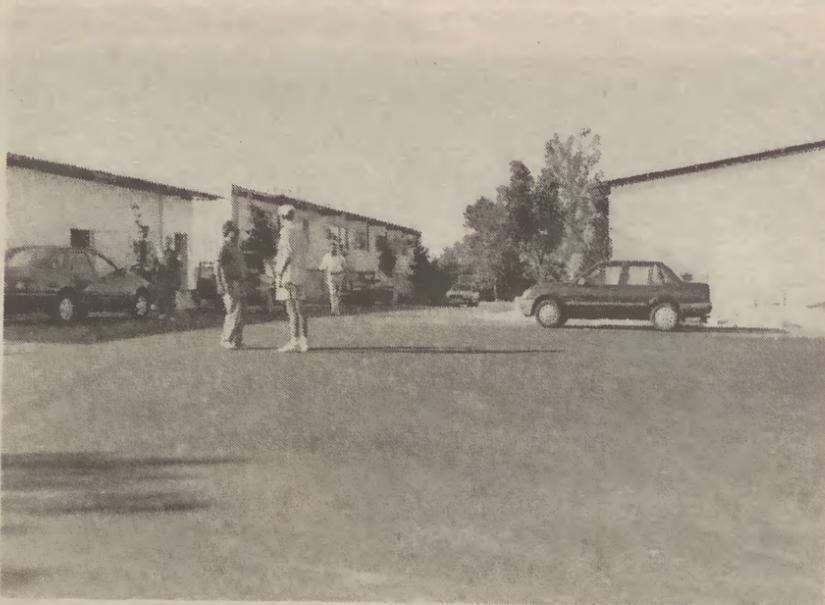
TEATRO AO AR LIVRE. Nesta edição da Festa, o teatro vai estar na rua. Em substituição do pavilhão fechado do Avanteatro, será criado um espaço ao ar livre, com bancadas para os espectadores, onde diversos grupos apresentarão os seus espectáculos.

DISCOTECA. É uma grande aposta dos organizadores. Junto à tradicional feira do livro irá surgir um área coberta, de grandes dimensões, onde estará disponível uma cuidada selecção de discos, dos mais diversos géneros musicais.

LAZER. O tratamento da zona da mata (oposta à entrada da Medideira) já está em curso, com a abertura de um caminho, a colocação de bancos e mesas para piqueniques e o revestimento vegetal do solo. Os melhoramentos previstos

para este ano incluem ainda a melhoria dos sanitários.

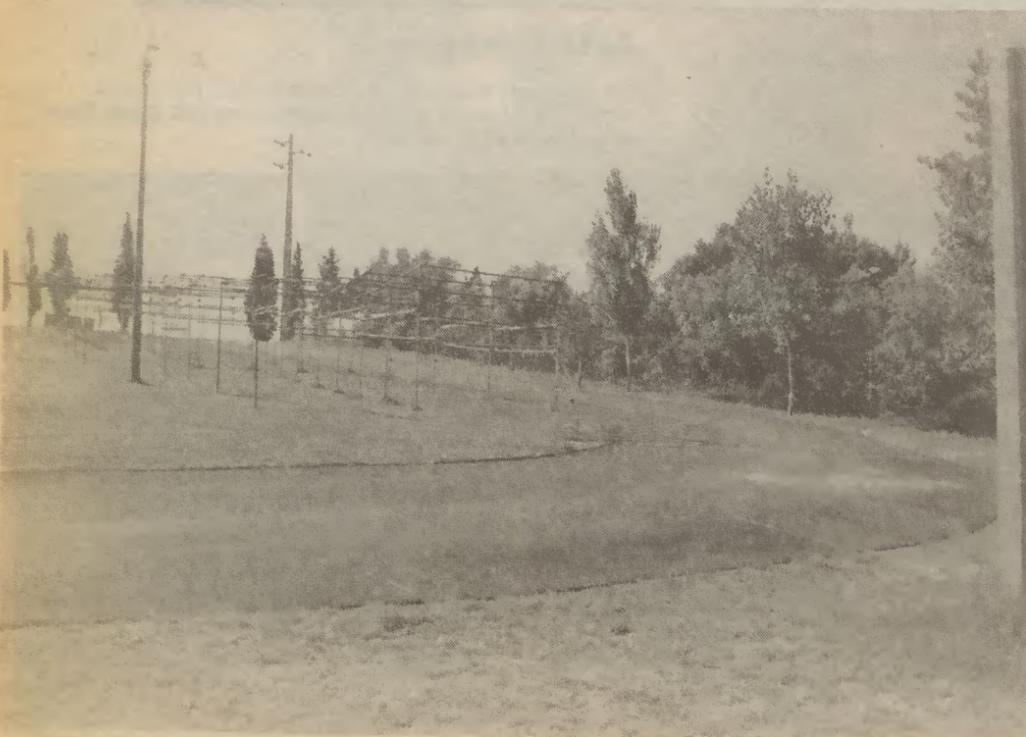
ENTRADA. De modo a facilitar o acesso dos milhares de visitantes ao recinto da Festa, a entrada da Medideira está a ser remodelada, destacando-se o asfaltamento da estrada entre a zona dos estaleiros e o posto de saúde.



Da entrada da Medideira, junto ao estaleiro da Festa, parte agora uma estrada asfaltada que faz a ligação ao recinto e ao posto médico



A ampliação do Palco 25 de Abril permitirá receber em melhores condições as grandes orquestras



Na zona da várzea, junto ao rio, vai ser instalado o Auditório 1º de Maio, que beneficiará de maior isolamento sonoro

Da nossa enviada especial
Anabela Fino

mais forte

Podem contar connosco

- **Intervenção de Carlos Carvalhas**



«Uma saudação especial a Portugal» - quando Alonso Puerta sublinhou a presença dos «vizinhos», já os camaradas idos do distrito de Setúbal animavam o pavilhão de Leganés com as suas coloridas bandeiras. Particularmente activos estiveram os jovens do Seixal, «apesar das noites sem dormir, para ir até Madrid afirmar a solidariedade dos portugueses na luta por uma Europa dos povos», e para «saudar a unidade na diferença de que as forças progressistas e de esquerda da Europa estão a dar testemunho».

Queria em primeiro lugar transmitir-vos as calorosas e fraternais saudações do Partido Comunista Português, saudar os presentes neste significativo e combativo acto público e, por vosso intermédio saudar os comunistas espanhóis, os militantes da Esquerda Unida e todos os trabalhadores e trabalhadoras de Espanha.

Há pouco mais de um mês, no Comício de Lisboa, o camarada Júlio Anguita afirmou: «É nossa obrigação, como homens e mulheres de esquerda, elevar o nosso olhar acima para atentar no futuro dos nossos povos...» e mais à frente, acrescentava «... Devemos renovar o nosso compromisso com os trabalhadores e com a juventude».

Com este sentido, de novo nos reunimos em Madrid para avançarmos, com total respeito pelas diferenças e especificidades da intervenção em cada país, na nossa reflexão conjunta, na coordenação da nossa luta e na campanha comum: «Que os povos decidam do futuro da Europa!»

As forças de esquerda e progressistas continuam a sua luta por uma construção europeia assente no pleno emprego, no trabalho com direitos, no combate à acentuação das desigualdades, na defesa e evolução no progresso dos sistemas de protecção social, combatendo e dizendo «não» aos dogmas neoliberais ao serviço dos mercados financeiros e do grande capital. Como dizemos «não» à constituição de blocos político-militares e ao reforço e alargamento da NATO por serem contrários aos interesses dos povos e dos trabalhadores, ao aprofundamento da democracia e da paz.

As grandes movimentações sociais verificadas na Europa e as recentes eleições em que os povos correram com os governos que prosseguiram as políticas de Maastricht, obrigaram, nomeadamente pela iniciativa do governo francês, a que na recente Cimeira de Amesterdão sobre a revisão do Tratado, assuntos até antes considerados tabus como a UEM e o «Pacto de estabilidade» e a sua relação com o desemprego e a contracção da acti-

vidade económica tivessem aí sido debatidos como temas centrais.

A intervenção dos povos e dos trabalhadores, das forças de esquerda e dos sindicatos, as grandes movimentações sociais, o protesto e a luta fora e dentro das instituições mostram, na verdade, que este é o caminho e o alicerce mais sólido para a construção de uma Europa democrática, de «emprego, paz e solidariedade».

Reforcemos e aprofundemos pois a nossa intervenção e a nossa luta pelo emprego e pela redução do horário de trabalho sem perda de salários. Reforcemos a nossa luta pela participação das mulheres em igualdade e pela concretização dos anseios e esperanças da juventude. Reforcemos a nossa intervenção

pelo desenvolvimento com a sua dimensão ambiental; pela concretização efectiva do princípio da «coesão económica e social»; pelo desarmamento e por uma nova política de segurança; por uma Europa de paz e cooperação.

A todos os amigos e camaradas, queremos aqui reafirmar que podem contar sempre e sempre, com a solidariedade activa dos comunistas portugueses, que não faltarão com a sua luta pela transformação social, pela participação popular, pela democracia, pela transparência e por um novo rumo na integração europeia.



preciso mudar a Europa — Conclusões do Encontro —

Imediatamente após a Cimeira de Amesterdão e da conclusão da Conferência Intergovernamental, o Encontro de Madrid situa-se num duplo contexto: por um lado, a nova situação criada na União Europeia com a vitória dos trabalhistas na Grã-Bretanha e, posteriormente, das forças de esquerda em França e, em geral, pelo movimento de fundo que se sente crescer em cada um dos nossos países contra as ideias neoliberais e a favor de uma nova orientação da construção europeia no sentido de uma Europa social e de progresso; por outro lado, a importantíssima Cimeira da NATO que se celebra precisamente em Madrid nos dias 8 e 9 do presente mês de Julho e que deve decidir o alargamento a Leste da organização militar atlântica.

Os constantes esforços para mudar a política em cada país convergem para impulsionar um processo de transformação da União Europeia. Trata-se de enfrentar decididamente as causas do desemprego, da precariedade e da pobreza. Há que responder ao desafio do emprego, a partir de um desenvolvimento sustentado e da promoção de um modelo social europeu que proteja e desenvolva as conquistas e os direitos sociais (com medidas como a redução do horário de trabalho sem diminuição de salário), defendendo a vigência do Estado de bem-estar e os serviços públicos, pondo fim aos processos de privatizações. Há que transformar numa exigência permanente a igualdade entre homens e mulheres. A luta contra o racismo e a xenofobia deve atingir um patamar qualitativamente novo. Há que dar resposta à necessidade de segurança. Há que fundamentar a paz numa ambiciosa política de desenvolvimento. Há que proteger o meio ambiente. Para alcançar os mencionados objectivos, é preciso criar as condições que garantam a participação democrática dos cidadãos, incluindo nas questões europeias, para fazer frente aos principais problemas existentes.

Esta intervenção das forças de esquerda, progressistas e ecologistas, é tanto mais necessária quanto a actual construção euro-

peia se revela incapaz de contribuir para a solução dos problemas, colocando-se com força crescente a necessidade da sua reorientação.

Tendo em conta as exigências da esquerda e dos movimentos sociais, a Conferência Intergovernamental que terminou a 17 de Junho em Amesterdão não deu respostas satisfatórias. Ainda que os governos não tenham podido ignorar o ascenso do debate sobre a Europa social, tendo-se pelo menos aberto a discussão sobre a matéria, os Quinze não puseram em causa nenhuma das políticas e orientações que hoje provocam reacções em amplos sectores das opiniões públicas.

Ao mesmo tempo, o debate público sobre as consequências para o emprego, as questões sociais e a soberania que terão o Pacto de Estabilidade e a União Económica e Monetária, iniciado graças à pressão exercida pelos movimentos políticos e sociais progressistas e pelos sindicatos, foi levantado pelo Governo francês em Amesterdão, ampliando a discussão sobre esses temas.

Nem todos os partidos hoje reunidos em Madrid têm o mesmo parecer sobre a moeda única. Mas todos partilham uma visão profundamente crítica desse projecto de UEM e coincidem em considerar nefasto um Pacto de Estabilidade que conduz em última análise a uma lógica que leva à estruturação permanente das políticas de austeridade e de supressão dos postos de trabalho.

Agora que se abriu amplamente o debate em todos os países da UE, os participantes na reunião de Madrid são unânimes em considerar que há condições para ultrapassar uma etapa na intervenção política, incluindo no campo económico.

Todos estão de acordo em que não serão possíveis novos avanços se os cidadãos não forem parte comprometida no debate e nas opções a tomar, incluindo sob a forma de referendo, onde as condições objectivas os tornem possíveis em resposta à expectativa dos cidadãos. A este respeito, os partidos reunidos em Madrid congratu-

lam-se pela campanha comum, em curso em vários países sob o lema: «Que os povos decidam sobre o futuro da Europa».

Reorientar a construção europeia, fixar um novo rumo, implica igualmente a elaboração de ideias e projectos inovadores no campo da segurança. A construção de um novo modelo pan-europeu de segurança partilhada deve fundamentar-se no diálogo e em medidas de confiança, no fortalecimento da cooperação, na supressão da ameaça militar, com a criação de instituições capazes de garantir a segurança de todos os povos do continente. É por esta razão que os partidos hoje reunidos se opõem ao reforço da NATO e ao seu alargamento e respectiva formalização tal como está previsto na cimeira de Madrid.

Face a este projecto, os países europeus deveriam pronunciar-se a favor do desarmamento nuclear e convencional; pela dissolução de instituições como a NATO; contrários à criação de forças de deslocação rápida; contra a criação de novas tensões e divisões especialmente no que se refere à Rússia e à Bielorrússia, considerando simultaneamente a necessidade de segurança dos PECO (Países da Europa Central e Oriental).

A OSCE, uma vez renovada e efectivamente dotada dos meios adequados, enquanto marco regional da ONU, poderia contribuir para a prevenção de conflitos e crises, para a sua superação por meios políticos e para a manutenção da paz, aplicando princípios como os de Helsínquia.

As forças políticas e sociais hoje reunidas em Madrid, partindo das suas próprias análises e posições, tal como em 1996 o fizeram em Paris e em Madrid, e mais recentemente em Lisboa, expressam a sua determinação em trabalhar juntas e de alargar decididamente o diálogo ao conjunto da esquerda e aos verdes, pela construção de uma Europa democrática, social, solidária, de emprego, de paz e de equilíbrio ecológico.

Sim, porque é preciso mudar a Europa.

Qual é a coisa qual é ela

■ José Soeiro
Membro
da Comissão Política

que da rosa faz laranja e da laranja faz chinela?

HÁ DIAS, numa daquelas animadas conversas entre amigos em que, como sempre, não faltam as anedotas e adivinhas, há um dos presentes que se salta com esta: Qual é a coisa qual é ela que da rosa faz laranja e da laranja faz chinela? Como não é difícil de imaginar, respostas não faltaram. Isto apesar do acrescento «... e da laranja faz chinela» que para além de assegurar a rima não é mais do que a pena na cabeça do burro que come e que como toda a gente sabe só serve para despistar.

Assim, desde António Guterres a Sousa Franco, passando por Jorge Coelho e João Cravinho, até Maria João Rodrigues e Gomes da Silva, não houve governante ou Ministério que não fosse citado como resposta, tão laranja é a política que vêm praticando. Houve mesmo quem dissesse o governo PS. Porém o autor da adivinha é que não desarmava e lá ia dizendo que as respostas avançadas eram todas verdadeiras mas insuficientes pois fazer da rosa laranja só podia ser obra de quem da rosa fez bandeira. Assim a resposta certa só podia ser uma: o PS.

O mote estava lançado e como tal não faltou quem de imediato considerasse que o PS devia candidatar-se era a um qualquer prémio na área da floricultura/fruticultura. Mais, o PS devia mesmo figurar no Guinness. Afinal, o PS conseguiu demonstrar, apenas em ano e meio de governação, ser capaz de transformar a rosa numa perfeita laranja para não dizer o roseiral num perfeito laranjal. Mais difícil ainda: uma rosa mais laranja que a laranja do PSD o que nos permite pensar, com grande margem de segurança, que nem a Rainha D. Isabel faria melhor apesar de, como reza a história, ter transformado milagrosamente em rosas o pão que levava no regaço. Não se sabe, claro, se as rosas do PS terão alguma coisa a ver com as rosas da Rainha mas é presumível que não, já que estas resultaram do pão que se destinava aos pobres enquanto que as laranjas do PS se destinam aos ricos e poderosos. Por outro lado, se das rosas da

Rainha se tratasse estas deveriam voltar à sua forma de pão e não de laranjas como é o caso, apesar de nisto de milagres tudo poder ser possível.

hoje chamar-se muito justamente Partido Socialista da Direita. Isto dar-nos-ia dois PSDs e estaria assim explicado da forma mais simples esta transformação da rosa em laranja. É evidente que esta tese deita por terra a hipótese de milagre e por esta via tornar-se-á muito difícil vir a ser considerada a hipótese do País vir a ter um S. Guterres.

Naturalmente que com dois PSDs compreende-se muito melhor o empenho PS/PSD na defesa da política de Maastricht e a facilidade com que firmaram o acordo de revisão da Constituição à revelia da Assembleia da República bem como a marcha forçada que agora aprovaram para a sua concretização.

Mas não sejamos ingénuos. Estamos perante PSDs que, embora vendam o mesmo produto, neste caso laranja e bem amarga, ambos tratam cuidadosamente de não deixar confundir as embalagens. E é neste pormenor fundamental que o PS ganha decididamente ao PSD. É que o PS fez da sua rosa, como logo de início se disse, uma laranja mais laranja que a laranja do PSD.

O PS privatiza mais depressa e melhor, o PS é mais eficaz a desregular a legislação laboral, o PS manipula melhor os dados do desemprego, o PS instrumentaliza muito mais a comunicação social e os cargos públicos, o PS

assumindo uma prática arrogante e autista, o PS aproxima os deputados dos eleitores abrindo portas à redução do seu número, o PS cultiva o pluralismo introduzindo o princípio dos executivos municipais monopartidários, o PS boicota a regionalização proclamando aos quatro ventos as suas virtualidades e o seu empenho na sua concretização, o PS é laranja e mais laranja, cada vez mais laranja ou simplesmente laranja +, o que lhe dá um certo toque promocional.

Com a política que tem vindo a praticar, o PS ganhou, por mérito próprio, o direito ao seu D podendo hoje chamar-se muito justamente Partido Socialista da Direita. Isto dar-nos-ia dois PSD's

Milagres

Mas se transformar a rosa em laranja não é milagre mas tão-só uma opção de prática política, não desesperem os mais crentes, pois Guterres promete não desistir na sua caminhada para a canonização. O milagre da multiplicação está na agenda e se não for para estes anos mais próximos será, como já está anunciado, para depois de 1999, claro. Não se trata, como é evidente, de multiplicar os pães, os peixes ou o vinho, pois, como é sabido, a Política Agrícola Comum e a

Política Comum das Pescas não o permite e a Santa Comunidade não pode ser contrariada. Mas serão os milhões, milhões para tudo e para todos. E mais, não haverá aumentos de impostos, será o verdadeiro milagre da multiplicação dos milhões. Melhor que o totoloto da Santa Casa da Misericórdia.

Se assim não fosse, como é que se iriam aumentar os salários e as reformas? E manter os POCs e a Formação Profissional? E o rendimento mínimo garantido? E aumentar os rendimentos dos agricultores, pescadores, comerciantes e industriais? E acabar com o desemprego? E...

Então não foi o 1º Ministro António Guterres que na cimeira da terra em Nova Iorque declarou solenemente que Portugal assumia o aumento da percentagem do PIB nacional para ajudar os países menos desenvolvidos a sair da crise? E para o Alentejo? Não se têm os governantes, de Guterres a Cravinho, de Capoulas a Pimpão, estafado a anunciar ora mais de 400 milhões de contos, ora entre 450 a 500 milhões, ora mais exactamente 410 milhões de contos? Que culpa tem o governo dos autarcas do Alentejo pedirem apenas que o governo cumpra com o investimento inicialmente previsto dos 544 milhões do 2º Quadro Comunitário de Apoio? Que culpa tem o governo das autarquias já terem investido os 48 milhões do PORA e de precisarem de mais 25 milhões de contos para fazer face aos projectos já apresentados e considerados essenciais para o bem-estar das populações?

Naturalmente que vamos ter milhões. Mas até lá é necessária uma grande compreensão e até fazer alguns sacrifícios. E que os partidos da oposição não tenham a veleidade de querer impor a reposição do poder financeiro das autarquias que ao longo dos anos lhe foi retirado pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais. É verdade que o PS prometeu duplicar as verbas para as autarquias mas com os diabos o governo ainda só vai a caminho de dois anos de existência e além disso ainda não transferiu para as autarquias todas as áreas onde há buracos e dificuldades na acção governativa tais como saúde, acção social, ensino, segurança pública, etc. Depois há a ameaça do aumento dos impostos e isso nunca. Assim se a oposição teimar o governo demite-se... ou o PS demite-se... ou o PSDireita demite-se, ou... isto é mesmo assim, como nos bons tempos do Estado Laranja, é grande a confusão entre Estado e partido...



Um em dois

É claro que quem não deve estar nada satisfeito com esta desleal concorrência deve ser o PSD. Afinal, laranja é uma marca que devia definir apenas o PSD, tem direitos de autor e os portugueses tiveram mesmo direito a uma onda laranja. O PS é o das rosas e chama-se PS e não PSD. É verdade que não há mais

consegue aprovar 40 horas aumentando horários de trabalho, o PS impede a aprovação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez declarando-se a seu favor, o PS impõe o pagamento das propinas e degrada o sistema de ensino público jurando a sua paixão pelo mesmo, o PS faz malabarismos na segurança social declarando ter milhões para meter de lado mas negando o aumento intercalar das reformas e pensões, o PS proclama o diálogo e a participação dos cidadãos aprovando leis repressivas e

Uma confissão significativa



“A Comunidade está farta e cansada de aturar os problemas portugueses.” Quem proferiu esta frase? Não é difícil acertar na resposta. Foi, exactamente, o Ministro da Agricultura de Portugal numa reunião de trabalho que, na semana passada, realizou com a Comissão de Agricultura da Assembleia da República.



■ Lino de Carvalho

1. Mesmo fazendo-se um esforço de compreensão face à conhecida espontaneidade do Ministro que já preenche páginas do anedotário político nacional, a verdade é que aquele desabafo encerra, todo ele, uma atitude de preocupante descrença e falta de confiança na defesa dos interesses nacionais.

Mas encerra uma outra confissão. A de que o «modelo» agrícola da Comunidade expresso na Política Agrícola Comum e nos regulamentos que lhe dão corpo não só não têm nada a ver com as características específicas da agricultura portuguesa e as necessidades dos produtores agrícolas nacionais como os alegados processos e vitórias negociais nos Conselhos de Ministros da Agricultura e da Comissão Europeia não passam de fantasia, de vitórias de Pirro e só residualmente permitem obter resultados favoráveis para os agricultores portugueses, designadamente os pequenos agricultores.



2. São vários os exemplos recentes que «justificam» o espontâneo desabafo ministerial:



Indemnizações compensatórias

As indemnizações compensatórias são uma importante fonte de rendimento dos agricultores destinando-se teoricamente, a compensar a actividade agrícola realizada em terras mais desfavorecidas.

A partir de 1998, só terão acesso a este tipo de apoio as explorações agrícolas a partir de 3 hectares. Para Portugal (e outros países como a Espanha, a Grécia, o Sul de Itália, a Irlanda) esse valor será de 2 hectares, só que actualmente é de 1 ha e já foi de 0,5 ha. A passagem para os 2 ha significaria, nas condições específicas da estrutura fundiária do País, que 80% dos agricultores deixaria de ter acesso às indemnizações compensatórias.

O Parlamento Europeu, por proposta dos deputados comunistas portugueses, aprovou uma alteração ao regulamento que não impõe nenhum limite mínimo. Mas o Ministro confessa que as resoluções do Parlamento Europeu não são respeitadas e que a Comunidade e o Orçamento nacional não disponibiliza mais meios para permitir que sem diminuição do valor unitário, os milhares de pequenos agricultores que hoje beneficiam desta importante fonte de rendimento continuem a beneficiar.

Mas mais do que isso, é o próprio Ministro da Agricultura a defender que não sejam aumentadas ou alargadas as indemnizações compensatórias (apoios ao rendimento que abrangem cerca de 80% dos agricultores portugueses e um dos poucos a que têm acesso os pequenos agricultores), a favor de alegados apoios ao investimento (que abrangem pouco mais do que 10% dos agricultores e que, na ausência de uma política orientada dos investimentos de acordo com os interesses nacionais, se têm desperdiçado em construções de betão e na compra de equipamentos em vez de serem prioritariamente aplicados na reconversão e modernização dos sistemas agrários e culturais do País).

Linha de desenvolvimento

Traduzida numa linha de crédito a reestruturação de dívidas, para a bonificação da qual só existem, para 1997, 500 mil contos no Orçamento do Ministério da Agricultura, também aqui o Governo se queixa de que as condições impostas por Bruxelas limitaram o acesso às grandes empresas agrícolas e aos grandes agricultores.

Está bom de ver que só em relação a esses a banca atesta a sua «viabilidade técnica e económico-financeira» e que só esses podem confirmar a sua situação fiscal através da obrigatória apresentação de declarações do IRS de que os pequenos agricultores estão isentos por lei.

PAMAF/II Quadro Comunitário de Apoio

É sabido que a aplicação da Política Agrícola Comum a Portugal traduz-se

na marginalização da esmagadora maioria dos agricultores portugueses que não têm acesso aos apoios para investimento. Estima-se (porque o Governo não fornece, propositadamente, dados estatísticos globais e rigorosos) que 5% das explorações de maior dimensão recebem 90% dos subsídios.

Na Comunidade não há nenhuma intenção de modificar este quadro e em Portugal o Ministério da Agricultura do Governo PS, também nada fez até ao momento para no plano negocial da União Europeia ou no plano interno introduzir alterações aos regulamentos que permitam alargar o número de agricultores candidatáveis.

Daqui decorre uma outra consequência: a taxa de execução do Programa de Apoio à Modernidade da Agricultura (PAMAF), em 1997 e até 31 de Maio era somente de 28,7%. Isto é, nem as já limitadas verbas do II QCA estão a ser utilizadas, enquanto no âmbito das medidas agro-ambientais (que estão fora do II QCA) se restringem as candidaturas e se recusam projectos por alegada falta de verbas. É a total desarticulação.

3. Muitos mais exemplos podiam ser dados. As propostas de reforma do sector da vinha e do vinho e do olival são outros tantos.



Todos eles atestam o espontâneo desabafo do Ministro Gomes da Silva mas não o absolvem como não absolvem o Partido Socialista e o Governo da responsabilidade

de fazerem mergulhar a agricultura portuguesa num oceano onde está a ser inexoravelmente afogada.

O recente relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo Ministro da Agricultura e que se propõe estabelecer as bases de estratégia do Governo para a

aquelas que são viáveis comercialmente (que seriam uma minoria) e uma imensa maioria, mais de 2/3, que teria de se resignar a um papel agro-rural, de jardineiros da paisagem. Esta é uma falsa dicotomia que a ser levada em

frente marginalizaria da actividade produtiva e liquidaria a maioria das explorações agrícolas e dos agricultores portugueses. Se para as pequenas ex-

plorações, ditas não competitivas, forem canalizadas uma parte substancial dos apoios ao investimento e ao rendimento: se for promovida uma forte política de reorganização fundiária e associativa; se forem alterados e diversificados os sistemas produtivos; se for apoiada a sua ligação ao mercado com a criação de estruturas de concentração da oferta; se a função de produção agrícola e o direito a produzir forem articulados com os restantes usos do território essa imensa maioria das explorações agrícolas tornar-se-ão viáveis, competitivas, abastecedoras do mercado interno, promotoras do emprego e de fixação das populações no interior rural.

4. Mas estas propostas implicam romper com as actuais orientações da PAC, não aceitar uma reforma às fatias e reorientar completamente a política agrícola nacional.

E neste capítulo, Ministro, Governo e Partido Socialista no seu conjunto são todos co-responsáveis. Não há um PS bom para os agricultores que está na «oposição» e um PS mau que está no Governo, como por vezes se pretende extrair dos conflitos entre o aparelho socialista e o Ministro da Agricultura.

Conflitos, contudo, que não devem passar em claro, porque quando são altos dirigentes do Partido Socialista que afirmam (convergindo aqui com muitas das críticas do PCP) que a política agrícola do Ministério da Agricultura é de continuidade da política do PSD, como pode o Governo pretender dizer o contrário e ganhar a confiança dos agricultores portugueses?

É uma evidência que os agricultores portugueses e as suas estruturas representativas (com relevo para a CNA, agora impedida, pelo Primeiro-Ministro, de fazer parte do Conselho Económico e Social na sequência de um vergonhoso acor-

do pessoal do Eng. António Guterres com a CAP) têm mais que razão e espaço para multiplicarem os seus protestos contra a actual política agrícola do Governo PS. E é necessário que o façam.



EM FOCO

■ Francisco Moreira
e Francisco Brás

Assalto ao sector público

A privatização de serviços públicos essenciais tem vindo a ser apresentada como uma componente fundamental do caminho para a moeda única. Da chamada convergência duradoura, sustentada por interesses alemães e franceses, decorre, segundo tais interesses, a necessidade do déficit do Orçamento do Estado registar 0% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999. Ora, tal objectivo só será tangível aumentando as receitas e contendo as despesas. Com a onda acelerada das privatizações, apresentando-se estas como a solução para os problemas existentes, chegaremos a 1999 com tudo privatizado, o que, desde logo, deixa antever um quadro caracterizado pelo corte de regalias sociais.

O STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local realizou, em 1995, um seminário internacional sobre Privatizações, tendo-se registado importantes contribuições resultantes de experiências vividas que nos foram trazidas por participantes vindos da Grã-Bretanha e da França, e relatórios da situação em Espanha, Holanda, etc.

No plano do desemprego, são conhecidas as consequências do processo das privatizações levado a efeito na Grã-Bretanha pela mão propulsora de Margaret Thatcher, consubstanciadas na destruição de mais de 100 mil postos de trabalho em 10 anos.

Com efeito, em 1979, o Governo Conservador liderado por Margaret Thatcher era eleito. Era o falhanço visível do «welfarismo» que se tinha estabelecido após a II Grande Guerra. Um importante acontecimento que ocorreu foi o novo papel atribuído ao Estado. Seguindo os princípios keynesianos, entende-se o Estado como primeiro agente na regulação da acumulação capitalista, percebendo o governo, o mercado e o capital como os factores-chave na economia.

Em consequência, o governo reconheceu o desejo de aumentar o papel do mercado no sector público, incluindo as indústrias nacionalizadas, alcançando dois objectivos — aumentar o papel do capital e simultaneamente diminuir as despesas do Estado. Isto reflectia-se no anúncio governamental em Junho de 1979 da intenção de reduzir as despesas em 1.5 biliões.

A privatização afectou os membros da UNISON (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local na Grã-Bretanha) e os seus sindicatos. Por exemplo, a indústria da electricidade, privatizada em 1990, criando 19 companhias privadas, 12 companhias regionais de electricidade, 3 companhias produtoras.

Um relatório da UNISON argumenta que a negociação colectiva a nível nacional foi substituída por negociações de empresa, após a privatização. O que conduziu ao afastamento em incontáveis situações dos sindicatos dos referidos processos negociais.

Os membros da UNISON foram afectados, sim, pela fragmentação ou segmentação da representação. Isto é confirmado por 3 relatórios, onde em Yorkshire, no Norte, e Escócia as estruturas de negociação foram descentralizadas em unidades de negociação que cobrem funções que sofreram processos de separação, por exemplo, os serviços informáticos, serviços de clientes e distribuição.

A privatização liderou a demanda de cortes de pessoal e tendo oferecido esquemas de pré-reforma que parecendo bastante vantajosos, foram aceites pelos trabalhadores e os conduziu a um regime de desprotecção social. Em 1990, o emprego total na indústria de electricidade manteve-se em 144.129 trabalhadores. Em Dezembro de 1995, esse número tinha decrescido para 91.893 (-52.236).

Uma tendência emergente tem sido a absorção de companhias, por exemplo, NORWEB foi recentemente adquirida pela North East Water. A racionalização subsequente requer inevitavelmente uma redução nos custos, resultando em perdas de emprego.

Desde 1987, o governo tem tentado beneficiar as forças do mercado através do sector público usando a competição interna para atingir os objectivos. A competição interna relaciona-se com a criação de mercados internos, a competição externa com o uso da oferta.

A componente ideológica do processo

Num quadro de asfixiamento financeiro das autarquias, o surgimento de fluxos financeiros gerados pelas privatizações, que permitirão tapar alguns buracos orçamentais, bem como a desresponsabilização de alguns autarcas, têm vindo a concorrer para a consolidação da mensagem difundida acerca da necessidade da entrega a privados de serviços públicos essenciais.

Um outro factor a ter em conta assenta no facto do II QCA — Quadro Comunitário de Apoio, prever cerca de 900

milhões de contos de fundos para apoio a sectores como a água e Ambiente, o que, naturalmente, aumenta a apetência dos privados por alguns serviços públicos.

Acresce que os referidos Programas decorrem de normas europeias, tendentes a facilitar as grandes multinacionais num quadro de endividamento dos municípios e consequente falta de capacidade de investimento.

Todo este processo tem vindo a ser desenvolvido com base numa forte acção de propaganda dirigida pelo Poder Central e coadjuvada a nível local e regional por alguma Comunicação Social e pela postura e dinamismo de alguns autarcas.

Omitindo o que o Poder Local (os eleitos e sobretudo os seus trabalhadores) tem realizado, tenta criar-se a ideia de que as câmaras municipais não estão vocacionadas para a gestão dos parques de máquinas e para a realização de obras públicas, que isso deve ser tarefa dos privados; que o Presidente da Câmara deve estar virado para funções de «venda» da imagem do Concelho, formado na arte de bem receber e que por essas razões deveria ser objecto de nomeação e não de eleição.

A tentativa de privatização dos SMAS em Castelo Branco

É neste quadro que se regista a tentativa de privatização dos SMAS-Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em Castelo Branco.

Trata-se de serviços que no plano do ciclo das infra-estruturas não terão perturbações nos próximos 20 anos, serviços que apresentaram 173 mil contos de lucro no exercício de 1995.

Serviços que, privatizados, permitirão um encaixe financeiro estimado em 6 milhões de contos. E a privatização dos SMAS de Mafra que em 1993 assegura mais de 130 mil contos de lucro, sob a forma de «concessão» por uma verba a todos os títulos irrisória.

Desde logo, foi desenvolvido um intenso combate à entrega a privados de tão importante serviço, dirigido das seguintes formas:

- sensibilização dos trabalhadores para a luta de resistência;
- participação, com denúncia, em todas as iniciativas (colóquios, seminários, debates) organizadas pela autarquia com vista à sensibilização da população;
- realização de encontros com os órgãos de comunicação social regional;
- articulação da intervenção sindical com a intervenção político-partidária, junto das populações;
- comunicados às populações e a todas as forças vivas dos respectivos concelhos;

O resultado foi o recuo da autarquia, pensamos por razões de tática, dado que, passados 2 anos, tenta-se retomar o processo.

O caso da EDP

A privatização da EDP é bem o exemplo da depauperação do património público.

Praticamente todas as autarquias foram obrigadas a entregar à EDP o serviço de distribuição de energia em baixa tensão e todo o património municipal que sustentava o referido serviço público.

Foram transferidos para a EDP, num processo que se pode considerar pacífico, dado que se tratava duma empresa pública, milhões de contos de património dos Municípios. Hoje, estamos confrontados com a entrega da empresa a interesses privados. Tratou-se ou não da entrega, «de mão beijada», a privados de património que é das populações?

Em resultado de toda esta onda privatizadora regista-se a desintegração jurídico-contratual dos trabalhadores, bem visível em serviços sustentados por trabalhadores com vínculo às autarquias e trabalhadores das empresas, verificando-se ainda, em muitos casos, o aumento dos ritmos de trabalho, diminuição de direitos e desemprego.

A luta é determinante para se travar esta ofensiva, para a defesa de serviços públicos essenciais às populações, para a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores como de resto é visível no que se está a passar com a tentativa de privatização dos Serviços Municipalizados de Setúbal e os consequentes recuos a que a intervenção dos trabalhadores obrigou. Esta é uma orientação que vamos continuar a defender.

Economia, o que é?

■ Maria Eduarda Castro

É tempo, digo eu, para evitar males maiores (e os que há são já desmesurados), de definir a economia como uma das ciências humanas. Haverá, aliás, alguém que se atreva a falar de alguma ciência sem ser humana? Para que pode servir a ciência, qualquer ciência, senão para servir a humanidade?

É tudo afinal tão simples que, como diria o Herman José, «não havia nexidade» de obrigar a humanidade e o conjunto do mundo natural e construído a passar os horrores que tem passado.

O que tenho para mim é que está ainda para começar a verdadeira História e que estaremos, creio, no fim da pré-História, marcada pela ideologia do fim da História. Os que têm vindo a anunciar o fim da História, o fim das ideologias, anunciam afinal o seu próprio fim, o fim da postura da depredação que os caracteriza. O que eles não conseguem entender é a postura de quem está no mundo para ser, para ser feliz, para construir e respeitar os outros.

E não entendem esta postura porque não se respeitam a si próprios, primeira prioridade no caminho do respeito pelos outros.

Só que, sou ainda eu que o digo, por mais megafones que ponham nas mãos desses antecessores do Ser Humano, como a natureza, ela própria, reage e cria as suas próprias defesas e, para além disso, VIVE. E PENSA. E a força do pensamento humano, da razão, cresce sempre mais forte quanto mais é esmagada.

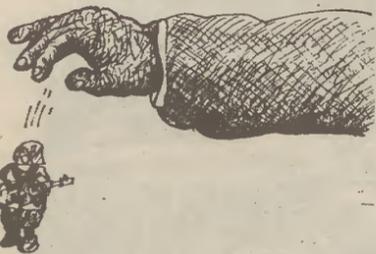
Quando se ouve falar de economia, a palavra surge sempre ligada à ideia de lucro financeiro, sem serem equacionados outros lucros como os humanísticos (saberes, cultura, patrimoniais, etc.) ou ambientais. O que hoje surge como inevitável em muitos casos é que o lucro financeiro aparece como incompatível com a auto-sustentação humana e aí é a própria vida em toda a sua dureza, através de uma guerra económica (a III guerra mundial) que já fez mais mortos e mutilados do que as duas que a antecederam que obriga a enfrentar corajosamente a situação e fazer nascer finalmente, para todos, o direito à vida e à felicidade. Os tempos vão provando que ninguém pode ser feliz sobre os outros e que só com harmonia e concentração de vontades será possível espalhar saúde e alegria.

O planeta está doente e a humanidade também; a cura é possível e nem é tão difícil, mas não se faz com mezinhas que, mais do que resolver, pretendem perpetuar situações tranquilizando consciências inquietas.

Mais do que lutar pelo direito ao emprego, parece-me fundamental lutar seriamente pela dignidade humana para que finalmente o ser humano possa ter direito à posição vertical que o distingue dos que põem as quatro patas no chão e que, nestes tempos conturbados de estertor capitalista e de concentração a níveis inimagináveis, conseguem na sua posição horizontal maior dignidade do que muitos dos que injustamente têm acesso à posição vertical.

A máxima tem de ser aquilo que cada ser humano tem direito inalienável e não pode ser, não pode continuar a ser, uma mesquinha distribuição das migalhas da mesa dos ricos para tranquilidade dos seus estômagos.

A ONU diz que é possível erradicar a fome, os bens produzidos chegam para todos, do que se está à espera? E será só a fome? Urgem medidas para erradicar as fomes, todas as fomes e criar finalmente um mundo património mundial, à medida do ser humano como ser pensante.



Defender os serviços públicos para que todos tenham os mesmos direitos

«**A** defesa e melhoria dos serviços públicos, enquanto factor de igualdade e solidariedade entre os portugueses e motor do progresso social e do desenvolvimento económico, é um objectivo estratégico e parte integrante da luta dos TFP's.» Este foi o mote para o 6º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, realizado a 19 e 20 de Junho, na Estação Agronómica de Oeiras, um local de trabalho da função pública que foi o primeiro organismo de investigação científica criado em Portugal.

Uma vez mais, o Congresso da Função Pública foi um importante acontecimento.

Antes de mais, pela sua dimensão e representatividade, pelo número e conteúdo das intervenções havidas e pela composição dos delegados – na sua maioria dirigentes sindicais vindos de todos os distritos do Continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e ainda de missões consulares portuguesas na Europa, nas Américas e em África.

Depois, porque realizando-se a menos de três anos do final do século, este 6º Congresso teve a missão, única, de aprovar as orientações necessárias para preparar devidamente a entrada no terceiro milénio, dando resposta a velhos problemas e novos desafios que se colocam aos trabalhadores e às suas organizações de classe.

Os trabalhadores da Função Pública estão na primeira linha do impacto das profundas transformações que estão em curso a nível mundial (e, obviamente, também no nosso país), decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, da mundialização da economia e da globalização dos mercados financeiros.

Transformações que na Função Pública, se traduzem:

- no plano político-institucional, em alterações qualitativas

no âmbito e nas competências da Administração Pública, subordinadas a uma óptica de privatização que conduz à redução de importantes funções sociais e económicas cometidas ao Estado, tendendo a resumir a satisfação das necessidades colectivas a uma rede mínima de serviços e criando condições objectivas para a expansão da iniciativa privada, com ou sem fins lucrativos, nessas áreas de intervenção;

- no plano económico, na integração do nosso país no espaço e nas regras comuns da União Europeia, numa perspectiva ultraliberal e monetarista em que a exigência de redução do défice orçamental e da sua manutenção a longo prazo em valores idênticos aos de países muito mais desenvolvidos, conduz a uma forte contracção das despesas públicas, designadamente nas áreas sociais e nas despesas com pessoal;

- no plano social, em alterações significativas no regime de emprego – com o alargamento dos serviços e das carreiras profissionais sujeitas ao direito privado – nos direitos e na protecção social dos trabalhadores.

O Congresso defendeu um amplo debate público em torno da moeda única e da revisão do Tratado de Maastricht. E criticou a prioridade dada à aplicação rígida dos critérios de convergência nominal para a terceira fase da UEM, em detrimento da convergência real e da coesão económica e social, tendo em conta os seus efeitos negativos para os trabalhadores da Função Pública e considerando que esta política não foi capaz de diminuir as desigualdades e injustiças sociais, nem garantiu uma mais justa distribuição da riqueza produzida.

A batalha pelos serviços públicos

A melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos é indissociável da concretização de uma política em que a pro-

cução do interesse público tenha primado sobre a «desintervenção», «privatização» ou «emagrecimento do Estado».

Tal objectivo interliga-se com a dignificação e qualificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores da Função Pública (TFP).

Assim, a luta em defesa de uma política que promova mais e melhores serviços públicos é indissociável da luta em defesa das condições de trabalho dos TFP.

Em Portugal, como por toda a Europa, os serviços públicos são alvo de cerrados ataques, visando a redução e redefinição de funções, através de processos de privatização, extinção ou reestruturação de serviços e da transferência de mais-valias para o sector privado – concessão de subsídios, extensão de benefícios e isenções fiscais, perdão de dívidas ao Estado, aquisição de serviços – beneficiando os grandes grupos económicos em detrimento da generalidade da população e reduzindo,

cente contestação e descrédito do governo PSD, e os restantes 2/3 já no mandato do Governo PS, para cuja eleição os TFP deram seguramente um contributo importante e em relação ao qual se gerou uma natural expectativa de mudança de políticas e de melhoria das condições de vida.

No centro da intensa actividade reivindicativa desenvolvida pela Federação, esteve a negociação do Acordo assinado com o Governo em Janeiro de 1996.

Um Acordo subscrito depois de um processo exemplar de auscultação da opinião dos trabalhadores e que demonstrou ser possível, e desejável, aliar a capacidade de negociar, com a firmeza na defesa das propostas apresentadas e com o respeito pela vontade dos trabalhadores que são, afinal, os destinatários da acção dos Sindicatos.

A negociação dos compromissos então assumidos pelo Governo, permitiu já concretizar, com largo atraso mas de forma globalmente positiva, um conjunto significativo de alterações legislativas, sendo justo realçar as relativas ao emprego precário e à revogação dos disponíveis.

A luta dos trabalhadores foi, e vai continuar a ser, um factor determinante para o êxito deste, já longo, processo negocial. Tanto mais quando verificamos existirem motivos de preocupação e razões para reforçar o esclarecimento e a mobilização.

Preparando as acções de luta que se mostrarem necessárias para dar a justa sequência ao que foi acordado e associando essa luta à defesa do emprego público e do nosso sistema de protecção social, à defesa de salários dignos e da reestruturação das carreiras profissionais.

O reforço da organização sindical

Para defender com êxito estes objectivos, será indispensável ampliar a unidade e a solidariedade

entre os trabalhadores e, como salienta o Programa de Acção aprovado pelo Congresso, ganhar o desafio do reforço da organização sindical. Aumentando o número e a distribuição vertical dos nossos associados, reforçando a sindicalização em todas as carreiras e grupos profissionais, ampliando a rede de delegados sindicais, melhorando a ligação aos locais de trabalho.

Assim como é indispensável reforçar a Federação Nacional, com a clara consciência de que esta estrutura corresponde a uma necessidade concreta e objectiva para a organização e a expressão da vontade colectiva dos trabalhadores da função pública, dispersos por mais de 10 000 locais de trabalho de Norte a Sul do Continente, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e nas centenas de consulados e missões diplomáticas de Portugal, espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Pela sua representatividade e capacidade de mobilização, pelo facto de se ter transformado ao longo dos anos num pólo aglutinador de um vasto conjunto de Sindicatos do sector, para a organização de iniciativas concretas visando a elaboração, negociação e luta em defesa de propostas comuns, e pelo lugar que ocupa no quadro do movimento sindical, a Federação é hoje um interlocutor prestigiado e incontornável por qualquer que seja o Governo.

Este facto reforça a confiança dos trabalhadores nos seus Sindicatos e representa uma acrescida responsabilidade que não pode ser ignorada, antes exige um esforço activo e responsável para melhorar a coordenação das várias frentes de trabalho e a coesão e eficácia da direcção a nível nacional.

Nos anos que se aproximam, importantes batalhas irão moldar o futuro dos trabalhadores da Função Pública.

A aprovação de orientações claras para o desenvolvimento da actividade sindical e reivindicativa e o reforço orgânico da Federação e dos Sindicatos da Função Pública, serão factores determinantes para o sucesso destas batalhas.



assim também, a capacidade do Estado para assegurar as suas funções de garante da solidariedade e de regulação económica.

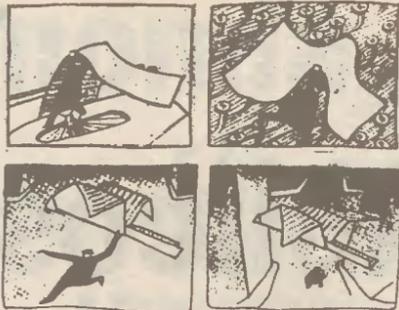
Este processo tem sido acompanhado por uma intensa campanha ideológica, animada pelos grandes grupos económicos, visando pôr em causa a ideia do «Estado Social» como garante dos direitos dos cidadãos; fazer aceitar as políticas de austeridade, as restrições orçamentais e a redução de direitos sociais (como está agora a suceder, com a campanha escandalosa e mistificada contra o regime de aposentação dos funcionários públicos); e fazer crer no carácter mundial destas políticas, como um mal necessário à modernização e ao desenvolvimento, escondendo as suas verdadeiras causas e ocultando as alternativas existentes.

A luta dos trabalhadores

Foi em resposta a esta ofensiva, em defesa dos serviços públicos e dos seus legítimos direitos e reivindicações, que muitos milhares de trabalhadores da Função Pública de ministérios tão distintos como a Saúde ou a Segurança Social, as Finanças ou a Agricultura, a Justiça ou as Obras Públicas e Transportes desenvolveram as mais variadas formas de luta ao longo dos últimos três anos.

Como tiveram oportunidade de testemunhar no Congresso, os representantes das ajudantes de creche, jardins de infância e educação pré-escolar, dos guardas florestais e dos guardas e vigilantes da Natureza, dos trabalhadores dos museus e palácios, dos trabalhadores não docentes das escolas, das IPSS, da SCLM, do IEFP, do Hospital Conde Ferreira ou da Obra Diocesana do Porto, dos consulados e missões diplomáticas no estrangeiro, de tantos e tantos outros serviços.

Estas lutas realizaram-se em conjunturas políticas muito distintas, uma vez que 1/3 deste período decorreu num clima de cres-



InterMEDIações

■ Fernando Correia

A adulteração da política

Política e comunicação social sempre andaram intimamente ligadas. Nos anos mais recentes, juntou-se-lhes o marketing, tendo-se mesmo consolidado um novo campo de actuação com nome próprio: o marketing político. Cujo terreno privilegiado de intervenção são os *media*.

«Para mim, comunicar as promessas de um político é a mesma coisa que comunicar as de uma marca», não no sentido em que as campanhas a desenvolver sejam exactamente as mesmas, mas sim no de que «limite-me a utilizar as técnicas da publicidade na política».

A opinião, em entrevista ao *Diário de Notícias*, é do director criativo e vice-presidente de uma agência integrada numa grande multinacional do sector, considerada como a que nos últimos anos, entre nós, mais trabalhou em marketing político. Na sua lista de clientes já teve o CDS/PP e Cavaco Silva.

Interrogado sobre se consegue fazer uma campanha, a troco de remuneração, para um político sem ter necessariamente que se identificar com a ideologia deste, responde, de forma clara e simples: «Sim, como sou capaz de fazer uma campanha para um penso higiénico. E não me identifico com ele, não uso, além de que não conheço o drama.»

A opinião é suspeita, mas, a propósito das últimas eleições presidenciais, o entrevistado explica: «Quando começámos a trabalhar na campanha, os dados secretos indicavam que Cavaco Silva iria levar uma tarefa, até porque o número de intenções de voto que Sampaio reunia estava muito acima do alcançado por Mário Soares nas últimas presidenciais»; mas, «modéstia à parte», contribuimos «para que Cavaco Silva ficasse perto de ter ganho».

Ou seja: mesmo descontando o auto-elogio, o certo é que uns dias de marketing político, concretizado essencialmente através da comunicação social, fizeram com que muitos portugueses transformassem opiniões formadas durante anos numa intenção de voto de sentido contrário à experiência vivida nesses anos. Graças a expedientes como o de «utilizar as técnicas da publicidade na política». Ou, se quisermos ser mais brutais, vendendo um político como quem vende pensos higiénicos.

Na TV, é a própria linguagem informativa, inspirada na linguagem publicitária, que fertiliza o terreno e o torna propício à penetração do marketing político, baseado nas «técnicas da publicidade».

É nesta engrenagem de fabricação das opiniões que os grandes meios de comunicação social se encontram profundamente implicados. A comercialização da informação e a obsessão pelo lucro fácil e rápido, em sintonia com a natureza e os interesses

do poder dominante, transformaram os *media* num campo privilegiado para a adulteração da política (e de muitas outras coisas). Ao serviço e para benefício de certas políticas.

Sinal dos tempos

Ao princípio, em 1975, era *O Jornal*, e depois também o *Jornal da Educação*, o *Jornal de Letras*, o *Sete* e a *História*. Nascia e vingava a Projornal, a única sociedade de redactores e de outros profissionais da informação que conseguiria no nosso país editar um número significativo de jornais e revistas, com algumas incursões na comercialização, na edição e na rádio.

Mais tarde, com a entrada em força do neoliberalismo, vieram também, a partir da segunda metade da década de oitenta, as profundas transformações nos *media* portugueses, com a criação de dezenas de jornais e revistas (é em 1988 que nasce *O Independente...*), os novos estilos de construção e de apresentação da informação, a consagração do «curto» e «breve» e da «leitura rápida», etc. Coincidência temporal não devida ao mero acaso: em Outubro de 1992 começam as emissões da SIC, em Novembro sai o último número de *O Jornal*, em Março de 1993, em substituição deste, mas num registo mais ligeiro e mais adequado aos novos critérios mediáticos dominantes, surge a *Visão*.

Em ligação íntima com estas transformações, e como um dos seus elementos determinantes, vieram as reprivatizações e a entrada do capital estrangeiro. Os ventos da Europa trazidos pela operação política (e económica) da adesão à CEE, começavam a fazer os seus efeitos – também nos *media*.

Em Abril de 1992, 68% da Projornal são comprados pela Edipresse, o principal grupo de imprensa suíço, proprietário, entre outros, da *Tribune de Genève* e de quatro dezenas de títulos em diversos países europeus, nomeadamente Espanha, França e Polónia.

Era apenas o primeiro passo. O novo grupo absorve a empresa proprietária do *Tal&Qual* e lança a *TV Mais*. Compra mais acções. E acaba agora de adquirir o prédio da BP no Marquês de Pombal para concentrar todas as suas publicações e serviços em Portugal; ao mesmo tempo que anuncia a edição, até ao fim do ano, de uma nova revista semanal «popular» e, para o início de 1998, do *24 Horas*, um novo diário «de qualidade» mas também «popular».

A sociedade de redactores de 1975 deu lugar, em 1997, às Publicações Projornal, SA, de cujas 100 mil acções os suíços da Edipresse detêm 99 807.

Sinal dos tempos.

Toxicodependência

Propostas do PCP para enfrentar o flagelo

A Comissão Nacional do PCP para os Problemas da Toxicodependência e do Narcotráfico divulgou no passado sábado a nota que a seguir se transcreve sobre a situação, as medidas anunciadas pelo governo e propostas do PCP para enfrentar o flagelo da toxicodependência.

1 Face ao enorme agravamento dos problemas da toxicodependência no nosso país, com mais de 100.000 toxicodependentes, os problemas sociais e o sofrimento pessoal e familiar associados e num quadro em que a resposta nacional a este flagelo tem uma década de atraso, as trinta e oito medidas recentemente anunciadas pelo governo não marcam a viragem que se impõe e não estão de acordo com as exigências de resposta à situação de emergência que se vive nesta área.

São casuísticas. Não se baseiam num plano integrado que assente no conhecimento da situação concreta, conhecimento em que, aliás, continua a não se apostar.

São profundamente insuficientes. Na área da prevenção fica-se por ideias pouco concretizadas. Na área do tratamento, prevê-se designadamente a criação de novos CATs e extensões, mas de forma que não permite ultrapassar listas de espera de três e seis meses para primeiras consultas e não se aposta decididamente na criação de uma verdadeira rede pública de comunidades terapêuticas. Na área da reinserção social os apartamentos terapêuticos anunciados têm uma capacidade que não chega a 100 lugares e os compromissos sobre inserção laboral não estão concretizados. Na área do apoio e assistência a toxicodependentes apenas estão previstos gabinetes e centros de apoio em três locais. Na área das prisões com as duas novas alas livres de droga agora anunciadas a capacidade total não chega para abranger 1% dos presos, quando uma grande parte destes tem problemas de dependência das drogas. Na área do combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais, não se prevê o aumento de meios que a situação impõe.

São repetidas. Constituem em vários casos o reanúncio de algumas das 37 medidas que o Governo anunciou há mais de um ano, e ainda não concretizou, como sucede com as lanchas rápidas.

São parciais. Deixam de fora áreas essenciais, em particular a necessidade de mudança das políticas económicas e sociais que estão na base do agravamento do problema da toxicodependência.

2 O PCP considera necessária uma efectiva resposta nacional ao problema da toxicodependência, defende a realização de um debate alargado, rigoroso e sem preconceitos, e questiona o debate redutor, maniqueísta, viciado, a que temos assistido, um debate que se limita a colocar o problema da proibição/legalização, que omite a abordagem das mais profundas causas sociais que estão na base do agravamento da toxicodependência, que silencia a falta de vontade política e a insuficiência de medidas efectivas para fazer frente a este grave problema.

É preciso debater. Mas é acima de tudo preciso agir de forma integrada, não cedendo a falsas soluções, sejam as que vêm em mais um ou mais cinco anos de prisão a resolução deste problema, quando nos países em que existem e são aplicadas as penas mais pesadas, se constata que não é assim, sejam aquelas que, a pretexto da redução de riscos, na saúde e na sociedade, não só tendem a aceitar a perpetuação da toxicodependência, como a admitir a sua expansão.

As estratégias a desenvolver, quaisquer que sejam, devem ter como objectivo enfrentar e fazer recuar a toxicodependência, evitando que mais pessoas, particularmente

jovens, caiam na dependência das drogas, e procurando saídas para aqueles que se deixaram enredar nesse percurso dramático.

3 A situação existente em Portugal impõe uma nova política e medidas de emergência para enfrentar este flagelo, de entre as quais o PCP destaca:

– A realização de um estudo nacional, sistemático, que permita o conhecimento real da situação.

– A adopção de novas medidas de prevenção primária, a sua coordenação e avaliação.

– A consideração que o toxicodependente tem direito a ser tratado e recuperado e que o Estado tem a responsabilidade de contribuir para que tal se verifique. A criação de novos Centros de Atendimento de Toxicodependentes (CATs) e extensões que permitam a eliminação dos tempos de espera para primeiras consultas, com garantia de qualidade no seu funcionamento. A criação de mais 1000 camas em comunidades terapêuticas públicas a par de uma exigente fiscalização de instituições particulares nesta área.

– A formação dos médicos e a articulação dos centros de saúde com os serviços do SPTT para o aproveitamento de todas as potencialidades existentes.

– A consideração dos mais diversos métodos de tratamento, com o devido acompanhamento e consequentemente o uso de antagonistas, de produtos de substituição e de outras soluções com critérios definidos e de forma mais ou menos alargada. A possibilidade de ensaiar a utilização de drogas, para fins terapêuticos, com normas estabelecidas, acompanhamento e avaliação idónea e independente.

– A adopção de uma estratégia de redução de riscos tendo em vista o tratamento e reinserção de toxicodependentes.

– O levantamento dos locais críticos do país e a criação de um dispositivo nacional de centros de apoio.

– A adopção de um plano em meio prisional que permita até ao final de 1998 a criação de oportunidades de tratamento aos reclusos toxicodependentes.

– A concretização de um programa nacional de reinserção social, articulando a disponibilidade de apartamentos terapêuticos suficientes, com oportunidades reais de reinserção socio-laboral.

– A adopção de medidas de formação de quadros e de um vasto conjunto de incentivos à investigação científica.

– A eliminação das penas de prisão por consumo de droga, continuando entretanto a considerar-se que, de uma ou outra forma, a legislação deve estabelecer normas que apontem para a defesa do bem que é a saúde dos indivíduos.

– O reforço do dispositivo e capacidades para o combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais.

– A intervenção de Portugal no quadro internacional, contribuindo para uma nova ordem mundial, com efectivas oportunidades de desenvolvimento para os países mais pobres.

Tudo isto implica vontade política, coordenação de esforços, dotação extraordinária de meios e formação de quadros e constitui um imperativo inadiável para fazer recuar um dos mais graves problemas sociais com que Portugal e o Mundo se confrontam neste final de século.

União de facto

■ Odete Santos

A intromissão do Estado ¹

O debate suscitado na sociedade portuguesa em torno das uniões de facto, com base nos projectos de lei do PCP e dos Verdes, revelou a necessidade de um quadro jurídico que proteja os membros do casal que coabitam como marido e mulher, apesar de não estarem ligados pelo vínculo do casamento.

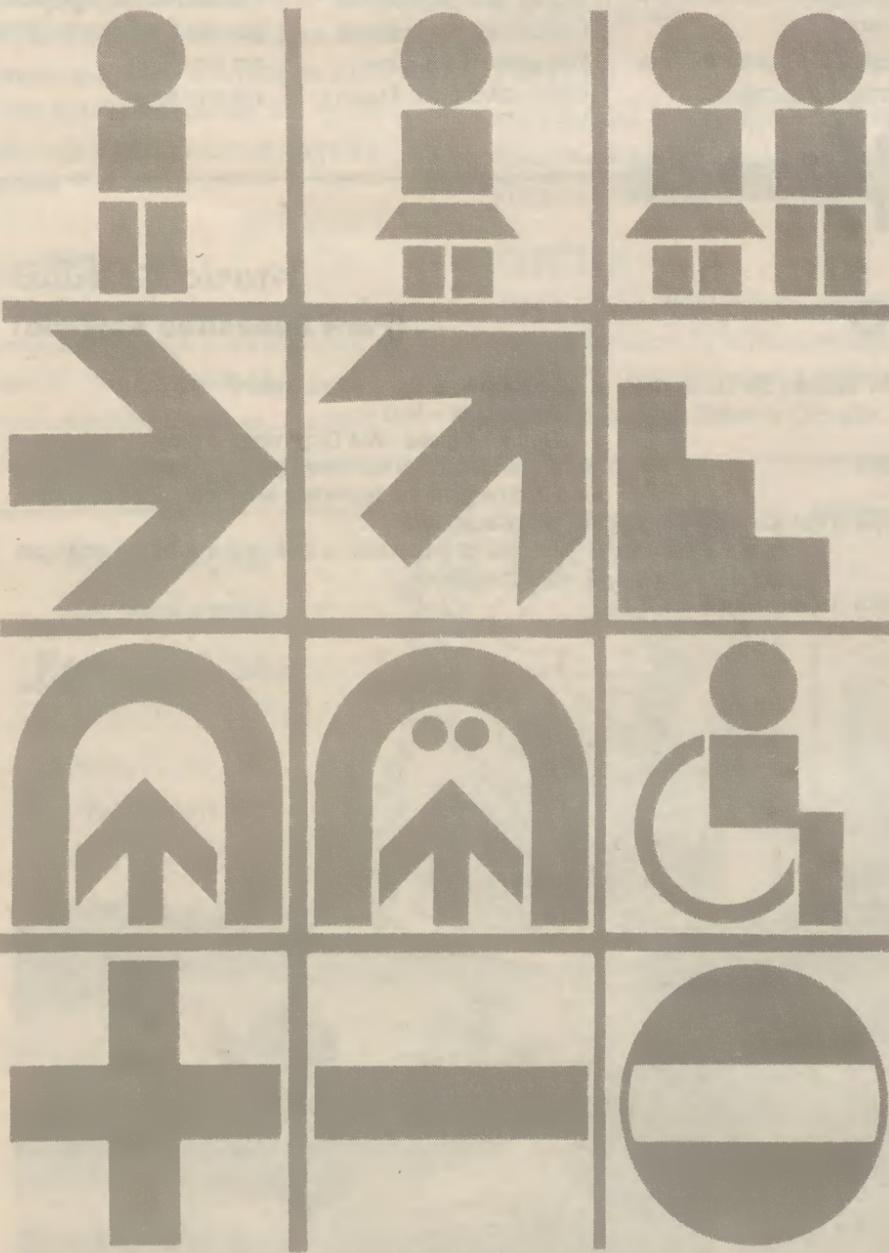
As uniões de facto existem. A progressão estatística do número de filhos nascidos fora do casamento indica-nos mesmo que aumentam. As uniões de facto são aceites socialmente. Os Portugueses e Portuguesas, na sua maioria, entendem que os direitos das famílias assim constituídas devem ser iguais aos direitos dos casados.

O Grupo Parlamentar do PCP continua a receber mensagens de apoio à iniciativa legislativa apresentada, decorrente de outras iniciativas que o PCP vem apresentando desde 1985, pelo menos.

Tratou-se, pois, de um debate importante, apesar das tentativas da sua menorização por uma outra realidade, a das uniões homossexuais.

Sobre a qual o Projecto de Lei do PCP nada dispunha (e bem, como demonstraremos).

União de Facto é um conceito já existente no nosso Direito, apenas relativo às uniões heterossexuais, às uniões entre Homem e Mulher. Se este conceito deve ou não deve ser alterado, vê-lo-emos no final.



Para já, o que importa saber é se deve ser estabelecido um quadro jurídico de protecção das uniões de facto (heterossexuais) mais amplo do que o actualmente existente, e qual.

Depois do 25 de Abril, desapareceu a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, entre filhos legitimados pelo casamento e filhos nascidos dentro do casamento.

Tratou-se de uma alteração relevante no direito de Família e no Direito Sucessório. Mas, sobretudo, tratou-se de uma alteração com profundas repercussões sociais, que fez desaparecer o estigma que pesava sobre crianças cujos pais não estavam unidos pelo casamento.

Esta alteração feita em nome dos direitos da criança, representou também o afrouxar do juízo de imoralidade que o Estado afixou e afixa ainda nas relações sexuais que não tenham por base o casamento. Para efeito da filiação, as relações sexuais deixari-

am de ser consideradas imorais pelo direito civil (aliás em obediência ao texto da Constituição da República), perdendo o seu carácter ilícito para o mesmo direito.

Mas não perderam completamente, para o mesmo ramo de Direito, o seu carácter imoral e ilícito quando se trata de estabelecer as consequências jurídicas da união de facto no relacionamento entre os membros do casal. Como veremos.

de estabelecer as consequências jurídicas da união de facto no relacionamento entre os membros do casal. Como veremos.

Reprimir a sexualidade

Na verdade, desde que o Poder Eclesiástico primeiro e o Poder Civil depois estabeleceram a obrigatoriedade do casamento como única fonte de relações jurídicas, o Estado arrogou-se o direito de intromissão na vida privada, reprimindo o direito à sexualidade. Exemplos desta intromissão abusiva no direito à privacidade, no direito à sexualidade, encontramos na proibição de dissolução através de divórcio, dos casamentos católicos; na proibição de divórcios por mútuo consentimento enquanto o casamento não tiver a duração de 3 anos; na imposição de um período de 6 anos de separação para aceder a um divórcio litigioso, sempre que não se possa invocar violação de deveres conjugais.

A intromissão do Estado foi mesmo mais longe, estabelecendo uma hierarquia dentro da família, na qual o Homem assumia o papel de chefe, a Mulher ocupava o 2º degrau, reservando-se o último lugar para os filhos.

Esta intromissão do Estado, recusando direitos de cidadania, encontrava «justificação» no facto de a família ser considerada a célula fundamental da sociedade. Sendo o alicerce do Estado, o Estado cuidava dos seus alicerces. Sem cuidar do direito à felicidade dos indivíduos.

Factores vários como a industrialização, a entrada das mulheres na vida activa, a sua luta pela emancipação, a luta dos Movimentos Femininos pela autonomia da Mulher, puseram em causa aquele modelo de família.

Algumas uniões de facto representam mesmo a contestação ao estatuto subalterno da mulher na família baseada no casamento. Representam também a contestação à intromissão do Estado na privacidade dos casais, no seu direito à sexualidade, às peias que o Estado coloca à dissolução do casamento. Outras vezes, as uniões de facto resultam dessa mesma intromissão abusiva. As dificuldades

colocadas à dissolução do casamento levam à opção forçada pela união de facto, como única forma de efectivar o direito à felicidade.

Apesar de ter vindo a aligeirar a sua vigilância no interior das famílias, o Estado não deixou ainda de erigir em critério moral a constituição da família baseada no casamento. Não deixou ainda de considerar de alguma forma imorais, e por isso ilícitas, as relações sexuais praticadas sem o suporte do ritual do casamento.

União sob suspeita

A vastíssima jurisprudência existente em todos os países, sobre os direitos das pessoas vivendo em união de facto, revelada pelo Colóquio organizado em Itália, em 1981, pelo Conselho da

Europa, mostra a suspeição do Estado relativamente a esta forma de família. Os tribunais de países europeus e não europeus oscilaram entre recusar quaisquer direitos porque na base da exigência dos mesmos estava o concubinato (entendido no sentido pejorativo), e a concessão de alguns direitos mas não com base no reconhecimento de que a convivência como marido e mulher era lícita, embora não baseada no casamento. Com base, apenas, na existência de uma associação, uma sociedade civil.

A sentença proferida em 1976 por um tribunal americano no célebre processo contra o actor Lee Marvin, proposto pela sua companheira, foi já um avanço na medida em que considerou válidos os contratos entre concubinos, excepto se explicitamente representassem remuneração de relações sexuais.

Em Portugal, post 25 de Abril, a legislação aligeirou o juízo de censura moral, e portanto o juízo de ilicitude relativamente às uniões de facto. No Código Civil, o adultério não impede que o cônjuge adúltero beneficie em testamento a pessoa com quem cometeu o adultério, desde que a deixa testamentária se destine a garantir prestações alimentares desta, mesmo que subsista a família baseada no casamento (este é o reconhecimento da existência de casos de duas famílias). Sendo necessário, no entanto, que, na altura da morte do cônjuge adúltero, este estivesse separado do seu cônjuge há mais de 6 anos, ainda que se mantivesse o vínculo matrimonial, ou que, dissolvido este, viva em união de facto com a pessoa com quem cometera adultério.

Estas transformações no Código Civil, tornaram-no mais neutro relativamente a pseudomoralismos que fechavam os olhos à relevância da afectividade nas relações familiares. Por vezes, a própria jurisprudência reconhece o valor desses laços de afectividade, e valora laços na constituição de uma nova família, ainda sem dissolução da anterior.

É o caso da interpretação que o STJ fez no seu acórdão de 18 de Março de 1986 sobre o conceito de união de facto, constante do artigo 2020 do Código Civil. Segundo este artigo, vive em união de facto um homem e uma mulher não casados com outrem ou separados judicialmente de pessoas e bens, que coabitem em circunstâncias análogas às dos cônjuges, desde que essa coabitação perdure pelo menos durante 2 anos.

Ora, no acórdão atrás referido, o STJ entendeu que só era de exigir a verificação do requisito de não se ser casado ou de se ser separado judicialmente de pessoas e bens, na altura da morte de um dos membros do casal, contando para apuramento do período de coabitação, mesmo aquele em que um ou os dois membros do casal estivessem ligados a outrem por vínculo matrimonial.

Esta foi uma decisão em que se valoraram os laços de afectividade. Esta foi uma decisão progressista que recusou ao direito civil a censura moral que alguns lhe queriam manter.

Mas tal censura tem os dias contados.

Existindo as uniões de facto, sendo aceites socialmente, não sendo consideradas ilícitas, para efeitos de filiação, as relações sexuais não baseadas no casamento, por que o motivo o serão para regular as relações entre o casal?

Dada a aceitação social das uniões de facto, a representação na sociedade de que se trata de um casamento de facto, de que os direitos das pessoas que casaram sem papel passado devem ser iguais aos das pessoas que preferiram o ritual, o Direito de Família deve acompanhar essas transformações, e largar mão, até onde haja correspondência com o pulsar da sociedade, da ideia de que as relações sexuais são ilícitas, porque imorais, quando não tenham sido legalizadas pela assinatura do Conservador do Registo Civil.

Porque as uniões de facto existem. Porque há situações injustas criadas pela omissão de protecção legal às pessoas que, rejeitando a imposição da celebração do casamento, não rejeitam a lei quando vítimas de injustiças.

Deve respeitar-se a liberdade dos que não quiseram recorrer ao formalismo do casamento. Mas há também a situação daqueles que não puderam recorrer a esse formalismo.

E a liberdade implica também responsabilidade. O direito não pode, em nome de um pseudomoralismo, deixar sem protecção os mais fracos psicológica e financeiramente. O direito não pode, pela omissão, proteger os menos escrupulosos.

O Projecto do PCP respeita a liberdade dos que contestam o formalismo do casamento

Não exige nenhum registo das uniões de facto. Ao contrário do que acontece num pré-projecto da Juventude Socialista, que para responder às reivindicações de uniões homossexuais cria um casamento de 2.ª através de um registo nos Centros Regionais de Segurança Social. Sujeitando as uniões de facto (uniões entre Homem-Mulher) a esse registo onde estes compareceriam de mau modo, estamos certos.

O Projecto do PCP responde à necessidade de extirpar do Código Civil um padrão moral criado pelo Estado, em nome do seu «Direito» a intervir na célula fundamental da sociedade. A Família.

Hino Nacional I

Parece que as declarações, no mínimo disparatadas, do Dr. Alçada Batista tiveram a generalizada reacção que mereciam. Fruto de um súbito surto integralista ou como forma de conquistar a juventude pelos avozinhos, o certo é que tais declarações só colheram em sectores muito seniores ou modernos... Ora é de facto preciso conquistar a juventude, mas com formação, emprego estável e perspectivas de futuro profissional. E não com «A Portuguesa» em *rock soft* e com *lasers* em vez de canhões.

Hino Nacional II

Mas houve um segundo aspecto que não pode passar em claro e que mostra bem a superficialidade e falta de seriedade de certos «historiadores» da nossa praça. Não é que o polivalente professor Fernando Rosas (não andamos a perseguir o sujeito, mas ir continuamente à televisão dá seguramente bom proveito, mas também uma grande exposição

pública, não é?), entre as generalidades conhecidas da origem do Hino Nacional (Mapa Cor de Rosa, contexto em Portugal na altura, influência de «A Marselhesa» e outras considerações, aliás correctas, sobre a tirada alçaniana), afirma que «nem o Estado Novo alterou o Hino Nacional». Um bocadinho mais de estudo e profundidade mostrar-lhe-ia precisamente o contrário: o Estado Novo alterou de facto o Hino Nacional. Efectivamente o Hino Nacional cantava-se com uma estrofe inicial «Viva a Pátria, Viva o Povo Português» e seguia-se «Heróis do mar...», etc. O salazarismo, certamente por causa do «Viva o Povo Português», eliminou essa estrofe inicial que passou apenas à sua expressão musical e impôs que a parte oral se iniciasse em «Heróis do mar»...

Caldeiradas

O ministro-adjunto Jorge Coelho escolheu Vila Pouca de Aguiar para zurzir «a oposição» com um discurso esbraseado. «A oposição é

PONTOS CARDEAIS

uma caldeirada com peixes diferentes e o cozinhado está a ser tão difícil que já está todo esturricado!», gritou em novo estilo gastronómico-eleicoeiro, decretando, obviamente, que se trata de uma caldeirada que «não vai dar em nada».

Vamos lá por partes. Em primeiro lugar - e como o ministro Jorge Coelho está fartinho de saber - não existe na Assembleia da República portuguesa «uma oposição» ao seu Governo, mas «várias». Confundir uma coisa com a outra, isso sim, é uma «caldeirada».

Em segundo lugar - e como o ministro Jorge Coelho está igualmente cansado de saber - as «oposições» na Assembleia da República não se juntaram contra uma proposta do partido do Governo, foi uma proposta do partido do Governo que juntou as oposições. Confundir uma coisa com a outra, isso sim, é uma «caldeirada».

Pelo que a caldeirada que «não vai dar em nada» é a do ministro Jorge Coelho

porque, de tão mal cozinhada, esturricou logo à nascença. Mas o inflamado ministro disse mais, indo ao ponto de considerar que «PSD, PP e PCP fizeram uma coligação destrutiva para impedir que o País continue na senda do progresso em que se encontra».

Aqui, a caldeirada do ministro Jorge Coelho é mais preocupante. Usa despididamente a receita de Cavaco Silva, um perito a cozinhar «forças de bloqueio» sempre que as oposições se atreviam a discordar das suas iluminadas e, sobretudo, indiscutíveis propostas ou decisões.

Pelos vistos, lá pelo PS de Jorge Coelho e António Guterres o decalque da política do cavaquismo já chegou ao estágio em que ninguém se engana e raramente há dúvidas, ao mesmo tempo que a governação navega num oásis que ninguém vê a não ser eles próprios...

Regressámos, portanto, a um Portugal de miragem.

"Começarei por mencionar as boas notícias. FALIMOS!"

Patrões «sombra»

Segundo o *Expresso*, a Associação Industrial Portuguesa (AIP) «decidiu constituir um conselho empresarial que irá funcionar como um verdadeiro Governo-sombra». Este insólito «executivo» propõe-se «reflectir sobre os grandes temas nacionais, como o Orçamento de Estado», considera-se a si próprio «politicamente do Bloco Central», tem como «primeiro-ministro» o presidente da AIP, Rocha de Matos, «responsável pelas áreas de Política e Estratégia», e Nogueira Simões, vice-presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), como «responsável pelos Assuntos

Sociais, onde se incluem a Concertação, o Emprego, a Educação e a Formação Profissional».

Portanto, ao grande patronato português já não chega ter sucessivos Governos (com o actual incluído) a desenvolver políticas subordinadas aos seus interesses.

Agora passou a uma fase superior, ensaiando na «sombra» o que quer ver executado às claras.

O que, por comparação, retrata cruamente a visão que o patronato tem do actual Executivo: aos Governos de Cavaco Silva, ainda lhes dava autonomia para a interpretação das suas vontades; ao Governo do PS/Guterres, já se prepara para lhe apresentar políticas por si próprio congeminações...

PONTOS NATURAIS

Os meninos do Facão

Renata Varela - De acordo com os dados do Estado Federal, das trinta mil pessoas que trabalham no corte de cana, quinze mil são crianças. Muitas delas nunca chegaram a frequentar uma escola, mas dominam muito bem o facão, o principal instrumento de trabalho.

O principal objectivo que leva estas crianças a trabalhar no corte da cana é ajudar no sustento da família. Mesmo assim, um dia inteiro de trabalho dá-lhe só não mais que três reais o que equivale aproximadamente a quinhentos escudos.

Além da falta de estudo, o esforço físico precoce pode trazer no futuro algum tipo de sequelas. Para tentar inverter esta situação, o governo Federal, Estadual e Municipal assinaram um tratado assumindo o compromisso da erradicação do trabalho infantil, com o objectivo de tirar essas crianças do campo e levá-las para a escola, criando programas de emprego para garantir o sustento das famílias.

Segundo uma pesquisa levada a cabo pelo Sindicato Rural, neste distrito cerca de cem crianças trabalham no corte de cana, mas na realidade, o seu número é bem diferente. Crianças doutros municípios estão vindo para cá trabalhar.

Jorge Luís é um dos meninos que em breve vão deixar de trabalhar no corte de cana e participar no projecto da prefeitura similar ao do governo.

Renata Varela - Que idade você tem?

Jorge Luís - Eu tenho quinze.

Renata Varela - Você trabalha há muito tempo no corte da cana?

Jorge Luís - Trabalho.

Renata Varela - Você trabalha para quê? Para ajudar a família?

Jorge Luís - É.

Renata Varela - Você pretende continuar para aqui muito tempo a trabalhar?

Jorge Luís - Não.

Renata Varela - Você está saindo do corte de cana?

Jorge Luís - Tou.

Renata Varela - Você estuda?

Jorge Luís - Não.

Renata Varela - E vai começar a estudar agora?

Jorge Luís - Vou.

Pai de Jorge - Pode ser...

Renata Varela - Você gosta de ler? Você está lendo?

Jorge Luís - Não.

Pai de Jorge - Não.

Mário Castro
(Para Sebastião Salgado)

Renata Varela - Vai aprender?

Jorge Luís - Vou.

Renata Varela - Até Dezembro, o projecto do governo pretende atingir somente os canaviais. No próximo ano, o programa se estende a erradicar todos os meios de exploração infantil.

Enquanto esperam, o que resta a estas crianças é... a esperança.

(Telejornal)

Foto Sebastião Salgado



AGENDA

BAIXA DA BANHEIRA

Inauguração do Espaço CDU (R. 1.º de Maio, antiga Casa de Loijas de Barão e Costa) com *apresentação dos candidatos à freguesia*: dia 11 às 21h.

CASCAIS

Jantar e noite de convívio no Grupo Recreativo de Matos-Cheirinhos: a partir das 20h, com o grupo musical "Djonça Preta" a partir das 22. Estarão presentes os candidatos da CDU Carlos Rabaçal, Maria Clementina Henriques, Manuel Moniz, Raul Sabido, José Manuel Espírito Santo.

CONDEIXA-A-NOVA

Apresentação dos primeiros candidatos da CDU à CM e AM: dia 12 às 19h, no Restaurante Regional, com a participação de Sérgio Teixeira.

ÍLHAVO

Jantar CDU com a presença de candidatos, activistas e apoiantes da CDU aos órgãos autárquicos do concelho, e ainda de João Amaral: dia 14 às 19h30, no restaurante Carabobo.

LISBOA

Apresentação dos candidatos do PCP na Coligação POR LISBOA nas freguesias de Pena, S. José e Coração de Jesus: dia 11, a partir das 18h30, no Jardim da Areia (junto à Alam. Sto. Ant. dos Capuchos). Convívio, com música popular e beberete.

LOURES

Sto. António dos Cavaleiros - Apresentação dos candidatos à Freguesia, com a participação de Demétrio Alves e Fernanda Mateus: na AMSAC, Associação de Moradores, dia 11 às 20h30.

**ALMADA**

Apresentação dos candidatos da CDU à CM, AM e presidência de JF s: dia 12, a partir das 17h, no Largo Gabriel Pedro (frente ao Tribunal)

Unhos - Apresentação dos candidatos à Freguesia: na Colectividade Unhense, dia 12 às 21h30

MOITA

Inauguração do Espaço CDU (Largo da República): dia 12 às 18h.

MONTEMOR-O-NOVO

Sessão de apresentação dos candidatos à AM e AFs do concelho: dia 12 às 15h, no Auditório da Biblioteca Municipal.

LEIRIA

Vieira de Leiria - Apresentação do cabeça de lista à Assembleia de Freguesia: dia 14 às 18h, no Hotel Vieira Praia (Riomar)

SETÚBAL

Apresentação do cabeça de lista à freguesia de S. Sebastião: sábado, 12, às 20h, no restaurante "O Melro V" (junto ao Comércio e Indústria), com a participação de Ruben de Carvalho.

Domingo, 13, em PENICHE,

Sede da JF

Reunião de quadros do PCP para as questões das Pescas com a participação do Secretário-geral do PCP

**Carlos
Carvalhas**
que estará também presente no almoço-convívio da CDU, ao largo de Peniche

Reunião de naturais de VILA REAL

Hoje, dia 10, às 21h, em Lisboa (CT Vitória)

**PORTO SALVO
Sessão-debate
sobre Toxicodependência**

promovida pela Juventude CDU

Sábado, 12, às 16h, na S.I.M.P.S.

com a participação de

Dra. Clara Freixes • Dr. Eduardo Coelho Moos

Dr. António Filipe • Carlos Paço D'Arcos

**Associação
de Amizade
Portugal-Cuba**

NÚCLEO DE SETÚBAL

Sábado, 12, às 21h30

Bar-convívio

com a presença da Embaixatriz de Cuba na sede da Associação (R. Dr. Ant. Joaq. Granjo)

Textos de Dolores Ibarruri e de Gedeão, O'Neill, Machado, Alegre, Ary, Brecht, Guillen e outros poetas, ditos pelo Núcleo Jovem da Associação.

**CDU Marinha Grande**

«De Cuba trago um cantar»

- sessão de solidariedade

com a presença

da Embaixadora de Cuba

Baile com "Salsa Latina"

Dia 19, à noite, na Sala Abril



**JORNADA DE TRABALHO
NA ATALAIA**

do Sector de Serviços da ORL

Dia 13 de Julho

(Inscrições no CT

da Av. Duque Loulé e no CT Vitória)



Vila Nogueira de Azeitão
FESTAS DA ARRÁBIDA E DE AZEITÃO

De 6 a 13 de Julho

Pavilhão do PCP e da CDU

«Em nome do Futuro, a Mudança»: Exposição sobre a Festa do Avante!

Venda de EP's e de outros materiais

TELEVISÃO

Quinta, 10

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 O Mistério das Areias
(de Tony Maylam, Gr.Br./1978, com Michael York, Jenny Agutter, Simon MacCorkindale. «Thriller» / Espionagem)
15.30 Alondra
16.20 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 McKenna
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Filhos do Vento
21.50 Concurso 1, 2, 3
24.00 24 Horas
00.50 Magacine
01.25 Ciclismo - Volta a França
01.40 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Volta a França em Bicicleta
16.30 Poder e Traição
17.25 Agente Secreto
18.15 Aventuras do Séc. XX
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Infantil

Sexta, 11

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Olho Clínico
14.25 Vontade de Ferro
(de Charles Haid, EUA/1993, com Mackenzie Astin, Kevin Spacey, David Ogden Stiers. Aventuras)
16.15 Alondra
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 McKenna
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Lições do Tonecas
21.25 Filhos do Vento
22.20 Gala «Jet 7»
00.10 24 Horas
01.00 Volta a França em Bicicleta
01.15 Procurados pela Justiça
(de Dick Lowry, EUA/1995, com Adam Arkin, Nicholas Turturro, Dan Luria, Miguel Ferrer. Telefilme Policial)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Volta a França em Bicicleta
16.30 Poder e Traição
17.25 Agente Secreto
18.15 Aventuras do Séc. XX
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Infantil

Sábado, 12

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.20 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Fórmula 1 - GP de Inglaterra
14.00 Top +
15.15 Confissões de Adolescentes
15.50 Jornal Jovem
16.25 Alta Voltagem
17.35 86-60-86
18.15 Super Bébés
18.50 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Meu Querido Avô
21.25 Há Horas Felizes
22.35 Jogos sem Fronteiras
00.20 24 Horas
01.15 Segredos da Escuridão
02.15 Estado de Guerra
(de Walter Hill, EUA/1981, com Keith Carradine, Powers Boothe, Fred Ward, Franklyn Seales. Ver Destaque)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.15 Prazer de Criar
12.40 «Robot Journey Into The Past»
13.25 Dinheiro Vivo
14.00 Desporto 2
18.30 Sinais do Tempo
19.30 Onda Curta
(Os Pensionistas de Chelsea - Curta-Metragem de Orson Welles, EUA/1955. Ver Destaque)
20.00 Tourada
21.00 Semana ao Sábado
22.00 22.30 O Lugar da História - «Alexandre, O Grande»
23.00 Foyer - «James Stewart»
24.00 A Flecha Quebrada
(de Delmer Daves, EUA/1950, com James Stewart, Jeff Chandler, Debra Paget. «Western»)

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.50 A Sentinela
16.00 Walker
17.00 O Executor Implacável
(de P. J. Pesce, EUA/1996, com Stephen Shelley, Yvette Nipar. Acção)
18.50 Salsa e Merengue
20.00 Jornal da Noite
20.45 Mundo VIP
21.30 Big Show Sic
24.00 Último Jornal
00.25 O Anjo da Morte
(de Bill L. Norton, EUA/1990, com Jane Seymour, Gregory Harrison, Brian Bonsall, Peggy Rea. «Thriller»)

TVI

09.30 Animação
11.00 Vamos ao Circo
12.40 Caloiros
13.00 Notícias
13.25 Contra-Ataque

Domingo, 13

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.20 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Confissões de Adolescentes
13.55 Fórmula 1 - GP de Inglaterra
16.00 Made in Portugal
17.05 O Caminho das Estrelas
18.20 Amores e Rebelião
19.20 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomção (Compacto)
21.05 Casa de Artistas
22.20 Filhos do Vento
23.10 O Polvo VII
01.00 24 Horas
01.40 Desporto (Competições)
01.55 Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 7x7
10.30 Missa
11.20 Os Hapsburgos
12.20 Máquinas
12.40 Em Busca de Vestígios Esquecidos
13.30 Jornal d' África
14.05 Vertigem
(de Leandro Ferreira, Port./1989, com Virgílio Castelo, Daniela Silvério, Rogério Samora, Virgílio Teixeira, Ruy Furtado. Ver Destaque)
16.00 Desporto 2
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Bertold Brecht»
21.00 Terra Estranha
21.55 Horizontes da Memória
22.30 Teatro - «Odeio Hamlet»
00.20 Kaspar Houser

SIC

08.30 Buêrére
1.55 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 As Viagens de Gulliver
14.10 Assuntos de Família
15.00 Xena, Princesa Guerreira
16.00 A Balada de Nova Iorque
17.00 Cidade Escaldante
18.10 A Minha Mãe é uma Sereira
(de Richard Benjamin, EUA/1990, com Cher, Bob Hoskins, Winona Ryder, Christina Ricci. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Mundo VIP
21.25 Na Corda Bamba
(de John Badham, EUA/1990, com Mel Gibson, Goldie Hawn, David Carradine. «Thriller»/Comédia Romântica)
00.40 Último Jornal
01.05 Jô Soares

TVI

08.30 Animação
10.00 Vamos ao Circo
11.10 Missa

Segunda, 14

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Rebelde até ao Fim
(de Norman Tokar, EUA/1963, com Brian Keith, Tommy Kirk, Kevin Corcoran, Dewey Martin. «Western»)
15.30 Alondra
16.20 Carmen
17.00 Notícias
17.10 100% Natural
18.00 McKenna
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Reformado e Mal Pago
21.35 Filhos do Vento
22.35 Portugal Democracia
24.00 24 Horas
01.00 Fúria de Vencer
(Telefilme de Michael Mann, EUA/1979, com Peter Strauss, Roger E. Mosley, Brian Dennehy. Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Ciclismo - Volta a França
16.35 Poder e Traição
17.30 Agente Secreto
18.20 Aventuras do Séc. XX
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Infantil
20.25 Universidade Aberta
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 A Carne
(de Marco Ferreri, It./1991, com Sergio Castellito, Francesca Dellera. Erótico)
24.00 Nas Entrelinhas

SIC

10.10 Buêrére
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Jogar em Casa
15.10 Walker
16.30 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.45 Ponto de Encontro
21.45 A Indomada
23.00 O Destruidor
(de Aaron Norris, EUA/1991, com Chuck Norris, Michael Parks, Al Waxman, Alberta Watson. «Thriller» / Policial)
01.00 Último Jornal
01.32 O Fim do Império
02.55 Vibrações

Terça, 15

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 «The Littlest Horse Thieves»
(de Charles Jarrott, EUA/1977, com Alastair Sim, Peter Barkworth, Maurice Colburn. Ver Destaque)



Beethoven - e não só a sua música, também a sua vida e o seu tempo, na série em transmissão (agora à sexta-feira) na RTP2, sob a batuta e o lendário poder de comunicação de Leonard Bernstein

15.25 Alondra
16.15 Carmen
17.00 Notícias
17.10 100% Natural
18.00 McKenna
19.00 País País
19.30 Vamos Jogar no Totobola
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Isto Só Vídeo
21.35 Filhos do Vento
22.20 Antenas no Ar
23.35 24 Horas
00.35 Acto de Terrorismo
(de Michael Tuchner, Nova Zelândia/EUA/1994, com Jon Voight, Sam Neill, Bruno Lawrence. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Ciclismo - Volta a França
16.35 Poder e Traição
17.30 Agente Secreto
18.20 Aventuras do Séc. XX
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Infantil
20.00 Rotações
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 História de O
(de Just Jaeckin, Fr./1975, com Corinne Cléry, Udo Kier. Erótico)
00.05 Jools Holland

SIC

10.10 Buêrére
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Jogar em Casa
15.10 Walker
16.30 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Imagens Reais
21.20 A Indomada
22.30 Grande Reportagem
23.00 O Cliente
00.30 Último Jornal
00.55 Primeiros Anos
02.20 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.45 Dama de Rosa
15.25 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.30 Esquadrão Classe A
18.30 Doutores e Engenheiros
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Atraíçoadas
(de Peter Levin, EUA/1993, com Beau Bridges, Pam Dawber, Joanna Kerns, Kathleen Lloyd. Drama)
23.50 Jornal do Mundo - Especial Marte
00.40 TVI Jornal
01.15 A Balada de Hill Street

Quarta, 16

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 «The Shaggy D.A.»
(de Robert Stevenson, EUA/1976, com Dean Jones, Suzanne Pleshette, Tim Conway. Ver Destaque)
15.25 Alondra



Beethoven - e não só a sua música, também a sua vida e o seu tempo, na série em transmissão (agora à sexta-feira) na RTP2, sob a batuta e o lendário poder de comunicação de Leonard Bernstein

16.15 Carmen
17.00 Notícias
17.10 100% Natural
18.00 McKenna
19.00 País País
19.30 Vamos Jogar no Totobola
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Isto Só Vídeo
21.35 Filhos do Vento
22.20 Antenas no Ar
23.35 24 Horas
00.35 O Médico e o Monstro
(de Freddie Francis, EUA/1985, com Timothy Dalton, Jonathan Pryce, Twiggy, Julian Sands. Terror)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Ciclismo - Volta a França
16.35 Poder e Traição
17.30 Agente Secreto
18.20 Aventuras do Séc. XX
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Infantil
20.00 Rotações
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 A Armadilha de Vénus
(de Robert Van Ackeren, 1988, com Myriem Roussel, Horst-Gunther Marx. Erótico)
01.00 Vidas do Século - «O Trabalho Sujo de Franco»

SIC

10.10 Buêrére
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Jogar em Casa
15.10 Walker
16.30 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Imagens Reais
21.20 A Indomada
22.30 Grande Reportagem
23.00 O Cliente
00.30 Último Jornal
00.55 Primeiros Anos
02.20 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.45 Dama de Rosa
15.25 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.30 Esquadrão Classe A
18.30 Doutores e Engenheiros
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Linha Mortal
(de Joel Schumacher, EUA/1990, com Kiefer Sutherland, Julia Roberts, Kevin Bacon, William Baldwin. Terror)
00.15 TVI Jornal
00.35 Fora de Jogo
01.30 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Com um documentário e a exibição de «A Flecha Quebrada», sábado à noite, a RTP2 presta homenagem a James Stewart, há poucos dias desaparecido (na foto, com Carole Lombard, em 1939)

20.20 Euronews
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.30 Heróis Esquecidos
(de Raoul Walsh, EUA/1939, com James Cagney, Humphrey Bogart, Priscilla Lane. Ver Destaque)
00.20 Os Heróis da Esquadriha

SIC

10.10 Buêrére
11.30 Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Jogar em Casa
15.10 Walker
16.10 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.20 A Indomada
22.30 Paródio Nacional
24.00 Último Jornal
00.25 Escrita em Dia
01.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.45 Dama de Rosa
15.25 Éramos Seis
16.45 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.05 Esquadrão Classe A
19.05 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Relações Proibidas
(de Louis Malle, Fr./1992, com Jeremy Irons, Juliette Binoche, Miranda Richardson, Rupert Graves. Ver Destaque)
00.40 TVI Jornal
01.00 Fora de Jogo
01.25 A Balada de Hill Street

18.15 Aventuras do Séc. XX
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Infantil
20.20 Euronews
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
22.00 Jornal 2
22.30 Honra a um Homem Mau
(de Robert Wise, EUA/1955, com James Cagney, Don Dubbins, Stephen McNally, Irene Papas. Ver Destaque)
00.05 Rumo ao Sul
01.00 Ciclo Beethoven / Bernstein - A 3ª Sinfonia, «Heróica»

SIC

10.10 Buêrére
11.30 Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Jogar em Casa
15.10 Walker
16.10 Buêrére
18.00 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Malucos do Riso
21.20 A Indomada
22.20 Confissões
23.30 Crianças nas Trevas
01.00 Último Jornal
01.25 Um Homem de Sorte
02.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.45 Dama de Rosa
15.25 Éramos Seis
16.45 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.05 Esquadrão Classe A
19.05 Adultos à Força
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 FX
23.00 VRS, Realidade Virtual
24.00 Caminhos Errados
(de Jim McBride, EUA/1993, com Rosanna Arquette, Kevin Anderson, John Lightgow. Drama)
01.55 TVI Jornal
02.30 A Ballada de Hill Street



Para conhecer, ou recordar, o que foi a repressão sob a ditadura de Franco, esse tempo de tragédia para os povos de Espanha: um documentário quarta à noite na RTP2

15.00 Gente Gira 2
(de Emil Lofal, Afr.do Sul/1985, com Allan D. Wolff, André Attingh, Hal Orlandini. «Apanhados»)
17.00 Competente e Descarada
17.30 O 3º Calhau a Contar do Sol
18.00 Regresso a Casa
20.00 Hospital Universitário
21.00 Telejornal
21.30 Savannah
22.30 Picket Fences
23.30 O Polícia Gladiador
(de Nick Rotundo, EUA/1994, com Lorenzo Lamas, James Hong, Garry Robbins. Acção / Histórico)

12.30 Portugal Português
13.30 Notícias
13.50 O Detective das Mil Caras
14.50 É Urgente Salvar o Planeta
15.30 O Homem Aranha, o Coleccionador e o Segredo de Estado
(de Tony Ganz e Larry Stewart, EUA, com Nicholas Hammond, Robert F. Simon, Ellen Bry. Aventuras)
17.20 Desafios
18.00 O Justiciero
20.00 1 West Waikiki
21.00 Telejornal
21.35 Edição Especial
22.30 Notícia Escaldante
23.30 Um Bairro em Nova Iorque
(de Robert De Niro, EUA/1993, com Robert De Niro, Chazz Palminteri, Lillo Brancato, Joe Pesci. Ver Destaque)

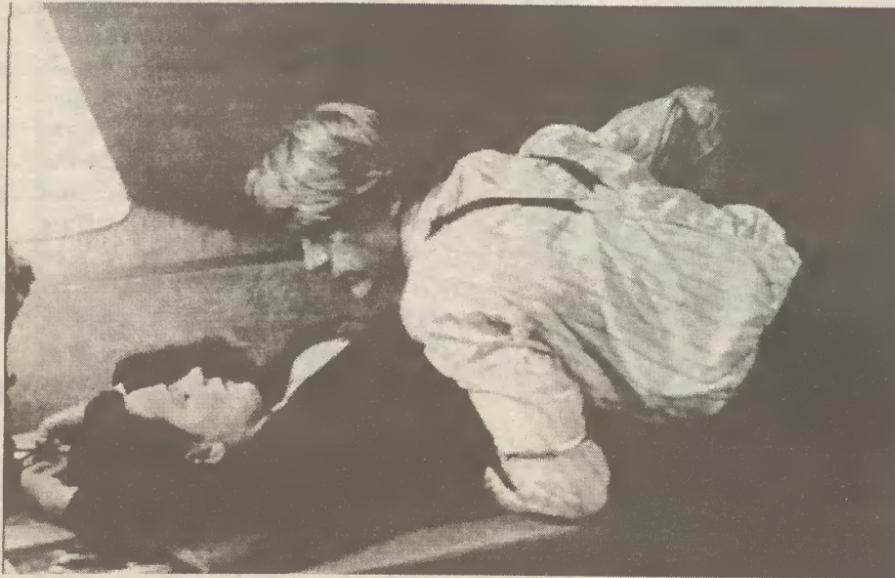
TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Relações Proibidas

(Quinta, 22.00, TVI)

Durante uma recepção, *Stephen Fleming* (**Jeremy Irons**), um político britânico, cruza os seus olhares com *Anna Barton* (**Juliette Binoche**), namorada do seu filho. Acontece que o nosso político, que levava uma vida felicíssima com a mulher, era além disso respeitado e admirado pelo primeiro-ministro que até já pensara nomeá-lo próximo ministro da Saúde. Mas aquela troca de olhares veio estragar tudo... Espécie de paixão à primeira vista, ela transforma-se rapidamente numa desvairada relação que de forma obcecada toma conta daqueles dois seres e, ao mesmo tempo, se arrisca a arruinar a vida dos seus familiares mais queridos. Com uma recepção crítica contraditória e extremada - alguns consideram este filme uma das obras menos interessantes na brilhante carreira do cineasta **Louis Malle** - parece que é ao nível da interpretação que as coisas melhores acontecem, em particular no caso de **Miranda Richardson** no papel de mulher de **Jeremy Irons**. A confirmar.



Juliette Binoche e Jeremy Irons em «Relações Proibidas», de Louis Malle

cujos costumes são, por vezes, mais do que insólitos, para não dizer altamente irritantes. Um retrato de certa família da classe média americana, em ple-nos anos 60, com a economia a relançar-se e *J.F.K.* na Casa Branca. Uma realização sensível e delicada de **Richard Benjamin**.

Um Bairro em Nova Iorque

(Domingo, 23.30, TVI)

Desta vez, o grande actor que é **Robert De Niro** não apenas funciona à frente das câmaras como atrás delas e, ao fazê-lo, revela-se senhor das indis-

Heróis Esquecidos

(Quinta, 22.30, RTP2)

Após a desmobilização militar, três amigos empreendem três vidas diferentes para a sua vida: *Eddie*, motorista de táxi, e *George*, proprietário de um bar, tornam-se sócios no tráfico de álcool, enquanto o terceiro, *Lloyd*, é colaborador do procurador público. Mas a vida tem os seus caprichos e bem cedo os três amigos confrontar-se-ão entre si... Mais uma vez na tradição da *Warner*, o grande cineasta **Raoul Walsh** debruça-se aqui sobre o mundo dos *gangsters*, com grande eficácia, mas o rasgo de génio chegaria apenas dez anos mais tarde, com a sua insuperável obra-prima (também protagonizada por **James Cagney**) *White Heat*.

Honra a um Homem Mau

(Sexta, 22.30, RTP2)

Sem dúvida que - à excepção de *O Inimigo Público*, de **William A. Wellman**, transmitido na passada quarta-feira - **James Cagney** e os cinéfilos seus admiradores não tiveram grande sorte na escolha que a



Continua a série de curtas-metragens de **Orson Welles**, aos sábados, na RTP 2

ca depois da invasão daquele país e da sua permanência num orfanato, onde se torna comunista, até à sua captura pelo exército nazi depois da invasão da URSS, passando por «ariano puro» e militante da Juventude Hitleriana e herói alemão (!) para acabar a ser salvo pelo irmão após a invasão da Alemanha pelo Exército Vermelho, o que o impediu de ser executado como traidor. Exaltado pelas suas elevadas qualidades cinematográficas, todo o enquadramento ideológico deste filme se afigura entretanto altamente confusional, a ponto de o texto que encerra as notas do Boletim de Programas da RTP rezarem assim: «Um filme emotivo, amargo e profundamente irónico que é no limite uma curiosa lição de sobrevivência e uma reflexão sobre o absurdo do confronto étnico numa Europa, dilacerada pela guerra e pela intolerância, onde, afinal, judeus, alemães, polacos ou russos são muito mais parecidos do que os nazis imaginavam.» De facto, no género «todos diferentes, todos iguais», não está mal lembrado!

Estado de Guerra

(Sábado, 02.15, RTP1)

Sob o comando de um sargento, nove membros da Guarda Nacional em manobras na Louisiana fur-



O cartaz de «Roaring Twenties» («Heróis Esquecidos»), um filme de **Raoul Walsh** com **James Cagney**

pensáveis qualidades e mesmo talentos para o fazer. O filme fala-nos das nostálgicas memórias de um jovem crescendo, nos anos 60, na cidade de Nova Iorque, acompanhando (e convivendo com) as diabruras de um pequeno grupo de aprendizes de *gangsters*, até ser ele próprio sorvido pelo mundo do crime. Recheado de interpretações magníficas e atento aos pormenores da narrativa, que ajudam a criar

o enquadramento social de uma dada situação e época (embora o início seja falhado do ponto de vista dramático, pelo pleonasma existente entre a narração da voz *off* e a duplicação das imagens e situações que essa voz descreve), o filme de **De Niro** é como que uma sequência de um outro filme anterior de **Martin Scorsese** - *GoodFellas*.

Fúria de Vencer

(Segunda, 01.00, RTP 1)

Fiel à sua prática televisiva em séries de elevada eficácia narrativa, este telefilme de **Michael Mann** destaca-se mais uma vez nesta importante vertente ao contar-nos a história de um cadastado que procura ultrapassar as dificuldades inerentes ao meio na preparação física e atlética que empreende no sentido de se candidatar à participação nos Jogos Olímpicos. Nos principais papéis o destaque vai para **Peter Strauss** e para o sempre impecável e eficaz **Brian Dennehy**.

The Littlest Horse Thieves

(Terça, 13.45, RTP1)

Um interessante filme dos estúdios **Disney**, filmado em Inglaterra, no qual três crianças tentam salvar a existência dos seus amigos *poneys*. A fotografia, excelente, devolve-nos com rigor a atmosfera da viragem do século.

The Shaggy D.A.

(Quarta, 13.45, RTP1)

Sequela de um primeiro filme sobre o mesmo tema - e antecedendo uma terceira continuação - esta película, também saída dos estúdios **Disney**, é uma história fantástica sobre as transformações por que passa um jovem (desempenhado por **Dean Jones**) e deve ser do agrado certo da miudagem que já está em férias da escola. Pelo meio, algumas figuras gradas do cinema vêm fazer uma per-ninha...



Um fotograma de «A Minha Mãe é uma Sereia», de **Richard Benjamin**

RTP 2 fez dos filmes que ocuparam o ciclo dedicado ao actor. Quanto a *Honra a Um Homem Mau*, estamos novamente perante um filme relativamente menor, mas agora de **Robert Wise**, transformando uma típica história de acção em um ambicioso *western* psicológico no qual a figura sinistra de um rico proprietário lutando pela posse das suas vastas terras é interpretada, não sem algum exagero, por **James Cagney**.

Os Pensionistas de Chelsea

(Sábado, 22.00, RTP2)

Trata-se de mais uma curiosidade cinéfila: mais um documentário da série que **Orson Welles** dirigiu na Europa durante os anos 50 e que agora, ao que parece, talvez estejam para continuar na rubrica *Onda Curta* da RTP 2. Desta vez, a atenção de **Welles** dirige-se para o quotidiano dos reformados do bairro londrino de Chelsea.

Europa, Europa

(Sábado, 23.20, RTP2)

Baseado em factos reais relatados nas suas memórias, este filme da realizadora polaca **Agnieszka Holland** (nomeado para o Oscar do melhor filme estrangeiro no ano da sua produção) acompanha o percurso de um jovem judeu, *Sally Pérel*, que, a partir dos seus 14 anos, altura em que *Hitler* sobe ao poder na Alemanha nazi, conheceu os mais inesperados cambiantes, desde a fuga para a Polónia (depois da subida ao poder dos nazis), passando pelo envio para a União Soviética

tam barcos ao *cajuns*, habitantes daqueles locais. Estes ripostam, matando o sargento. E outros sete guardas vão ser mortos durante uma longa refrega. Os dois sobreviventes acabam por refugiar-se numa aldeia, de onde são salvos por um helicóptero. Retratando com grande poder de observação a oposição e a luta dos *cajuns* contra a dominação americana, **Walter Hill** acaba por realizar um filme original sobre um tema raramente abordado no cinema.

Vertigem

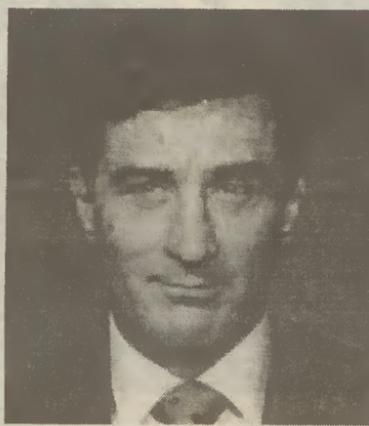
(Domingo, 14.05, RTP2)

Segunda longa-metragem do realizador português **Leandro Ferreira** e seleccionada para o Festival Festróia de 92, esta obra de ambiência policial conta-nos a história de uma mulher de passado estranho que, absolvida de um crime, se envolve amorosamente com o seu advogado. Entre os principais intérpretes, o destaque vai para **Virgílio Castelo** e **Rogério Samora**.

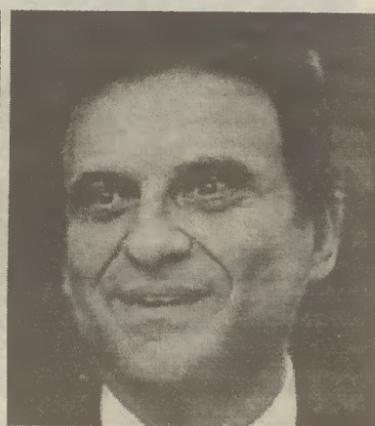
A Minha Mãe é uma Sereia

(Domingo, 17.00, SIC)

Nesta comédia romântica protagonizada por vedetas conhecidas como **Cher** ou **Bob Hoskins**, o relevo vai, no entanto, para o excelente papel de **Winona Ryder**, no papel de uma adolescente assolada pelas contradições próprias da sua idade e que vê com alguma estranheza a vida da sua progenitora, uma mãe solteira



Robert De Niro e **Joe Pesci**, intérpretes principais do filme «Um Bairro de Nova Iorque», realizado pelo primeiro



TELEVISÃO

■ Francisco Costa

Critérios e ausências

Há muito que não se assistia a isto na RTP: voltar a ver e ouvir um seu responsável vir a público e argumentar com o despudorado e falacioso imperativo dos chamados «critérios jornalísticos»! Foi no «Telejornal» do passado dia 3 deste mês - aquele em que se assistiu à triste tragicomédia da «crise», tendo o nosso Primeiro-Ministro como intérprete principal (por coincidência com bastante e generalizado ruído de «alterna» em fundo), depois de se ter visto com um «cheque em branco» nas mãos, naturalmente «sem cobertura».

Mas voltando ao problema dos «critérios», tudo começou por um protesto dirigido pelo PEV ao Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, tendo como base a ausência de transmissão directa por parte do serviço público de televisão de uma sua interpelação ao Governo - ao arripio do que já acontecera com interpelações de outros partidos, em particular uma das mais recentes, levada a cabo pelo PSD.

Amnésia ou distração?

É certo que, num assomo de notável «desportivismo», esse «Telejornal» não deixara de transmitir curtos excertos das intervenções produzidas pelos vários líderes parlamentares no hemisfério, de resto todas elas sintonizadas quando ao essencial: a manifestação explícita ou implícita da sua compreensão e solidariedade ao PEV e a estranheza perante a irregularidade de critérios da RTP a propósito da transmissão dessas interpelações. O próprio Presidente da AR foi ouvido a comunicar aos deputa-

mente de se tratar de um flagrante exemplo de como a tão almejada e perseguida postura de «estar sempre em cima do acontecimento» pode neste caso deixar a descoberto uma inequívoca estratégia de ataque concertado a uma prestigiadíssima presidência CDU (quem tem a lata de negar esta dupla evidência?), será que também nos querem convencer que se tratou aqui de puros e desinteressados «critérios jornalísticos»? Evidentemente que o que presidiu a estas transmissões foram claros «critérios políticos». Ponto final.

Uma continuada descoordenação

Entretanto, melhor seria que a Direcção da RTP, em vez de dar provas de que aparentemente anda distraída ou sofre de amnésia, demonstrasse outra (e melhor) eficácia quanto aos «critérios de programação» dos seus dois canais, esses sim cada vez mais pelas ruas da amargura. Já não se trata aqui de tratar mais uma vez da inconcebível e suicida estratégia, continuamente perseguida, de tentar ganhar a «guerra de audiências» usando as mesmas armas que o adversário - não percebendo, de uma vez por todas, que a única solução para recuperar da notória crise de afirmação e de imagem seria a RTP optar por uma programação de características totalmente diversas, gerindo como se de vasos comunicantes se tratasse as suas escolhas de qualidade e referência e distribuindo-as harmoniosamente pelos seus dois canais - com especial empenho no «horário nobre» - nos campos do divertimento, da informação e da cultura. Do que hoje, mais uma vez, venho ocupar-me é do canal que ainda pode constituir um

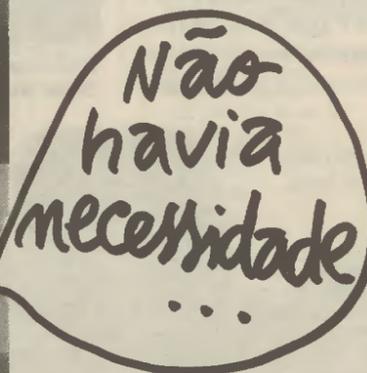
dadeiramente criminoso desperdício. Além do mais, porque assim jamais se consegue (como agora se diz) minimamente «fidelizar» o público! Ora isto não pode deixar de configurar uma manifestação de flagrante incompetência e de irresponsável desbaratamento dos mais preciosos objectos televisivos da programação da RTP, com os correspondentes reflexos económicos e financeiros.

Assim, qualquer semelhança entre isto e um serviço público é pura coincidência!

Onde estão as câmaras?

Um outro aspecto que nestes últimos dias assume particular relevância é a sistemática ausência da RTP dos principais espectáculos e acontecimentos culturais que se passam por todo o país, precisamente numa época em que se multiplicam festivais em todos os ramos das artes.

E várias perguntas gostaria de colocar aos leitores-espectadores, para que meditassem alguns minutos sobre as respectivas respostas: em comparação com as manifestações culturais de grande nível que, nos mais variados campos da arte e da cultura, apesar de tudo a RTP 2 nos continua a proporcionar (fazendo aquilo que afinal é mais fácil, ou seja, «desenlutar» obra já feita por outros) onde estão nos nossos ecrãs de televisão as nossas manifestações culturais congéneres? Onde estão os nossos músicos, os nossos actores, os nossos bailarinos? Onde estão as transmissões em directo ou diferido de festivais que, nesta época, se realizam de Norte a Sul do país? Será que os espectadores que, ao vivo, assistem a estas manifestações - que não sejam eleições de «misses» ou «galas» de revistas mundanas - alguma vez lá viram um carro de exteriores de televisão? Como não comparar esta estratégia de desgraçado alheamento da RTP com a estratégia totalmente oposta da RDP, assumindo-se no fundamental (mesmo com contradições internas por vezes complexas



dos que há tempos exarara um despacho, precisamente motivado pelas preocupações face à falta de equidade de tais transmissões.

E eis senão quando, à maneira dos velhos tempos de José Eduardo Moniz, o (assim legendado) Director Coordenador de Informação da RTP - o jornalista Joaquim Furtado - ao mesmo tempo que se apossava da habitual arrogância pelos vistos inerente ao posto, dando a entender que à Assembleia da República competia discorrer sobre os critérios políticos, reivindicava para a RTP o exclusivo direito de pautar a sua conduta por «critérios jornalísticos». E, não contente com isso, tentava desesperadamente convencer-nos que a transmissão da interpelação do PSD tinha, no entender da RTP, correspondido ao inequívoco interesse da «opinião pública» sobre o assunto dessa interpelação.

Ora já se sabe de experiência feita que esta argumentação - à primeira vista parecendo irrecusável - jamais conseguiu resistir à prova dos factos e, na prática, nunca correspondeu inteiramente à realidade. Por um lado, isso significaria continuar a defender aquilo que há muito está ultrapassado pelo uso e abuso da própria prática quotidiana: que a Informação (mesmo a do «serviço público») tenderia a obedecer a critérios de independência e objectividade. Pura ilusão!

Como se sabe, tal não resiste à prova da realidade. Para não retomar aqui o imenso rol de atropelos a essa falsa ideia de independência e objectividade ou a extensa lista de discriminações políticas praticadas ou os muitos exemplos de completa ausência de pluralismo - cometidos ao longo dos anos (no caso concreto da RTP) - basta recordar o episódio recente da excitada e afanosa transmissão directa, num célebre «Telejornal», de duas reportagens directas (!) a partir dos locais em que eram dadas a conhecer a público as candidaturas do PS e do PSD à Câmara Municipal de Almada nas próximas eleições autárquicas. Por coincidência, logo ambas no mesmo dia e tudo! Independentemente

de sinal de esperança e uma espécie de refúgio para aqueles que não querem submeter-se à ditadura do «lixo televisivo» - a RTP 2. É que, também ele, vem falhando nos seus objectivos.

Assim, por exemplo: recordam-se de, há quinze dias, aqui ter referido o interesse de uma série documental inglesa intitulada «As Aventuras do Século XX»? E lembram-se de vos ter dito que era, naquele momento, impossível perceber a regularidade da sua transmissão, dado que haviam mediado oito dias de intervalo entre o primeiro e segundo episódios e apenas 24 horas entre este e o terceiro? Pois hoje já posso dar-vos uma ideia da desorientação que, nesta como noutras matérias, reina na RTP. Primeiro, cheguei à conclusão de que a série era transmitida, afinal diariamente, por volta das 19 horas. Depois, ela passou sem qualquer justificação para as 17 horas, para finalmente se fixar, ao que parece, por volta das 18.30. Isto, portanto, no curto espaço de duas semanas! Mas, ao verificar isto, vim por tabela a descobrir também um outro escândalo: é que, por exemplo, a série «O Papel do Rei» (continuação de «Um Castelo de Cartas» essa outra série fabulosa da BBC já aqui analisada) que a estação da 5 de Outubro estava a transmitir às quartas-feiras por volta das 19.30, tinha agora de súbito, no seu terceiro episódio, passado para as 17.30 (!), um horário verdadeiramente inconcebível, não apenas por se tratar de uma obra televisiva de excepção (que, aliás, em circunstâncias de «normalidade televisiva», faria as delícias dos espectadores no horário nobre de um canal como a RTP 1) como, sobretudo, por se tratar de um total e ver-

e graves) como um verdadeiro serviço público de radiodifusão?

Por exemplo, será que (ao contrário dos ouvintes da RDP) algum espectador da RTP descobriu na passada segunda-feira, 8 de Julho, na programação de qualquer dos seus dois canais - para além das curtas referências nos «Telejornais» e da excepção à regra que sempre é «Acontece» - algum programa dedicado ao 500.º aniversário da partida de Vasco da Gama para a aventura das Índias? Teria sido muito difícil ao menos transmitir em directo (como se impõe em televisão) o espectáculo musical de Fausto a partir da Torre de Belém? Será que as potencialidades da RTP e as suas ligações aos organismos internacionais, em termos de intercâmbio de programas, não poderiam ter sido melhor utilizadas para divulgar lá for esta data através de programas especialmente produzidos para o efeito, como fazem quaisquer outros operadores europeus de televisão? E como terá sido aproveitada a tão exaltada RTP Internacional a respeito desta decisiva efeméride? Como é que, assim, se pretende que as maiores figuras da nossa História, da nossa Cultura, das nossas Artes, melhor sejam conhecidas no exterior?

E, já agora, que palavra terão os responsáveis da tutela a dizer sobre tudo isto? Provavelmente nada - ou, na melhor das hipóteses, meras declarações de intenções, diariamente subvertidas pela prática. Pelos vistos, ao assistirmos às negociatas amplamente cobertas pelo «Telejornal», o que mais interessa a este Governo (neste caso, na pessoa do seu inefável Ministro da Economia) é que regresse depressa ao Autódromo do Estoril a realização da Fórmula 1, à qual não faltarão de certeza as câmaras da RTP!

De facto, por este andar, este país cada vez mais se assemelha a um «circo»...

TEATRO

Três micro-comédias na Damaia-Amadora

Numa co-produção da Escola de Mulheres e do Ensemble-Sociedade de Actores vai ser reposto a partir de hoje à noite no recentemente reconstruído Teatro D. João V (Cine Teatro Municipal) na Damaia o espectáculo «Lugar Comum» de Lucia Sanchez que constituiu um êxito aquando da sua estreia no Porto no passado mês de Abril. Com encenação de Fernanda Lapa, narração de Pedro Abrunhosa, música de Eugénio Barreiros, figurinos de Luísa Pinto e coreografia de Graça Pinto, esta tragi-comédia é interpretada por António Capelo, Clara Mogueira, Emília Silvestre, João Paulo Costa, Jorge Pinto e Marina Albuquerque. Mas atenção! Apenas estão previstas para este mês de Julho 4 representações - 10, 11 e 12, às 21.30, e 13 às 16 horas - pelo que as oportunidades não são muitas para nos divertirmos com «um dos melhores trabalhos (de Fernanda Lapa), misturando muito produtivamente o vídeo e o teatro, marcando o ritmo de um espectáculo que funciona como uma dança», na opinião do crítico Carlos Porto. O Cine Teatro Municipal da Amadora é no Largo da Igreja (Damaia) e o telefone das bilheteiras é o 4971794.



ESCAPARATE



Viva a Rua

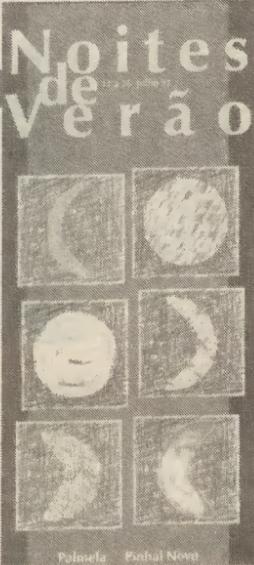
«As Praças dos nossos encontros, os Pátios das cantigas, das conversas, dos dramas e das festas continuam este Verão a envolver em laços de comunicação os habitantes de Évora, proporcionando um contacto directo, pela fruição cultural, entre a população de Évora e aqueles que nos visitam nesta altura do ano. Essa interacção é o objecto fundamental de uma procura turística motivada por apetências culturais.» É assim, nesta linguagem estimulante e prometedora, que a Câmara Municipal daquela cidade alentejana, anuncia uma série de espectáculos que, tendo começado no passado dia 5, se prolonga até finais de Agosto. Sob o título «Viva a Rua» este verdadeiro Festival de Expressões de Rua terá lugar na Praça do Giraldo, Largo do Chão das Covas, Pátio do INATEL, Jardim do Granito, Adro da Sé, Bairro da Malagueira e Bairro do Baco. Nestes locais, e

sempre às 22 horas, os espectáculos abrangerão as mais diversas áreas desde o Jazz, à música popular e às chamadas Músicas do Mundo. Por exemplo, nestes próximos dias - e ainda em conjunto com os municípios de Castro Verde e Jerez de los Caballeros -, realizar-se-ão os «Encontros Musicais de Tradição Mediterrânica», com presenças de Portugal, Itália, Grécia, Espanha, Marrocos e Argélia, nos dias 10, 11 e 12. Depois, a partir de 15 e até 20, serão as companhias Cena Lusófona, Chapitô, Cendrev, O Bando e CGIC-Teatro das Beiras, que animarão espectáculos de teatro. Até final do mês serão as Músicas do Mundo as contempladas e para o mês de Agosto estão reservados os ciclos dedicados a «Jazz em Noites de Verão», «Pelos Caminhos de Zeca» ou «Cantar África». Ou seja: as noites cálidas de Julho e Agosto darão guarida à música e à cultura nas ruas de Évora.

FESTAS

Noites de Verão em Palmela

Subordinada a este título começam amanhã e prolongam-se até 26 do corrente uma série de manifestações culturais organizadas pela Câmara Municipal de Palmela, as quais, nas áreas da música, dança, teatro e exposições de arte e fotografia, animarão não apenas Palmela mas também o Pinhal Novo. Entre os vários espectáculos, destacamos (a título não exaustivo) um espectáculo e bailado pela Companhia «Dançarte» (12.07, 22 horas) e um concerto pelo grupo irlandês «Whisky Trail» (25.07, 22 horas) - ambos no Largo José Maria dos Santos no Pinhal Novo; e a exposição fotográfica «Noites de Verão», patente na Sacristia da Igreja de Santiago, «El Torneo Medieval - Tirant en Englaterra» pelos «Volantins / Xarxa» (Espanha), às 18 horas de 13.07 no Castelo, ou ainda «A Queda do Arcanjo Lúcifer», pela «Compagnia Folli» (Itália), a 18 de Julho na Quinta da Cerca, às 22 horas.



EXPOSIÇÕES

Alunos da FBAUL no Espaço Chiado (Lisboa)

Ainda pode ser vista até ao próximo sábado a exposição de trabalhos de Catarina Cardoso, Cristina Branco, Fernanda Pontes, Henrique Medeiros, Joana Imaginário, Vítor Santos, Luís Santos, Teresa Serrano, José Teixeira, João Pereira, Davina, José Macedo Rodrigues e Paulo Perre Viana, alunos da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa. A exposição que tem o apoio dos professores-escultores António Vidigal, Alípio Pinto e Luísa Perienes, tem lugar na Galeria Municipal Gymnásio e reflecte um dos objectivos desta galeria - a divulgação de artistas em princípio de carreira, privilegiando-se nesse sentido a relação com as diversas escolas de arte e seus responsáveis. Segundo a apresentação de Luísa Perienes, «da conjugação dos materiais, ferro, pedra, madeira, vidro e outros recursos associados à linguagem "ready-made", emerge o objecto de uso quotidiano que a Poética contextualiza em alguns trabalhos e que, em outras propostas, materializa, estética e plasticamente, o conceito de objecto original, uno e único».



Escultura (Luís Santos)

XADREZ

DCXVIII - 10 DE JULHO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X27
Por: HENRI RINCK
105 Fins de Partie - 1909

Pr.: [6]: Ps. b7, c2, f7, h6-Bé1-Rç8
Br.: [4]: Ps. b6, d6-Ch7-Ré6



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X27 [H.R.]

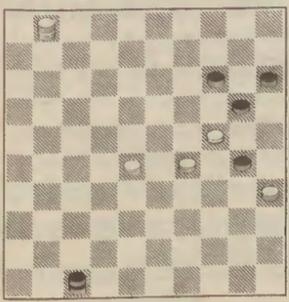
1. d7+!, Rd8; 2. Cg5, hg; 3. bç+, Rç7; 4. Ré7, ç1-D; 5. d8=D+, Rç6; 6. Dç8+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

DCXVIII - 10 DE JULHO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D27
Por: ANDRÉ TARY
Hyères, 1973

Pr.: [5]: 14-15-20-30-(47)
Br.: [5]: (1)-24-28-29-35



Brancas jogam e ganham

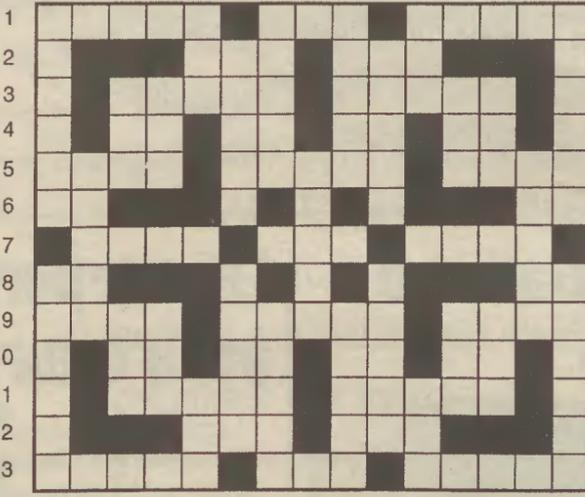
SOLUÇÃO DO Nº 1997D27 [A.T.]

1. 3-36-39-47+!

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Nome extensivo a peixes seláquios das fam. dos carcarídeos, ciliídeos e espinacídeos, também conhecidos por bruxa; liga ferrocárbónica que endurece pela temperatura; designação extensiva às plantas da fam. das cactáceas, tipicamente espinhosas, muito cultivadas em Portugal para fins ornamentais. 2 - Lugar onde se guardam as bebidas; progenitor. 3 - Tombada; cobre com nata. 4 - Preposição; comparecer. Lítio (s.q.); Astatino (s.q.). 5 - Cálculo aproximado; mulher nobre (pl.); tecido grosso e forte de que se fazem as velas dos navios, toldos, etc. 6 - Isolados; suf. de agente. 7 - Nome vulgar de um mamífero carnívoro da América Central e da América do Sul, da fam. dos felídeos, afim do leão; partida; ave de rapina, diuma, da fam. dos falconídeos. 8 - Cálcio (s.q.); carta de jogar. 9 - Trajama; pequeno povoado; habitação. 10 - Porco (prov.); participar; aqui; caminhava para lá. 11 - Estéril; campo plantado de amieiros. 12 - Modo de dizer; tritura com os dentes. 13 - Árvore ornamental da fam. das leguminosas, cultivada em Portugal, e também conhecida por árvore-da-judeia; germe (fig.); filho do mesmo pai.

VERTICAIS: 1 - Chapa de metal para obtenção de efeitos especiais em técnica fotográfica, por obturação parcial (pl.); instrumento cortante, de forma curva, com o gume na parte convexa. 2 - Caldos. 3 - Dez vezes dez; fruto da aiteira. 4 - Patrão; maior. 5 - Longa cinta japonesa, geralmente de seda, que forma um laço nas costas; rochedo (bras.). 6 - Membro de uma embaixada; picante. 7 - Nome vulgar de uma ave da fam. dos psitacídeos, de bico muito curvo e forte que a auxilia quando trepa; perfume. 8 - Temores. 9 - Mineralóide transparente ou translúcido, muitas vezes leitoso, com reflexos típicos, que entra na constituição de muitas rochas; animal do grupo dos acarídeos, que inclui os causadores da sarna do homem e as carraças dos cães. 10 - Tempera com anis; choupo. 11 - Elemento de formação de palavras, de origem grega, que traduz a ideia de sombra; três romanos. 12 - Semelhante; rema para trás. 13 - Aperto com nó; produto tintorial da Índia. 14 - Engenho para tirar água (pl.). 15 - Alvi-trar; antigo dialecto itálico.

12 - Tal; cia. 13 - Ato; aal. 14 - Noms. 15 - Opinar; sabino.
VERTICAIS: 1 - Cebes; cunilo. 2 - Sopas. 3 - Cera; ata. 4 - Arroz; mor. 5 - Obi; ita. 6 - Adido; ácido. 7 - Arara; arromo. 8 - Medos. 9 - Opaia; ácaro. 10 - Obi; ita. 11 - Cia; III. 12 - Tal; cia. 13 - Ato; aal. 14 - Noms. 15 - Opinar; sabino.
Tg; m; ç; ca; ta. 11 - Arido; amil. 12 - Tom; rol. 13 - Olaria; ovo; irmdo.
5 - Esmo; damas; lona. 6 - Soc; or. 7 - Puma; ida; açor. 8 - Cat; as. 9 - Usam; cassil; casa. 10 - HORIZONTAIS: 1 - Carçã; ago; cacço. 2 - Bar; pat. 3 - Cálci; ana. 4 - Em; tr; Li; A. 47+!

OLIVAS

Pintura em Grândola

Está patente ao público até ao próximo dia 31 do corrente uma importante exposição de pintura, desenho e xilografia da autoria de Maria Gabriel, a qual, segundo a artista, foi «pensada para o espaço da Biblioteca da Câmara Municipal de Grândola (e) pertence a um conjunto de obras que foi possível reunir, motivadas pela leitura dos textos da História Trágico-Marítima e serviu para realizar um programa de bolsa (...) atribuída pelo Fundo de Fomento Cultural em 1988». Esta exposição realiza-se na Biblioteca Municipal de Grândola.

FESTIVAIS

Festival de Música da Póvoa do Varzim

Do conjunto de festivais realizados um pouco por todo o país (e de que aqui temos dado nota), o destaque vai hoje para o XIX Festival Internacional de Música da Póvoa do Varzim. Nos próximos dias, e sempre no Monumental Casino daquela cidade, realizar-se-ão neste quadro os seguintes concertos e recitais: hoje à noite «Jovens Intérpretes» (a soprano Sílvia Mateus, o clarinetista Moreira Jorge, a flautista Joaquina Mota e os pianistas João Queirós, Jairo Grossi e Ângelo Martingo) interpretarão obras de Schubert, Widor, Chopin e Beethoven. No domingo, será a vez do pianista Jorg Demus fazer uma homenagem a Franz Schubert. Na 3ª feira, o mesmo Jorg Demus, agora acompanhando o barítono Oliveira Lopes no conhecido ciclo «A Bela Moleira», também de Schubert. Finalmente, na 5ª feira 17, o clarinetista António Saiote e o pianista Pedro Burmester farão uma homenagem a Johannes Brahms. Mas o festival prosseguirá ainda, com excelentes motivos de interesse, até 27 do corrente.

NÃO à Moeda Única

LIVROS

A Editorial «Avante!» traz a público um novo livro de Sérgio Ribeiro: «NÃO à moeda única». É o 47º título da vasta obra do autor, representando décadas de reflexão profunda e de actividade de divulgação sobre temas económicos e não só. Neste labor, as questões da integração europeia ocupam desde há muito as preocupações de Sérgio Ribeiro, que tem tido a rara possibilidade de aliar os conhecimentos do estudioso com a prática, de vários mandatos, de deputado comunista ao Parlamento Europeu. Estas notas servem para enquadrar e conferir todo o valor ao acto de militância assumida que o autor anuncia na «Nota de abertura» quando nos informa que este livro foi nascendo no trabalho de esclarecimento integrado na campanha do PCP contra a moeda única e pelo referendo sobre a UEM. «A intenção de partida era fazer um conjunto de fichas que me ajudasse nas participações que fosse tendo na tarefa da campanha», explica Sérgio Ribeiro. A verdade, porém, é que as 40 fichas que compilou e o «guia de leitura» que as acompanha constituem um muito lúcido, rigoroso e eficaz «argumentário», como lhe chama o autor, contra as campanhas mercenárias a favor do «euro». Ao fazer a apresentação do «NÃO à moeda única», Herberto Goulart salientou com pertinência: «É claramente um acto de militância política de um profundo estudioso e conhecedor do fenómeno da integração europeia, que põe, numa linguagem simples, o seu saber à disposição do cidadão interveniente.»

GINEMA



Ciclo Santiago Alvarez

Inaugura-se hoje à noite na Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, Lisboa) um ciclo dedicado a Santiago Alvarez, um dos mais notáveis documentaristas cinematográficos da Revolução Cubana, não apenas enquanto cronista do quotidiano e das suas esperanças (preservadas em inesquecíveis «actualidades cinematográficas») mas como importante inovador da própria arte do documentário. Com sessões a realizar nos dias 10, 11, 12, 14, 15 e 18, às 21.30 e também às 18.30, o ciclo inclui documentários sobre a realidade cubana, datados de 1967 a 1982.

ATAQUE DE FOICE

Lépido

O Governo PS de António Guterres está a afirmar-se numa curiosa qualidade - a de lépido em duplicado. Lépido, na estrita significância do adjectivo.

E Lépido, na lata semelhança com o triúmviro Emílio Lépido - com o perdão de Vossas Excelências a esta minha queda para o Império Romano.

Começando pelo adjectivo, «lépido» afigura-se a mais apropriada qualificação do carácter intrinsecamente jovial deste Governo.

Veja-se a alegria com que olha para si próprio e para o País, o primeiro, descobrindo virtudes em tudo o que é governante, ao segundo, identificando venturas em tudo o que é governado.

Valha-nos o afincado tirocínio de 10 anos, ao longo dos quais o cavaquismo nos habituou a este estado de geral e permanente felicidade.

Pela recente ofensiva da propaganda governamental, «a taxa de inflação é a mais baixa desde há muitos anos a esta parte, a criação de riqueza superior à média dos Países da União Europeia e o desemprego é o mais baixo», como jovialmente decretou em Vila Pouca de Aguiar o não menos jovial ministro adjunto Jorge Coelho. Já Cavaco Silva dizia o mesmo. E, sobretudo, fazia o mesmo: chamar a Comunidade Europeia à colação para comparar números e escamotear realidades.

E as realidades são de que (como diria o Pinto da Costa): a inflação pode descer montes de zero vírgula não sei quê, porque em Portugal isso é igual ao litro - o tal litro que, em cada «descida» de inflação nas contas do Governo, tem por hábito subir nas prateleiras das lojas.

A vanglória duma «criação de riqueza superior à média europeia» faz lembrar um apanha-bolas que, ao repor o esférico em campo, fica com a impressão que ajudou o Ronaldo a meter um golo.

Quanto ao desemprego, pode à vontade ser o menor da média comunitária, que isso não impede que a média do que ganham os nossos próprios trabalhadores empregados seja inferior ao que recebem os desempregados da Comunidade - e só por aqui se vê em que situação vive o nosso «minoritário» meio milhão de desempregados...

Enfim: tão lépido que é, o Governo de António Guterres já se instalou, em ano e meio de governação, na visão cavaquista do oásis.

Daí que olhe para o País e já só tenha miragens.

Quanto ao triúmviro.

A história de Emílio Lépido conta-se em duas penadas. Primeiro, apoiou Júlio César, que o fez seu adjunto e lhe entregou o comando de legiões, depois apoiou os seus assassinos, ligando-se em triunvirato com Otávio e Marco António, que cedo lhe toparam o oportunismo e o mandaram para longe dando-lhe o governo de África, onde as suas brutalidades chegaram ao ponto de assassinar um irmão. Acabaria destituído de todos os cargos, esbulhado de todo o poder e bens, desprezado pela própria mulher e desterrado em Circii, na Itália, passando à história como (mais) um desprezível exemplo da incompetência oportunista.

Obviamente - Jesus, credo! -, que o Governo de António Guterres não assassina irmãos nem comanda brutalidades.

Apenas tem sido oportunista nas alianças negociadas com o PP, na aparente titubeação com que recua em questões como a colecta mínima para cumprir, implacavelmente, a entrega da economia estratégica à voracidade capitalista, no foguetório com que finge distanciar-se do PSD enquanto com ele cozinha a descaracterização do regime democrático saído da Revolução de Abril.

Mesmo na incompetência, apenas a tem manifestado no não cumprimento das promessas eleitorais que o levaram ao poder.

Por isso, não há-de acabar como Emílio Lépido, desprezado por todos e desterrado algures.

Neste andamento, será lepidamente, e apenas, desacreditado por muitos e enterrado nas urnas.

■ HC

Campanha do PCP sobre revisão constitucional

«Beneficiando mais uma vez do servilismo do PP, o PS quer despachar a mata-cavalos, e até ao fim de Julho, o debate de uma revisão constitucional que, a ser aprovada, representaria um grave retrocesso para a democracia portuguesa» - alerta o PCP no folheto que vai servir de suporte à campanha de esclarecimento dos próximos dias 14 e 15.

Esta iniciativa, de âmbito nacional, antecede o início dos trabalhos parlamentares em ritmo acelerado, a partir da próxima quinta-feira. «Com toda esta pressa, o que o PS quer é arrumar um processo que gerou descontentamentos, conflitos e tensões dentro do próprio PS, que levou à demissão do seu líder parlamentar, que levou às discordâncias e ao afastamento do presidente da Comissão de Revisão e que suscitou críticas devastadoras por parte de numerosas personalidades», afirma-se no documento que vai ser distribuído em todo o País.

«Mas, sobretudo, o que o PS quer é impedir os portugueses de tomarem consciência da gravidade das alterações constitucionais que pretende impor em

aliança com a direita. E quer também que, quando se chegar às eleições autárquicas, já esteja esquecido este seu negócio com o PSD», denunciam os comunistas.

Com esta campanha, o PCP lança um alerta para o que está em causa no processo de revisão da Constituição, fazendo um apelo: «Junte-se a nós e a todos os democratas de diversos quadrantes que têm criticado vivamente a revisão constitucional, na defesa do conteúdo progressista da Constituição de Abril e na justa exigência da anulação, suspensão ou cancelamento desta revisão, que só serviria para enfraquecer a democracia e fortalecer a política de direita.»

Carvalhas em Roma

A convite do Partido da Refundação Comunista, o secretário-geral do PCP participa sexta-feira à noite na iniciativa mais significativa sobre política internacional, integrada no programa da festa nacional do «Liberazione», que decorre em Roma até dia 20.

PS (aliado à direita) acelera

ATAQUE À CONSTITUIÇÃO

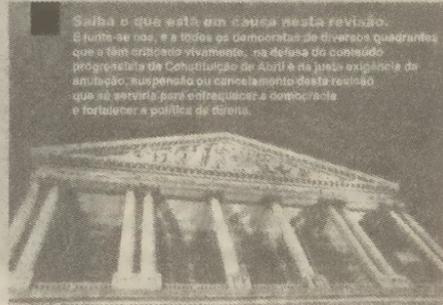
Por imposição do PS, o plenário da Assembleia da República já começou a debater a revisão da Constituição na base do vergonhoso acordo celebrado entre o PS e o PSD.

Beneficiando mais uma vez do servilismo do PP, o PS quer despachar a mata-cavalos, e até ao fim de Julho, o debate de uma revisão constitucional que, a ser aprovada, representaria um grave retrocesso para a democracia portuguesa.

Com toda esta pressa, o que o PS quer é arrumar um processo que gerou descontenta-

mentos, conflitos e tensões dentro do próprio PS, que levou à demissão do seu líder parlamentar, que levou às discordâncias e ao afastamento do presidente da Comissão de Revisão, e que suscitou críticas devastadoras por parte de numerosas personalidades.

Mes, sobretudo, o que o PS quer é impedir os portugueses de tomarem plena consciência da gravidade das alterações constitucionais que pretende impor em aliança com a direita. E quer também que, quando se chegar às eleições autárquicas, já esteja esquecido este seu negócio com o PSD.



Sabia o que está em causa nesta revisão. É tudo de mau e a mais os comunistas de diversos quadrantes que a têm criticado vivamente, na defesa do conteúdo progressista da Constituição de Abril e na justa exigência da anulação, suspensão ou cancelamento desta revisão, que só serviria para enfraquecer a democracia e fortalecer a política de direita.

O tema da iniciativa, que será introduzido por Carlos Carvalhas, é «Que política para uma Esquerda antagonista na Europa». No debate intervirá também Armando Cossuta,

presidente da Refundação Comunista italiana.

Esta iniciativa integra o quadro das relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PRC.

Gás de Portugal em greve

Os trabalhadores das empresas do grupo Gás de Portugal vão estar em greve, por 24 horas, a partir das 8 horas de amanhã, por aumentos salariais e outros aspectos da revisão do acordo colectivo de trabalho - anunciou a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

Esta estrutura sectorial da

CGTP refere ainda como objectivos da greve - que será completada por novas paralisações nos dias 17, 23 e 29 - a defesa do actual quadro de direitos, a paragem da degradação das condições de trabalho e medidas para contrariar a desvalorização profissional.

Do grupo GDP fazem parte a Gás de Lisboa, a Driftal e a Car-

bolis, que empregam cerca de 550 trabalhadores, assegurando a distribuição de gás canalizado nos concelhos de Lisboa, Loures e Amadora e nas localidades de Paço de Arcos, Alverca e Algueirão-Mem Martins.

Pescadores

Entraram ontem em greve,

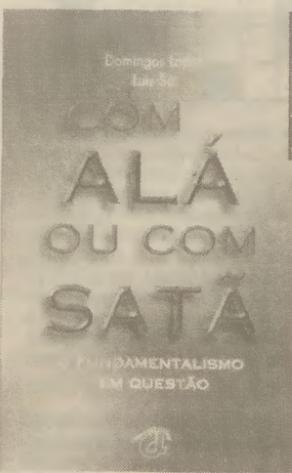
reclamando o cumprimento da lei que lhes dá o direito ao subsídio de férias, os pescadores de sardinha do porto de Olhão. Esta paralisação, marcada por um período de uma semana, poderá repetir-se mais tarde, se não se alterar a posição dos armadores, admitindo ainda o sindicato que ela possa alargar-se a outros portos.

«O Fundamentalismo em questão»

«O passo em frente que este livro representa é que ajuda a reflectir sobre fenómenos surpreendentes e coisas insólitas que se verificam com o fundamentalismo.» Foi esta uma das muitas observações aliciantes feitas na apresentação do livro «Com Alá ou com Satã, o fundamentalismo em questão», da autoria de Domingos Lopes e Luís Sá, publicado pela Editora Campo das Letras.

O acto, muito concorrido, realizou-se na Livraria Barata, na passada terça-feira, e teve como apresentadores o jornalista José Goulão, a quem pertence a frase com que iniciámos esta notícia, e o Prof. António Borges Coelho, que centrou as suas reflexões sobre a questão do relacionamento das religiões, tendo salientado que «é da natureza destas explicações querer-se impor às outras».

Nos agradecimentos, Luís Sá



afirmou que «o fundamentalismo não tem só a ver com o islamismo» e lembrou as exigências do Papa para receber o Presidente da República do nosso país. Por sua vez, Domingos Lopes explicou que o objectivo do livro é também mostrar «quem é quem no fundamentalismo. Especialmente o papel dos Estados Unidos e das suas alianças».

Lei corporativa para o turismo

A nova legislação sobre empreendimentos turísticos, restauração e turismo rural é «corporativa» e «só serve os interesses do patronato», afirma o Sindicato da Hotelaria do Norte, ao comentar anteriormente o sentido geral das leis 167, 168 e 169, distribuídas na véspera pelo Governo.

Neste primeiro comentário, o sindicato afirma que, mesmo sem estarem ainda publicados os regulamentos sobre instalações, classificações e funcionamento dos empreendimentos, «é já muito claro» que «o patronato passa a intervir em comissões específicas, com direito a voto, nas vistorias, no licenciamento, na classificação e reclassificação dos estabelecimentos, ficando os trabalhadores e as suas organizações de fora de todo o processo».

O sindicato acusa do Governo de querer «dar força e competências aos patrões e às suas organizações, formadas recentemente e

algumas já moribundas, como é o caso da CTP e da Fereca».

Pelo enunciado das leis e pelo que é conhecido dos regulamentos, o sindicato afirma que o sector vai sofrer uma desregulamentação, que se reflectirá na diminuição da qualidade do serviço, «não estando assegurado inclusive a intervenção, os direitos e interesses dos trabalhadores, nomeadamente porque se procederá à extinção de categorias dos estabelecimentos de restauração e similares, deixará de ser obrigatória a existência de instalações próprias para os trabalhadores e não serão obrigatórios quadros mínimos de pessoal nos estabelecimentos, seja qualquer for a sua classificação».

